



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
20ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – SE



Relatório de Gestão – Exercício 2013
Aracaju/SE – 2014



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
20ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – Se

Relatório de Gestão – Exercício 2013

Relatório de Gestão do exercício 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da DN TCU nº 132/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno – Portaria CGU nº 133/2013.

20ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO ESTADO DE SERGIPE

ARACAJU/SE – 2014

SUMÁRIO¹

| | |
|---|----|
| SUMÁRIO..... | 02 |
| LISTA DE QUADROS, TABELAS E DECLARAÇÕES..... | 06 |
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS..... | 09 |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 1.1. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DO EXERCÍCIO 2013..... | 13 |
| 1.2. PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS NO EXERCÍCIO 2013..... | 14 |
| 2. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO..... | 16 |
| 2.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA..... | 16 |
| 2.1.1. RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL..... | 16 |
| 2.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE..... | 16 |
| 2.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL..... | 20 |
| 2.3.1. ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DA 20ª SRPRF/SE – SETORES VINCULADOS ÀS FUNÇÕES GERENCIAIS..... | 21 |
| 2.3.2. ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DA 20ª SRPRF/SE – UNIDADES OPERACIONAIS..... | 22 |
| 2.3.3. REGIMENTO INTERNO..... | 23 |
| 2.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS..... | 36 |
| 2.5. MACROPROCESSOS DE APOIO..... | 37 |
| 2.6. PRINCIPAIS PARCEIROS..... | 38 |
| 3. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS..... | 40 |
| 3.1. PLANEJAMENTO DA UNIDADE..... | 40 |
| 3.1.1. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS..... | 41 |
| 3.1.2. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS E AÇÕES..... | 41 |
| 3.1.3. RESULTADOS ALCANÇADOS..... | 42 |
| 3.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS..... | 46 |
| 3.2.1. PROGRAMA TEMÁTICO..... | 46 |
| 3.2.1.1. ANÁLISE SITUACIONAL..... | 46 |
| 3.2.2. OBJETIVO..... | 46 |
| 3.2.2.1. ANÁLISE SITUACIONAL..... | 46 |
| 3.2.3. AÇÕES..... | 46 |
| 3.2.3.1. AÇÕES – OFSS..... | 46 |
| 3.2.3.2. AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS..... | 53 |
| 3.2.3.3. AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA 2013 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OFSS..... | 53 |
| 3.2.3.4. AÇÕES – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – OI..... | 53 |
| 3.2.3.5. ANÁLISE SITUACIONAL..... | 53 |
| 3.3. INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO..... | 53 |
| 4. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO..... | 55 |
| 4.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA..... | 55 |
| 4.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS..... | 56 |
| 4.3. SISTEMA DE CORREIÇÃO..... | 58 |
| 4.3.1. RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2013..... | 58 |
| 4.3.2. DEMAIS ATIVIDADES..... | 59 |
| 4.4. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU..... | 59 |

¹ De acordo com a possibilidade de adequação prevista nas normas que orientam a elaboração do Relatório de Gestão, houve alterações nas numerações dos itens deste RG em relação às respectivas numerações constantes na Portaria TCU nº 175/2013.

| | |
|---|----|
| 4.5. INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS..... | 59 |
| 5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA..... | 60 |
| 5.1. EXECUÇÃO DAS DESPESAS..... | 60 |
| 5.1.1. PROGRAMAÇÃO..... | 60 |
| 5.1.1.1. ANÁLISE CRÍTICA..... | 60 |
| 5.1.2. MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA..... | 60 |
| 5.1.3. REALIZAÇÃO DE DESPESA..... | 61 |
| 5.1.3.1. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL..... | 61 |
| 5.1.3.2. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ..... | 61 |
| 5.1.3.3. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL..... | 61 |
| 5.1.3.4. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ..... | 61 |
| 5.1.3.5. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO..... | 61 |
| 5.1.3.6. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO..... | 62 |
| 5.1.3.7. ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA..... | 63 |
| 5.2. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS | 63 |
| 5.2.1. ANÁLISE CRÍTICA..... | 63 |
| 5.3. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES..... | 64 |
| 5.3.1. ANÁLISE CRÍTICA..... | 64 |
| 5.4. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS..... | 64 |
| 5.4.1. RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO..... | 64 |
| 5.4.2. QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS..... | 64 |
| 5.4.3. INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE..... | 64 |
| 5.4.4. INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PERESTACÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE..... | 64 |
| 5.4.5. ANÁLISE CRÍTICA..... | 65 |
| 5.5. SUPRIMENTO DE FUNDOS..... | 65 |
| 5.5.1. SUPRIMENTO DE FUNDOS – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO..... | 65 |
| 5.5.2. SUPRIMENTO DE FUNDOS – CONTA TIPO “B”..... | 65 |
| 5.5.3. SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CPGF)..... | 65 |
| 5.5.4. PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS..... | 66 |
| 5.5.5. ANÁLISE CRÍTICA..... | 66 |
| 5.6. RENÚNCIAS SOB A GESTÃO DA UJ..... | 66 |
| 5.6.1. BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS..... | 66 |
| 5.6.1.1. BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS – QUANTIFICAÇÃO..... | 66 |
| 5.6.1.2. BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS – ANÁLISE CRÍTICA..... | 67 |
| 5.6.2. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS..... | 67 |
| 5.6.2.1. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO OU ESTIMADAS E QUANTIFICADAS PELA UJ – IDENTIFICAÇÃO..... | 67 |

| | |
|--|----|
| 5.6.2.2. VALORES RENUNCIADOS E CONTRAPARTIDA..... | 67 |
| 5.6.2.3. VALORES RENUNCIADOS POR TRIBUTO E GASTO TRIBUTÁRIO..... | 67 |
| 5.6.2.4. CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA..... | 67 |
| 5.6.2.5. BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA TRIBUTÁRIA..... | 67 |
| 5.6.2.6. PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS FINANCIADOS COM CONTRAPARTIDA DE RENÚNCIA DE RECEITA TRIBUTÁRIA..... | 67 |
| 5.6.2.7. PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS..... | 67 |
| 5.6.2.8. COMUNICAÇÕES À RFB..... | 67 |
| 5.6.2.9. INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS..... | 67 |
| 5.6.2.10. DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DE RENÚNCIA FISCAL..... | 67 |
| 5.6.2.11. FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA RFB..... | 68 |
| 5.6.2.12. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA – ANÁLISE CRÍTICA..... | 68 |
| 6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS..... | 68 |
| 6.1. ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE..... | 68 |
| 6.1.1. DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UJ..... | 68 |
| 6.1.1.1. LOTAÇÃO..... | 68 |
| 6.1.1.2. SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ..... | 68 |
| 6.1.2. QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO..... | 69 |
| 6.1.2.1. ESTRUTURA DE CARGOS E DE FUNÇÕES..... | 69 |
| 6.1.2.2. QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UJ SEGUNDO A IDADE..... | 70 |
| 6.1.2.3. QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UJ SEGUNDO A ESCOLARIDADE..... | 70 |
| 6.1.3. CUSTOS DE PESSOAL DA UJ..... | 71 |
| 6.1.4. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS..... | 72 |
| 6.1.4.1. CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UJ SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA..... | 72 |
| 6.1.4.2. DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UJ..... | 72 |
| 6.1.5. CADASTRAMENTO NO SISAC..... | 72 |
| 6.1.5.1. ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC..... | 72 |
| 6.1.5.2. ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU..... | 73 |
| 6.1.5.3. REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC..... | 73 |
| 6.1.5.4. ATOS SUJEITOS À REMESSA AO TCU EM MEIO FÍSICO..... | 73 |
| 6.1.6. ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS..... | 73 |
| 6.1.7. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS..... | 74 |
| 6.1.8. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS..... | 74 |
| 6.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS..... | 75 |
| 6.2.1. INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO..... | 76 |
| 6.2.2. AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS..... | 76 |
| 6.2.3. INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UJ..... | 76 |
| 6.2.4. INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO..... | 76 |
| 6.2.5. ANÁLISE CRÍTICA DOS ITENS 5.2.3. E 5.2.4..... | 77 |
| 6.2.6. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS..... | 77 |
| 7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO..... | 77 |
| 7.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIRO..... | 77 |

| | |
|---|----|
| 7.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO..... | 80 |
| 7.2.1. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL..... | 80 |
| 7.2.2. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL..... | 81 |
| 7.2.3. DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ..... | 82 |
| 8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO..... | 82 |
| 8.1. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)..... | 82 |
| 8.1.1. ANÁLISE CRÍTICA..... | 84 |
| 9. GESTÃO DO USO DE RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL..... | 84 |
| 9.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS..... | 84 |
| 9.2. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA..... | 86 |
| 10. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS..... | 86 |
| 10.1. TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU..... | 86 |
| 10.1.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO..... | 86 |
| 10.1.2. DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO..... | 87 |
| 10.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI..... | 87 |
| 10.2.1. RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO..... | 87 |
| 10.2.2. RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO..... | 88 |
| 10.3. INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA..... | 88 |
| 10.4. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93..... | 88 |
| 10.4.1. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI Nº 8.730/93..... | 88 |
| 10.4.2. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES..... | 89 |
| 10.5. MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO..... | 89 |
| 10.6. ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV..... | 90 |
| 11. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE..... | 91 |
| 12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS..... | 91 |
| 12.1. MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO..... | 91 |
| 12.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS..... | 93 |
| 12.2.1. DECLARAÇÃO PLENA..... | 93 |
| 12.2.2. DECLARAÇÃO COM RESSALVA..... | 93 |
| 13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO..... | 94 |
| 13.1. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ..... | 94 |
| 14. RESULTADOS E CONCLUSÕES..... | 94 |
| 15. ANEXOS..... | 95 |

LISTA DE QUADROS, TABELAS E DECLARAÇÕES²

| | |
|--------|---|
| I | Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual (16) |
| II | Fiscalizações, auxílios e serviços de escolta e batedor (42) |
| III | Apreensão de substâncias ilegais (42) |
| IV | Combate a crimes ambientais (42) |
| V | Apreensões decorrentes de descaminho e contrabando (43) |
| VI | Apreensão de armas (43) |
| VII | Apreensão de munições (43) |
| VIII | Recuperação de cargas roubadas (43) |
| IX | Detenções de pessoas (44) |
| X | Ocorrências envolvendo crianças e adolescentes – vítimas (44) |
| XI | Ocorrências envolvendo crianças e adolescentes – infratores (44) |
| XII | Combate a crimes diversos (44) |
| XIII | Testes de alcoolemia e prisões decorrentes (2012 – 2013) (45) |
| XIV | Acidentes (45) |
| XV | Taxa de Variação de Mortos e Feridos (por 1000.000 veículos) (45) |
| XVI | Ações – OFSS (200 G) (46) |
| XVII | Ações – OFSS (20IC) (47) |
| XVIII | Ações – OFSS (2723) (47) |
| XIX | Ações – OFSS (7U23) (48) |
| XX | Ações – OFSS (8698) (49) |
| XXI | Ações – OFSS (20UB) (50) |
| XXII | Ações – OFSS (2000) (50) |
| XXIII | Ações – OFSS (14VN) (52) |
| XXIV | Ações – OFSS (8785) (52) |
| XXV | Indicadores (54) |
| XXVI | Metas e Resultados Operacionais para o exercício 2013 – 20ª SRPRF/SE (54) |
| XXVII | Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ (56) |
| XXVIII | Procedimentos de Correição Instaurados/Encerrados – 2013 (58) |
| XXIX | Passivo Processual Para 2014 (59) |
| XXX | Penalidades Aplicadas e/ou Revogadas – 2013 (59) |
| XXXI | Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa (60) |

² O número entre parênteses ao final da nomenclatura do quadro, tabela ou declaração corresponde à página na qual está neste RG.

| | |
|---------|---|
| XXXII | Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação (61) |
| XXXIII | Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação (62) |
| XXXIV | Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores (64) |
| XXXV | Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) (65) |
| XXXVI | Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador (65) |
| XXXVII | Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF) (66) |
| XXXVIII | Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 (68) |
| XXXIX | Situações que reduzem a força de trabalho da UJ (68) |
| XL | Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) (69) |
| XLI | Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12 (70) |
| XLII | Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12 (70) |
| XLIII | Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores (71) |
| XLIV | Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31 de dezembro (72) |
| XLV | Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12 (72) |
| XLVI | Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) (72) |
| XLVII | Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) (73) |
| XLVIII | Absenteísmo (74) |
| XLIX | Afastamentos de servidores (74) |
| L | Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (76) |
| LI | Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (76) |
| LII | Composição do Quadro de Estagiários (77) |
| LIII | Quantidade de veículos atualmente em uso ou na responsabilidade da UJ (78) |
| LIV | Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos (78) |
| LV | Idade média da frota (78) |
| LVI | Custos associados à manutenção da frota (79) |
| LVII | Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União (80) |
| LVIII | Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional (81) |
| LIX | Gestão da Tecnologia da Informação da UJ (82) |
| LX | Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis (84) |
| LXI | Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água (86) |
| LXII | Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no exercício (87) |

| | |
|--------|---|
| LXIII | Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (87) |
| LXIV | Demonstrativo de cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR (88) |
| LXV | Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV (90) |
| LXVI | Declaração do Contador (com ressalvas) (93) |
| LXVII | Anexo I – Instruções Normativas, Portarias e Manuais de Procedimentos Operacionais (95) |
| LXVIII | Anexo II – Contratos Vigentes em 2013 (97) |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS³

ACADEPOL – Academia de Polícia do Estado de Sergipe
ADEMA – Administração Estadual do Meio Ambiente do Estado de Sergipe
ADI – Avaliação de Desempenho Individual
AGS – Acompanhamento Gerencial de Serviço
AGU – Advocacia-Geral da União
BR-101/BA – Trecho da rodovia federal BR-101 sobreposto ao território da Bahia
BR-101/SE – Trecho da rodovia federal BR-101 sobreposto ao território de Sergipe
BR-235/BA – Trecho da rodovia federal BR-235 sobreposto ao território da Bahia
BR-235/SE – Trecho da rodovia federal BR-235 sobreposto ao território de Sergipe
CADA – Comissão de Análise de Defesa da Autuação
CBM/SE – Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe
CGA/DPRF – Coordenação-Geral de Administração do DPRF
CGO/DPRF – Coordenação-Geral de Operações do DPRF
CGPLAM/DPRF – Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização do DPRF
CGRH/DPRF – Coordenação-Geral de Recursos Humanos do DPRF
CGU – Controladoria-Geral da União
CNH – Carteira Nacional de Habilitação
COEN/DPRF – Coordenação de Ensino do DPRF
COINT/DPRF – Coordenação de Inteligência do DPRF
CPAT – Curso de Perícia em Acidentes de Trânsito
CPGF-VISA – Cartão de Pagamento do Governo Federal (bandeira VISA)
CRFB/88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo
DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN/SE – Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Sergipe
DN – Decisão Normativa
DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagens⁴
DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes
DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

³ As abreviações das áreas internas da 20ª SRPRF/SE constam no item 2.3.1. Organização Estrutural da 20ª SRPRF/SE – Setores Vinculados à Funções Gerenciais, deste RG.

⁴ Órgão extinto e substituído pelo DNIT;

DRB – Declaração de Bens e Renda
DRV – Documento de Recolhimento de Veículo
EAD – Educação a Distância
EB – Exército Brasileiro
EDA – Talões Eletrônicos de Auto de Infração
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
FNSP – Fundo Nacional de Segurança Pública
FUNASA/PE – Fundação Nacional de Saúde no Estado de Pernambuco
GEAP – Fundação de Seguridade Social
GPT – Grupo de Policiamento Tático
GSI – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IN – Instrução Normativa
INFOSEG – Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização
IP – Procedimento Investigativo Preliminar: Instrução Preliminar
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IS – Instrução de Serviço
JARI – Junta Administrativa de Recursos de Infrações
LOA – Lei Orçamentária Anual
MJ – Ministério da Justiça
MP – Ministério Público
MPE – Ministério Público Estadual
MPF – Ministério Público Federal
MPO – Manuais de Procedimentos Operacionais
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS – Ministério da Saúde
MST – Movimento dos Sem Terra;
ONG – Organização Não Governamental;
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PC/SE – Polícia Civil do Estado de Sergipe
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A

PF – Polícia Federal
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PM/SE – Polícia Militar do Estado de Sergipe
PPA – Plano Plurianual
PRF – Polícia Rodoviária Federal
RDCS – Relatório Diário da Comunicação Social
RENAINF – Registro Nacional de Infrações de Trânsito
ROD – Relatório Operacional Diário
RG – Relatório de Gestão
SAI – Sindicância Administrativa Investigativa
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SEFAZ/SE – Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe
SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASS/SE – Subsistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor
SIGER – Sistema de Informações Gerenciais do DPRF
SILVER – Sistema de Recolhimento e Liberação de Veículos
SINPRF/SE – Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Estado de Sergipe
SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência
SISRH – Sistema de Recursos Humanos do DPRF
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SPIUNET – Sistema de Patrimônio de Imóveis da União
SRH/MPOG – Secretaria de Recursos Humanos do MPOG
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
TCU – Tribunal de Contas da União
T&D – Treinamento e Desenvolvimento
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

UOP – Unidade Operacional da PRF⁵

UPRB/SE – Delegacia em Sergipe da União do Policial Rodoviário do Brasil

15ª SRPRF/RN – 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Rio Grande do Norte;

20ª SRPRF/SE – 20ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no Estado de Sergipe

21ª UNIT/DNIT – 21ª Unidade do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte

⁵ A nomenclatura Unidade Operacional – UOP, é um novo título que vem sendo progressivamente utilizado em substituição à expressão anterior: Postos de Fiscalização da PRF.

1. INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento, avaliação da gestão institucional e prestação de contas, o presente RG foi elaborado em consonância com as seguintes normas e orientações⁶: Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, Decisão Normativa TCU nº 127, de 15 de maio de 2013, Decisão Normativa TCU nº 132, de 02 de Outubro de 2013, Portaria TCU nº 175, de 09 de Julho de 2013 e das orientações do órgão de controle interno – Portaria CGU nº 133, de 18 de Janeiro de 2013. Está estruturado conforme a sequência apresentada no sumário, de modo a propiciar o encadeamento, a coerência e a clareza das informações neste contidas.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos no âmbito da 20ª SRPRF/SE, bem como, as ações executadas nesta unidade descentralizada, contempladas nos Programas de Governo: 2070 – Segurança Pública com Cidadania, 2075 – Transporte Rodoviário, 2112 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça, 2125 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e 2126 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, gerenciados pelo DPRF.

Em meados do exercício houve uma mudança de comando na 20ª SRPRF/SE, com nomeação, em 14/06/2013, de novo titular para a função de Superintendente (gestor máximo da UJ). A nova Superintendente deu continuidade à metodologia baseada na realização periódica de reuniões com a equipe gestora, coordenadas por ela, como instrumento de acompanhamento continuado da gestão. Os debates e as deliberações dessas reuniões foram registrados em atas, arquivadas após conferência e assinaturas.

Fruto da metodologia gerencial adotada no âmbito da 20ª SRPRF/SE, conforme descrito no parágrafo anterior, esta introdução apresentará as principais realizações relacionadas às metas estratégicas definidas para a UJ em exercícios anteriores e no decorrer de 2013, assim como as dificuldades identificadas como obstáculos para a realização dos objetivos.

Antes, porém, de abordar as realizações e dificuldades, cabe registrar quais os itens do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que “não se aplicam a realidade da unidade” ou para os quais “não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência” – seguindo as orientações contidas no Anexo I, 4.5 da Portaria CGU nº 133/2013.

Segundo informações fornecidas pelas áreas internas cujas competências regimentais relacionam-se aos respectivos temas⁷, *não se aplicam à realidade desta UJ* os itens: 3.2.1. e subitem (SAF), 3.2.2. e subitem (SAF), 3.2.3.2 ao 3.2.3.5. (SAF), 5.1.1. e subitem (SAF), 5.1.3.1 ao 5.1.3.4. (SAF), 5.5.2. (SAF), 5.6. e subitem (SAF) e 7.2.3. (SAF). E *não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência* para os itens: 5.2. e subitem (SAF), 5.4. e subitem (SAF), 6.1.5.4. (SRH), 6.2.1. (SRH), 6.2.2. (SRH), 6.2.5. (SAF), 10.1.2. (GAB), 10.2.2. (GAB), 10.5 (CR) e 13.1 (GAB).

Voltando às principais realizações e dificuldades do exercício 2013, serão, a seguir, elencadas aquelas identificadas como relacionadas às metas estratégicas e prioritárias para o conjunto da gestão, executadas sob a supervisão do Superintendente Regional e operacionalizadas por meio da integração entre as áreas que estruturam a 20ª SRPRF/SE.

1.1. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DO EXERCÍCIO 2013 – 20ª SRPRF/SE:

- Acompanhamento da execução do planejamento operacional anual contemplando o reforço do policiamento e fiscalização em períodos de significativo aumento de fluxo nas rodovias federais e a ênfase continuada na fiscalização de infrações mais

⁶ Além das normatizações acima listadas, foram acatadas as recomendações contidas em palestra elaborada pela Controladoria Regional da União no Estado de Sergipe e apresentada em reunião técnica ocorrida no dia 05/11/2013.

⁷ Após o item ou conjunto de itens citado, consta, entre parênteses, a área interna que forneceu a informação.

relacionadas às ocorrências de acidentes de trânsito, destacadamente a condução de veículos por motoristas alcoolizados, o excesso de velocidade e as ultrapassagens proibidas. Ações essas reforçadas por comandos preventivos especificamente voltados para a promoção da saúde e da segurança dos condutores de veículos automotores e operações específicas de combate à criminalidade, estas, quando possível, associadas a trabalhos prévios de inteligência policial;

- Início da execução das obras de construção de uma nova UOP no km 23 da BR-101/SE, município de Malhada dos Bois, em substituição ao antigo e precário Posto de Fiscalização existente no mesmo local. As obras prolongaram-se durante todo o exercício 2013, devendo a nova UOP vir a ser inaugurada em 2014;
- Realização de manutenção corretiva parcial nas unidades operacionais de São Cristóvão (km 104 da BR-101/SE), Itabaiana (km 50 da BR-235/SE), Cristinápolis (km 200 da BR-101/SE), na UOP Inspetor Santana (km 05 da BR-235/SE) e na Sede Regional (localizada na cidade de Aracaju);
- Contratação dos projetos executivos de engenharia para realocação da unidade operacional localizada no município de Itabaiana (km 50 da BR-235/SE);
- Realização pioneira no âmbito do DPRF de Curso de Perícia em Acidentes de Trânsito – CPAT para Policiais Rodoviários Federais, formando três turmas no exercício 2013, todas sediadas em Sergipe. O 1º CPAT ocorreu de 06 a 25/05/2013, o 2º CPAT foi realizado entre 12/08 a 02/09/2013 e o 3º CPAT aconteceu de 30/10 a 28/11/2013;
- Implantação da coleta seletiva de resíduos recicláveis no âmbito da 20ª SRPRF/SE, por meio do Projeto Recicla 20;

1.2. PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS NO EXERCÍCIO 2013 – 20ª SRPRF/SE:

- Obras de duplicação da BR-101/SE, contratadas e fiscalizadas pelo DNIT, executadas entre o km 00 ao km 153 no decorrer do exercício 2013, dificultaram as ações de fiscalização, favoreceram a prática de crimes em situações de grandes congestionamentos e o aumento da quantidade de pequenas colisões entre veículos;
- Disponibilização rotineira de servidores para participação em operações nacionais, a exemplo da Operação Sentinela, Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude, Operação Tupinambá, entre outras, bem como para atividades de capacitação. Em que pese haver o reconhecimento da importância dessas ações para o fortalecimento institucional, esses afastamentos geram, de imediato, dificuldades para o atendimento das demandas operacionais locais;
- Compartilhamento de um mesmo conjunto de prédios, localizados na Av. Maranhão, nº 1890 – bairro Santos Dumont – Aracaju/SE, nos quais funcionam as sedes administrativas da 20ª SRPRF/SE e da 21ª UNIT/DNIT e a Marinha Mercante. Esse compartilhamento tem tornado inadequados os espaços físicos disponibilizados para os diversos setores administrativos desta UJ;
- Baixa disponibilidade de recursos para realização de manutenções preventivas e dificuldade na obtenção de recursos para manutenção predial, bem como uma quantidade inadequada de servidores dedicados a atividades relacionadas à manutenção e renovação da infraestrutura predial;

As principais realizações atribuídas à gestão da 20ª SRPRF/SE no exercício 2013, conforme acima listado, estão referenciadas em um plano de ações estratégicas definidas para a UJ. Algumas das metas traçadas requerem período maior que um ano para a completa execução,

cabendo em um exercício a realização de etapas. Um exemplo é a melhoria da infraestrutura das instalações físicas, colocada como ação estratégica que teve, no exercício 2013, o início da construção de uma nova UOP e a contratação de projetos de engenharia para outra, a ser edificada em exercício futuro.

Na lista das dificuldades, destacaram-se ao longo de 2013 algumas que persistem vindas de exercícios anteriores, a exemplo daquelas relacionadas às disponibilizações temporárias de servidores e obras de duplicação nas rodovias, que impactam negativamente na atividade operacional local e aquelas referentes às inadequações de infraestrutura. Buscando mitigar os efeitos negativos dessa última, foram planejados incrementos nas ações de manutenção predial, deparando-se a UJ com barreiras orçamentárias que dificultaram melhor desempenho.

Avaliações internas da gestão são feitas anualmente no contexto da elaboração dos relatórios de gestão. Desse modo, a cada exercício, após verificação dos desempenhos por área, são definidas as novas etapas a serem priorizadas nos processos de longa duração, referenciados no plano de ações estratégicas, bem como, são propostas mudanças de procedimentos visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento da UJ. No item Resultados e Conclusões deste RG – conforme estabelecido no Anexo III, letra B, item 5, “d” da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 – constam ações a serem desenvolvidas em 2014 para mitigar as dificuldades encontradas em 2013.

2. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

2.1. IDENTIFICAÇÃO

2.1.1. RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

I – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

| Poder e Órgão de Vinculação | | | |
|--|--|------------------------|--------------------------|
| Poder: Executivo/ Função essencial à Justiça | | | |
| Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça | | | Código SIORG: 316 |
| Identificação da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Denominação Completa: 20ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal | | | |
| Denominação Abreviada: 20ª SRPRF/SE | | | |
| Código SIORG: 26.316.704 | Código LOA: 30107 | Código SIAFI: 200130 | |
| Situação: Ativa | | | |
| Natureza Jurídica: Órgão Público da administração direta do Poder Executivo | | | CNPJ: 00.394.494/0125-76 |
| Principal Atividade: Segurança e ordem pública | | | Código CNAE: 84.24-8-00 |
| Telefones/Fax de contato: | (79) 2107-3941 | (79) 2107-3940 | (79) 2107-3947 |
| Endereço Eletrônico: sup.se@prf.gov.br | | | |
| Página na Internet: www.prf.gov.br | | | |
| Endereço Postal: Av. Maranhão, 1890, Bairro Santos Dumont – Aracaju-SE – CEP 49.087-420 | | | |
| Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Constituição Federal (Art. 144), Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), Decreto nº 1.655/1995. | | | |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Decreto nº 6.061/2007 e Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375/2007, do Ministro de Estado da Justiça. | | | |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada | | | |
| a) IN nº 02/2008-DG, de 30/01/2008, procedimentos operacionais; | | | |
| b) IN nº 02/2008-CGO, de 24/06/2008, procedimentos operacionais; | | | |
| c) Estatuto dos servidores públicos aplicado à PRF, instituído pela IN nº 02/2011/DPRF/MJ; | | | |
| d) IN nº 01/2006/CGRH/DPRF/MJ, Diretrizes e Competências para o Planejamento e a Gestão das Ações de Capacitação de Recursos Humanos; | | | |
| e) IN nº 01, de 27 de janeiro de 2010/CG, estabelece diretrizes e normas referentes à instrução de procedimentos disciplinares e demais atividades correicionais no âmbito do DPRF e dá outras providências; | | | |
| f) Regulamento Disciplinar do DPRF – Portaria nº 1534, de 14 de novembro de 2002/MJ; | | | |
| g) Regulamento de Uniforme do DPRF – IN nº 09, de 09 de maio de 2012 – DG; | | | |
| h) Plano Estratégico da Polícia Rodoviária Federal para o período 2013-2020, instituído pela Portaria nº 28/2014/DG/DPRF/MJ; | | | |
| i) Outros, devido à grande quantidade, constam no Anexo I deste RG; | | | |
| Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| 200130 | 20ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal. | | |
| Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| 200109 | Departamento de Polícia Rodoviária Federal. | | |
| 200230 | Departamento de Polícia Rodoviária Federal – Dir. Geral. | | |
| Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestão | | | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | | Código SIAFI da Gestão | |
| 200130 | | 0001 | |

2.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A PRF foi criada no dia 24 de julho de 1928, no governo do presidente Washington Luís, com a denominação inicial de "Polícia das Estradas". Sua missão original era percorrer e

fiscalizar as rodovias Rio-Petrópolis, Rio-São Paulo e União Indústria. Em 23 de julho de 1935 foi criado o primeiro quadro de servidores, denominados, à época, "Inspetores de Tráfego".

No ano de 1945, já com a denominação de Polícia Rodoviária Federal, a corporação foi vinculada ao extinto DNER. Em 1988, com o advento da Constituinte, a PRF foi integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública, recebendo como missão exercer o patrulhamento ostensivo das rodovias federais. Desde 1991, a instituição integra a estrutura organizacional do MJ.

Desde sua criação, progressivamente, as atividades desempenhadas pela PRF foram sendo expandidas por todo o território nacional. Em Sergipe, estado no qual atualmente está sediada a 20ª SRPRF/SE, a presença da corporação efetivou-se em 1966. Hoje a PRF está presente em todas as unidades da federação, estruturada em 21 Superintendências Regionais, 05 Distritos Regionais, 150 Delegacias e 400 Unidades Operacionais. Sua administração central está localizada em Brasília/DF.

Nos termos do inciso II, do artigo 144, Capítulo III da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a PRF tem como missão precípua a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio do patrulhamento ostensivo das rodovias federais, tal como prescrito no parágrafo 2º do mesmo artigo:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

...

II - polícia rodoviária federal;

...

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais”.

Como integrante da estrutura regimental do MJ, a PRF tem suas competências estabelecidas, ainda, no Art. 1º do Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995, bem como, no Art. 20 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro). Especificamente:

Decreto nº 1.655/1995:

Art. 1º À Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça, no âmbito das rodovias federais, compete:

I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

II - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de

estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;

IV - executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

V - realizar perícias, levantamentos de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

VI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;

VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

VIII - executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;

IX - efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069 de 13 junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

X - colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro):

Art. 20. Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;

V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de

veículos, escolta e transporte de carga indivisível;
VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;
VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;
VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;
IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;
X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;
XI - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.

A 20ª SRPRF/SE por sua vez, como unidade descentralizada, por meio de seus diversos setores internos, operacionais e administrativos, tem suas competências e organização estrutural estabelecidas nos itens 2.1 ao 2.22 do Regimento Interno do DPRF (constantes no item 2.3.3. deste RG). Cabe, portanto, a esta Superintendência, nos limites da sua circunscrição⁸, a realização da missão institucional atribuída à PRF.

Essencialmente, todos os objetivos estratégicos da 20ª SRPRF/SE estão voltados para o permanente aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade pela instituição, vinculados diretamente às atividades operacionais. Para tanto, centra-se a gestão em incentivar e verificar o atingimento de metas operacionais de fiscalização estabelecidas para a UJ, bem como, em prover condições para o alcance dessas metas, por meio de ações administrativas.

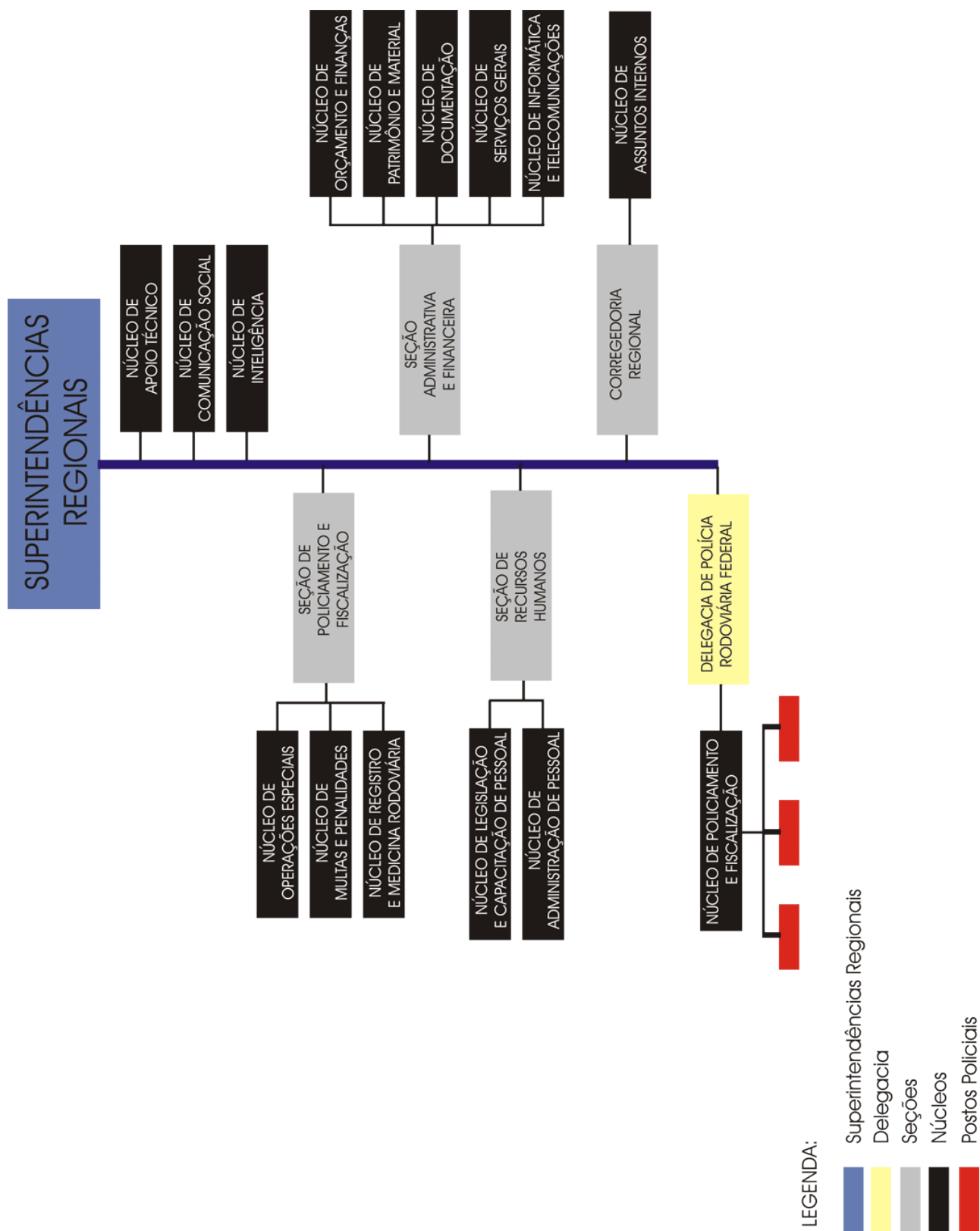
Dando continuidade à execução de planejamentos traçados em exercícios anteriores e redefinindo aqueles planejamentos a partir de novos desafios colocados, durante o ano de 2013, a 20ªSRPRF/SE buscou superar pontos críticos elencados em relatórios anteriores. Destacadamente no tocante à: 1) reestruturação de unidades operacionais⁹ e 2) articulação com outros órgãos de áreas que impactam as atividades da PRF¹⁰.

⁸ A circunscrição atual da 20ª SRPRF/SE limita-se aos trechos de rodovias federais assim especificados: BR-101/SE (da divisa ao norte com Alagoas até a divisa ao sul com a Bahia), BR-101/BA (da divisa entre SE e BA até o km 49 da BR-101/BA), BR-235/SE (do município de Aracaju ao leste do estado até a divisa a oeste com a Bahia) e BR-235/BA (da divisa entre SE e BA até o km 79,3 da BR-235/BA). Instituída pela Portaria Nº 106, de 27 de Julho de 2012, publicada no DOU em 07/08/2012.

⁹ Ver o item 1.1. Principais realizações do exercício 2013 – 20ª SRPRF/SE, deste Relatório de Gestão;

¹⁰ Ver o item 2.6. Principais Parceiros, deste Relatório de Gestão;

2.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL¹¹



¹¹ Este é o organograma comum de cada uma das Superintendências Regionais da PRF, vigente durante todo o exercício 2013, entre as quais esta UJ – a 20ª SRPRF/SE.

2.3.1. ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DA 20ª SRPRF/SE – SETORES VINCULADOS ÀS FUNÇÕES GERENCIAIS¹²:

1. Gabinete do Superintendente – GAB

- 1.1. Núcleo de Apoio Técnico – NUAT
- 1.2. Núcleo de Comunicação Social – NUCOM
- 1.3. Núcleo de Inteligência – NUINT

1.4. Seção de Policiamento e Fiscalização – SPF

- 1.4.1. Núcleo de Operações Especiais – NOE
- 1.4.2. Núcleo de Multas e Penalidades – NMP
- 1.4.3. Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária – NURAM
- 1.4.4. Central de Informações Operacionais – CIOP¹³

1.5. Seção Administrativa e Financeira – SAF

- 1.5.1. Núcleo de Orçamento e Finanças – NUOFI
- 1.5.2. Núcleo de Patrimônio e Material – NUPAT
- 1.5.3. Núcleo de Documentação – NUDOC
- 1.5.4. Núcleo de Serviços Gerais – NUSEG
- 1.5.5. Núcleo de Telemática – NUTEL

1.6. Seção de Recursos Humanos – SRH

- 1.6.1. Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal – NUCAP
- 1.6.2. Núcleo de Administração de Pessoal – NUAP

1.7. Corregedoria Regional – CR

- 1.7.1. Núcleo de Assuntos Internos – NUAI

1.8. 1ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal no Estado de Sergipe – 1ª Del

- 1.8.1. Núcleo de Policiamento e Fiscalização da 1ª Del – NPF/1ª Del

1.9. 2ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal no Estado de Sergipe – 2ª Del

- 1.9.1. Núcleo de Policiamento e Fiscalização da 2ª Del – NPF/2ª Del

¹² Este tópico foi inserido para melhor explicitar a estrutura gerencial da UJ.

¹³ A CIOP não constitui um Núcleo com funções de chefia e atribuições regimentais. Trata-se de um serviço de gerenciamento e distribuição das informações operacionais internas da PRF, sob o comando da SPF e citado nos itens 2.6, III e 2.7, VII do Regimento Interno do DPRF – item 2.3.3. deste RG.

2.3.2. ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DA 20ª SRPRF/SE – UNIDADES OPERACIONAIS (UOP)¹⁴:**1ª DELEGACIA:**

UOP Inspetor Santana

Sede da 1ª Delegacia e UOP 01/01

Localização: km 05 da BR-235/SE

Circunscrição operacional: km 67 ao 94,9 BR-101/SE e km 0 ao 32,9 da BR-235/SE

UOP 02/01 – Posto de Fiscalização de Itabaiana

Localização: km 50 da BR-235/SE

Circunscrição operacional: km 33 ao 115 da BR-235/SE e km 0 ao 79,3 da BR-235/BA

UOP 03/01 – Posto de Fiscalização de Carira (DESATIVADO)

Localização: km 113 da BR-235/SE

2ª DELEGACIA:

UOP 01/02 – Posto de Fiscalização de São Cristóvão

Sede da 2ª Delegacia

Localização: km 104 da BR-101/SE

Circunscrição operacional: km 95 ao 149,9 da BR-101/SE

UOP 02/02 – Posto de Fiscalização de Malhada dos Bois (DESATIVADO no exercício 2013)¹⁵

Localização: km 23 da BR-101/SE

Circunscrição operacional: km 0 ao 66,9 da BR-101/SE

UOP 03/02 – Posto de Fiscalização de Cristinápolis

Localização: km 200 da BR-101/SE

Circunscrição operacional: km 150 ao 206 da BR-101/SE e km 0 ao 49 da BR-101/BA

¹⁴ Este tópico foi inserido para explicitar a distribuição territorial das unidades operacionais da UJ.

¹⁵ O antigo Posto de Fiscalização de Malhada dos Bois foi demolido e iniciada a construção de nova UOP em janeiro de 2013, no mesmo local, km 23 da BR-101/SE. As equipes operacionais lotadas nesse Posto continuaram escaladas fazendo o policiamento e a fiscalização na circunscrição atribuída ao Posto.

2.3.3. REGIMENTO INTERNO¹⁶

Os itens 2.1 ao 2.22 do Regimento Interno do DPRF foram incluídos para atendimento à recomendação contida no item 1.3 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013 – Conteúdo do Relatório de Gestão, no qual consta que o organograma funcional deve ser acompanhado de “descrição sucinta¹⁷ das competências e das atribuições das áreas ou subunidades estratégicas da unidade jurisdicionada”.

Houve ainda um entendimento interno no sentido de que os macroprocessos, requeridos no item 1.4 do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, fossem esboçados no Regimento Interno e assim foi feito. Pontualmente, os macroprocessos finalísticos nos itens 2.6 (Seção de Policiamento e Fiscalização – SPF e Núcleos a ela vinculados), 2.21 (Delegacias de Polícia Rodoviária Federal – DEL) e 2.22 (Núcleo de Policiamento e Fiscalização – NPF). Os macroprocessos de apoio nos itens 2.3 (Núcleo de Apoio Técnico – NUAT), 2.4 (Núcleo de Comunicação Social – NUCOM), 2.5 (Núcleo de Inteligência – NUIINT), 2.10 (Seção Administrativa e Financeira – SAF e Núcleos a ela vinculados), 2.16 (Seção de Recursos Humanos – SRH e Núcleos a ela vinculados) e 2.19 (Corregedoria Regional – CR e Núcleo a ela vinculado).

Assim, optou-se neste relatório pela transcrição completa do conteúdo do Regimento Interno, como segue:

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão específico singular, integrante da estrutura regimental do Ministério de Justiça, conforme art. 2º, inciso II, alínea "h", do Anexo I do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007:

2.1 – Às Superintendências Regionais, nos âmbitos das respectivas circunscrições, previstas no Portaria nº 1.375 de 2 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 150, de 6 de agosto de 2007, compete:

I - executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

II – conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente;

III – emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional;

IV - lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;

V - conceder remoção, ex-ofício, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União;

VI - aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência;

VII - aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade;

VIII - autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação;

IX - autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria nas ações de capacitação da Regional e do Departamento;

X - encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas

¹⁶ Está transcrito neste título a parte do Regimento Interno do DPRF referente às Superintendências Regionais, itens 2.1 ao 2.22.

¹⁷ Embora a palavra sucinta remeta ao uso de uma expressão resumida, prevaleceu o entendimento de que o caráter normativo do Regimento Interno estabelece atribuições necessárias a serem cumpridas por cada área, não cabendo subtração das incumbências informadas;

competências; e

XI - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

2.2 - Ao Superintendente incumbe:

I - planejar, dirigir e coordenar a execução das atividades das respectivas unidades administrativas vinculadas, com observância da legislação em vigor, do disposto neste Regimento Interno e nas diretrizes emanadas pela administração central do Departamento;

II - aprovar planos, programas de trabalho, projetos básicos e termos de referência, elaborados pelas áreas subordinadas, no âmbito de sua atuação, observadas as diretrizes do Departamento, e apresentar relatório das atividades desenvolvidas pelas unidades administrativas vinculadas sob sua circunscrição;

III - ordenar o empenho de despesas e sua liquidação, bem como assinar ordens bancárias em conjunto com o corresponsável pela gestão dos recursos orçamentários e financeiros;

IV - firmar contratos, convênios ou ajustes, cujo objeto esteja relacionado com assuntos de interesse do Departamento, observadas as exigências legais;

V - fornecer informações, sugestões e subsídios para a elaboração da proposta orçamentária e financeira do Departamento;

VI - supervisionar e acompanhar o desenvolvimento da execução física, contábil e financeira de sua unidade administrativa;

VII - ratificar atos de dispensa e inexigibilidade e homologar os resultados das licitações no âmbito da Superintendência e do Distrito Regional;

VIII - realizar tomadas de contas especial dos responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte dano ao erário;

IX - elaborar e fornecer à administração central, dados estatísticos e outras informações importantes relativas às atividades da respectiva unidade administrativa;

X - adotar medidas necessárias ao aperfeiçoamento dos serviços, além de zelar para que os trabalhos sob sua direção estejam regulares, adotando providências para mantê-los atualizados;

XI - baixar atos administrativos e de caráter normativo, relacionados com assuntos de competência do Departamento, no âmbito de sua circunscrição;

XII - pronunciar-se sobre pedidos de licenças, transferência ou remoção de servidores lotados na Superintendência e no Distrito Regional sob a sua direção;

XIII - propor à autoridade superior a designação ou dispensa dos ocupantes de função de confiança;

XIV - indicar ou designar servidores para participar de cursos, treinamentos e outros eventos;

XV - autorizar a expedição de certidões, atestados e outros documentos relativos a assuntos específicos da unidade sob sua direção;

XVI - determinar o arquivamento de documentos e processos relacionados com a sua área de atuação;

XVII - instaurar processo administrativo disciplinar, sindicância administrativa disciplinar e sindicância investigativa, expedir ordem de missão para realização de investigações, assim como aplicar penalidades disciplinares nos limites de suas atribuições;

XVIII - aplicar penalidades administrativas por infração de trânsito, nos termos do artigo 20 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997;

XIX - convocar servidores de sua unidade administrativa para participar de comissões ou grupos de estudos, objetivando a definição de diretrizes ou para a realização de trabalhos específicos, sob a responsabilidade de sua unidade administrativa;

XX - designar o Consultor Interno de Capacitação, cujas atribuições serão definidas em norma do Diretor-Geral;

XXI - designar servidores lotados em outras Unidades Regionais para comporem comissões disciplinares no âmbito de sua competência, após publicação do ato de disposição emitido pela Corregedoria- Geral; e

XXII - orientar os servidores quanto à harmonia, hierarquia e ética profissional no ambiente de trabalho.

2.3 – Núcleo de Apoio Técnico – NUAT, compete:

I - promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente;

II - prestar assistência ao Superintendente, no tocante à conformidade dos atos administrativos;

III – prestar acompanhamento administrativo nos processos nos processos e decisões judiciais de interesse da Superintendência;

IV - elaborar e orientar a confecção de minutas dos documentos a serem assinados pelo Superintendente;

V - prestar auxílio técnico às demais áreas da Superintendência e Delegacias, quando solicitado;

VI - reunir, organizar, zelar e manter atualizado todo o acervo de livros, revistas e demais publicações jurídico-legais da Superintendência; e

VII - providenciar a edição, publicação e distribuição do boletim de serviço regional, bem como a reprodução e distribuição às chefias da Regional de um exemplar do boletim de serviço central.

2.4 – Núcleo de Comunicação Social – NUCOM, compete:

I - orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social;

II - promover e executar as atividades de relações públicas, de divulgação e de publicidade oficial do Departamento, no âmbito da Superintendência;

III - providenciar, analisar e supervisionar a elaboração e distribuição de material de propaganda institucional;

IV - apurar, editar, redigir e difundir matérias do interesse da Superintendência;

V - programar e promover a execução de solenidades, além de orientar e acompanhar a realização de reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros eventos do interesse da Superintendência; e

VI - promover a articulação da Superintendência com outros órgãos da Administração Pública, bem como manter cadastro atualizado de autoridades.

2.5 – Núcleo de Inteligência – NUINT, compete:

- I - seguir as diretrizes instituídas pelo Coordenador de Inteligência do Departamento;
- II - assessorar e manter o Superintendente informado sobre as atividades de inteligência;
- III - apresentar relatório periódico das atividades de inteligência ao Superintendente e ao Coordenador de Inteligência;
- IV - planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência na Superintendência;
- V - produzir conhecimentos resultantes do processamento completo das informações obtidas pela atividade de inteligência;
- VI - intensificar a produção de conhecimentos para a atividade- fim, atuando em conjunto com as Delegacias e a Seção de Policiamento e Fiscalização da Superintendência;
- VII - cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente à salvaguarda de assuntos sigilosos;
- VIII - identificar, acompanhar e avaliar as ameaças reais ou potenciais à área de atuação da Superintendência;
- IX - planejar e elaborar o Plano de Segurança Orgânica da sede da Superintendência, bem como nas Delegacias e Postos subordinados à Superintendência;
- X - solicitar dados, informações e conhecimentos aos órgãos de inteligência, sobre assuntos de interesse da Superintendência;
- XI - manter intercâmbio com órgãos públicos e entidades privadas, com vistas à obtenção de dados relacionados com a sua área de atuação;
- XII - manter sob sua guarda toda a documentação encaminhada para os arquivos da área de inteligência;
- XIII - receber, conferir e classificar documentos, expedientes e demais correspondências, bem como controlar o trâmite de correspondências enviadas e recebidas por meio de malotes específicos da área;
- XIV - propor a aplicação de cursos de capacitação, especialização, seminários, palestras e outros eventos ligados à atividade de inteligência, apresentando projetos ao Coordenador de Inteligência do Departamento, por intermédio do Superintendente; e
- XV - elaborar e propor o Plano Anual de Atividades de Inteligência na Superintendência.

2.6 – Seção de Policiamento e Fiscalização – SPF, compete:

- I - programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria;
- II - coletar, atualizar e repassar à Divisão de Patrimônio e Material informações pertinentes à estadia, alimentação, locomoção e outros dados necessários ao planejamento de apoio logístico, quando da realização de operações fora da circunscrição da Superintendência;
- III - coordenar e controlar as atividades da Central de Informações Operacionais - CIOP, mantendo-a sob sua subordinação direta;
- IV - orientar, supervisionar e controlar os serviços de escolta e segurança, nos deslocamentos de autoridades nacionais e estrangeiras, em articulação com os demais órgãos responsáveis,

mantendo sob seu comando direto um corpo de motociclistas para a execução dessas tarefas;

V - organizar e manter atualizado o controle dos veículos e bens apreendidos; o cadastro de formulários destinados à apreensão de documentos, veículos, armas e outros objetos; bem como o cadastro dos documentos extraviados, cancelados ou danificados;

VI - programar, orientar e executar comandos e operações especiais de prevenção e repressão às infrações de trânsito, objetivando a redução dos acidentes; e

VII - realizar levantamentos estatísticos e pesquisas das atividades operacionais desenvolvidas pela Superintendência, além de outros procedimentos necessários à consecução da missão institucional do Departamento, elaborando mapas, gráficos e relatórios demonstrativos para retratar a situação real das ações e serviços prestados ao longo das rodovias e estradas federais.

2.7 – Núcleo de Operações Especiais – NOE, compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades relativas ao policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública;

II - estudar, revisar e propor normas, instruções e regulamentações referentes a abordagem, bloqueio de estradas, controle de tráfego e demais ações de policiamento;

III - executar, controlar e avaliar as operações especiais desencadeadas pela Superintendência;

IV - apoiar outros órgãos do sistema de segurança pública, no desempenho de missões cujas características exijam táticas e procedimentos especiais, quando autorizado pelo superior hierárquico;

V - executar, acompanhar e promover trabalhos e operações de prevenção e repressão aos crimes de roubo e furto de veículos e cargas, tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, tráfico de armas, munições e produtos controlados, contrabando, descaminho, falsificação de produtos, adulteração de combustíveis, outros crimes contra o patrimônio, e demais delitos praticados nas rodovias e estradas federais;

VI - executar, acompanhar e promover ações específicas no combate ao trabalho escravo, à exploração sexual infanto-juvenil, ao tráfico de seres humanos, aos crimes ambientais, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado, e demais delitos transnacionais que utilizem as rodovias e estradas federais para sua consecução;

VII - pesquisar, analisar e difundir o comportamento dos infratores, bem como organizar e manter atualizado o cadastro de informações sobre os crimes praticados nas rodovias e estradas federais, além de elaborar e difundir as resenhas sobre acontecimentos de relevância ocorridos em sua área de atuação em articulação com a área de Inteligência e Central de Informações Operacionais; e

VIII - coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros.

2.8 – Núcleo de Multas e Penalidades – NMP, compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;

II - organizar, controlar, orientar e distribuir às unidades da Superintendência, normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito e outros procedimentos que disciplinam a

aplicação de penalidades;

III - organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de registros de multas e o processamento das penalidades aplicadas, de acordo com as disposições legais;

IV - acompanhar e controlar a arrecadação de multas, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços;

V - controlar, orientar e manter cadastro atualizado de talões de autos de infração distribuídos, extraviados ou danificados;

VI - controlar, orientar e gerenciar processos de cancelamento de multas;

VII - elaborar mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, de penalidades aplicadas e da arrecadação de multas, bem como manter registros de débitos existentes;

VIII - preparar as informações técnicas atinentes aos processos judiciais acerca de multas

IX - coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

2.9 – Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária – NURAM, compete:

I - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, quais sejam: a) atendimento pré-hospitalar e resgate b) transporte inter-hospitalar; c) transporte de órgãos; d) apoio de saúde a operações da Unidade Regional; e) apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos; f) comandos de saúde preventivos para o trânsito; g) atividades de medicina do tráfego; h) investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito; i) confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes. II - realizar ou acompanhar cursos e treinamentos correlacionados às atividades elencadas no inciso I;

III - propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades elencadas no inciso I;

IV - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiro; Defesa Civil e outros órgãos e instituições locais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso I;

V - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com a segurança do trânsito, prevenção e levantamento de locais de acidentes;

VI - propor medidas para a redução dos índices de acidentes e preservação da integridade física dos usuários e dos servidores quando em serviço;

VII - manter arquivos atualizados de boletins de ocorrências;

VIII - preparar e fornecer os elementos necessários à elaboração de relatórios e coleta de dados estatísticos de acidentes de trânsito;

IX - orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos, elaborando planos e procedimentos para a condução ou atendimento a acidentes envolvendo esses produtos, bem como realizar estudos e análises sobre a legislação e as normas de segurança;

X - colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais;

XI - promover a realização de trabalhos de fotografia técnica, desenhos, plantas, croquis e

demais meios necessários à ilustração e complementação dos serviços efetuados, assim como controlar, supervisionar e manter cadastro atualizado de formulários destinados a boletins de ocorrências; e

XII - realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos, assim como orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e divulgação de dados e informações, promovendo a realização periódica de censos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário.

2.10 – Seção Administrativa e Financeira – SAF, compete:

I - programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;

II - elaborar edital, minuta de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações, no âmbito da Superintendência;

III - orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório;

IV - coordenar e analisar os atos relacionados a procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades, manifestando-se quanto ao atendimento da legislação pertinente;

V - comunicar os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitações no âmbito da Superintendência;

VI - indicar à autoridade competente os servidores que deverão atuar como pregoeiro, equipe de apoio, presidente e membros das comissões de licitação, gestores de contrato e comissão de recebimento de materiais/serviços no âmbito da Unidade Regional;

VII - prestar apoio administrativo ao pregoeiro e às comissões de licitação;

VIII - supervisionar e acompanhar os trabalhos de fiscalização e gestão contratual no âmbito da Superintendência;

IX - organizar e controlar o cronograma de realização de licitações, além de acompanhar a publicação de todos os atos relativos ao processo licitatório;

X - promover a fiscalização das construções, reformas e ampliações dos bens imóveis no âmbito da Unidade Regional; e

XI - desenvolver, implementar e coordenar o planejamento da Unidade Regional, considerando todas as áreas de atuação e encaminhando as demandas à Sede Central, em prazo estabelecido mediante instrução interna do Departamento.

2.11 – Núcleo de Orçamento e Finanças – NUOFI, compete:

I - programar, orientar, controlar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira;

II - elaborar demonstrativos sobre a execução orçamentária e financeira;

III - controlar e executar os recursos recebidos e praticar os procedimentos pertinentes à emissão de notas de empenho, à liquidação e ao pagamento das despesas;

IV - informar, para fins de licitação, a existência de disponibilidade orçamentária;

- V - controlar o crédito disponível existente nos diversos elementos de despesas;
- VI - controlar e processar os pagamentos de despesas do exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores;
- VII - receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de contratos;
- VIII - analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento;
- IX - proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos;
- X - analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos;
- XI - emitir ordens bancárias de pagamentos, de créditos ou de guias de recebimentos;
- XII - manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários; e
- XIII - manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio da Superintendência.

2.12 – Núcleo de Patrimônio e Material – NUPAT, compete:

- I - orientar, controlar e executar as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado;
- II - efetuar o levantamento das necessidades da Superintendência e propor a aquisição de bens móveis e imóveis;
- III - receber, acompanhar, controlar, distribuir ou redistribuir os bens móveis;
- IV - propor a recuperação, reparação ou substituição dos bens danificados integral ou parcialmente; a alienação dos bens móveis considerados prescindíveis ou de recuperação antieconômica e a baixa dos bens irrecuperáveis, de acordo com a legislação pertinente, elaborando os mapas de incorporação e baixa de bens;
- V - promover o inventário patrimonial dos bens de responsabilidade da Superintendência;
- VI - examinar os processos de alienação, bem como orientar e controlar a execução dos atos que envolvam a aquisição, alienação e recebimento de bens móveis e imóveis, e os registros contábeis de baixas, cessões e alienações;
- VII - manter atualizado o cadastro de material permanente e de imóveis, com a respectiva documentação, inclusive termo de responsabilidade;
- VIII – examinar, conferir, armazenar e escriturar a entrada e a saída de materiais e equipamentos, exercendo o controle físico-contábil dos estoques, bem como efetuar o levantamento das necessidades e propor a aquisição do material de consumo;
- IX - manter em segurança os materiais estocados, observando as condições de armazenamento, de acordo com as determinações contidas em legislação pertinente, bem como indicar membros para compor comissão especial para efetuar o inventário e o recebimento de bens adquiridos;
- X - atualizar, no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União, as modificações físicas executadas nos imóveis em uso pela Superintendência;
- XI - manter atualizada a situação física dos bens patrimoniais no sistema de controle interno do patrimônio; e

XII - manter atualizado o registro da identificação, quantitativo e numeração do manequim dos servidores lotados na Unidade Desconcentrada para pronto atendimento quando solicitado.

2.13 – Núcleo de Documentação – NUDOC, compete:

I - controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos;

II - receber, conferir, classificar, numerar, selecionar, distribuir, pesquisar, autuar e indexar documentos, processos, expedientes e demais correspondências;

III - manter sob sua guarda, em perfeitas condições de conservação, a documentação encaminhada para arquivo;

IV - manter registro, controlar, acompanhar e prestar informações sobre a tramitação de processos e documentos;

V - controlar o trâmite de correspondências enviadas por meio de malotes;

VI - promover a aquisição, supervisão e controle da distribuição do Diário Oficial, jornais, revistas e periódicos necessários ao desempenho da Superintendência;

VII - implementar e supervisionar a política de documentação e informação no âmbito da Superintendência, garantindo a recuperação das informações, o acesso aos documentos e a preservação de sua memória; e

VIII - normatizar e manter atualizado o acervo documental e de informações da Superintendência, assim como organizar e supervisionar a implantação das atividades de gestão de documentos das unidades administrativas vinculadas, estabelecendo normas gerais de trabalho.

2.14 – Núcleo de Serviços Gerais – NUSEG, compete:

I - encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços;

II - elaborar e manter atualizado o catálogo de materiais e de especificações, bem como manter registro cadastral de fornecedores e prestadores de serviços;

III - processar e efetuar compras isentas de licitação, na forma da legislação pertinente;

IV - instruir os interessados sobre os documentos necessários à inscrição no cadastro de fornecedores;

V - acompanhar e promover a execução das atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoas nas dependências da Unidade Regional;

VI - promover e acompanhar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;

VII - promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos;

VIII - promover o gerenciamento da frota de veículos;

IX - elaborar o Plano Anual de Aquisição de Veículos - PAAV no âmbito da sua Unidade Regional;

X - informar imediatamente ao Chefe do Núcleo de Patrimônio e Material sobre qualquer alteração de situação física, temporária ou permanente, dos bens patrimoniais encaminhados para manutenção ou conserto, bem como sobre movimentações para estes fins; e

XI - repassar periodicamente ao Chefe da Divisão de Administração e Serviços Gerais as informações relativas à manutenção e documentação das viaturas da Superintendência.

2.15 – Núcleo de Telemática – NUTEL, compete:

I - planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização;

II - desenvolver estudos destinados à modernização das atividades de informática, telefonia e radiocomunicação;

III - treinar e dar suporte técnico aos usuários de informática, telefonia e radiocomunicação no âmbito da Superintendência;

IV - pesquisar, avaliar, propor especificações técnicas, testar e emitir parecer para aquisição e utilização de recursos de hardware, software e de telecomunicações, bem como sua implantação e operação;

V - promover e supervisionar a execução dos serviços técnicos de instalação, manutenção nos equipamentos e programas de informática, telefonia e radiocomunicação; e

VI - dar parecer sobre obras e reformas prediais que envolvam a estrutura física da rede lógica, de telefonia ou de radiocomunicação.

2.16 – Seção de Recursos Humanos – SRH, compete:

I - programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal; e

II - planejar, coordenar, orientar e executar as seguintes atividades de saúde: a) concessão de plano de saúde; b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho; c) Projeto Servidor Saudável a Escolha Racional e Viável - PROSSERV; d) apoio de saúde institucional; e) higiene e saúde no trabalho; f) perícias; g) doenças do trabalho; h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis; i) medicina do trabalho; j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores; l) juntas médicas regionais. III - prestar assistência social, médica, odontológica, psicológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química;

IV - auxiliar as atividades de saúde quando do recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;

V - realizar a inspeção de saúde para prática de atividades físicas;

VI - realizar ou acompanhar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;

VII - propor aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas; e

VIII - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiros; Defesa Civil e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso II.

2.17 – Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal – NUCAP, compete:

- I - orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores;
- II - auxiliar na realização de concursos públicos e outros processos seletivos, cursos e estágios;
- III - realizar estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar e propor normas complementares à legislação afeta à área de pessoal;
- IV - analisar, elaborar e opinar sobre propostas, projetos e demais atos de natureza normativa sobre a sua área de competência;
- V - planejar e executar as atividades pertinentes à capacitação dos servidores administrativos que não obtiveram índice satisfatório na avaliação da GDATA;
- VI - instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal;
- VII - executar as atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e concessão de Progressão Funcional e da GDATA;
- VIII - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como elaborar diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos da Superintendência;
- IX - instruir processos judiciais acerca da legislação de pessoal, visando fornecer à Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais os subsídios necessários à elaboração das informações jurídico- legais necessárias à defesa da União; e
- X - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

2.18 – Núcleo de Administração de Pessoal – NUAP, compete:

- I - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo;
- II - auxiliar o Chefe do Distrito na verificação da legalidade dos atos e da motivação das decisões atinentes a sua competência;
- III - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação, incorporações de vantagens, preparação e controle de pagamento;
- IV - cadastrar e manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas;
- V - controlar e registrar a frequência dos ativos, comunicando à autoridade competente as faltas que impliquem em infração disciplinar;
- VI - prestar informações e fornecer certidões, declarações, cópias de documentos nas condições autorizadas por lei;
- VII - adotar providências para a expedição e controle de identidades funcionais;
- VIII - controlar, registrar e programar as férias dos servidores, lavrar apostilas, termos de posse, organizar e manter atualizados os registros de lotação de servidores requisitados e cedidos;

- IX - controlar e adotar medidas para a efetivação de remoção a pedido no âmbito de sua competência;
- X - instruir processos referentes a exercícios anteriores, processos de cessão, redistribuição, remoção ex-offício, disponibilidade e reversão de servidores, e demais processos relacionados a direitos e vantagens dos servidores;
- XI - analisar processos de aposentadoria e pensões, elaborar títulos concessórios e declaratórios de inatividade e apostilas declaratórias referentes às alterações de proventos;
- XII - promover as alterações e controlar a folha de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionista;
- XIII - fornecer dados referentes ao pagamento e emitir fichas financeiras dos servidores do Distrito Regional, quando solicitado, nas condições autorizadas por lei;
- XIV - acompanhar junto ao órgão competente as alterações no sistema de pagamento;
- XV - calcular e informar a margem consignável para fins de empréstimos em consignação;
- XVI - elaborar os cálculos para pagamentos referentes à ajudas-de-custo, auxílio-creche, alimentação, transporte, exercícios anteriores e demais direitos e vantagens dos servidores do Distrito Regional;
- XVII - adotar providências para a avaliação e a concessão da progressão funcional aos servidores, nos termos da legislação pertinente;
- XVIII - planejar, coordenar, orientar e executar, em nível nacional, as seguintes atividades de saúde: a) acompanhamento da concessão de plano de saúde; b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho; c) Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável - PROSSERV; d) apoio de saúde institucional; e) higiene e saúde no trabalho; f) perícias de saúde; g) doenças do trabalho; h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis; i) atividades de medicina do trabalho; j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores; l) Junta médica nacional; m) juntas médicas regionais; n) auxiliar o recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos; o) inspeção de saúde para prática de atividades físicas; p) auxiliar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades de saúde; q) proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades de saúde; r) representação local junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas no inciso XXV. XIX - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

2.19 – Corregedoria Regional – CR, compete:

- I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;
- II - proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes;
- III - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e

cumprimento da legislação pertinente;

IV - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;

V - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;

VI - elaborar e manter atualizado os relatórios da área correicional da Unidade Regional;

VII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correicionais de servidores da Superintendência;

VIII - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;

IX - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;

X - elaborar estatísticas de interesse da área correicional e relatórios de gestão;

XI - prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correicionais;

XII - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;

XIII - auxiliar na gestão do orçamento correicional;

XIV - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e

XV - elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

2.20 – Núcleo de Assuntos Internos – NUAI, compete:

I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;

II - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;

III - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;

IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;

V - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e

VI - operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

2.21 – Delegacias de Polícia Rodoviária Federal – DEL, compete:

I - executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas;

II - controlar e orientar os procedimentos de autuação e adoção de medidas administrativas;

III - controlar as condições do trânsito nas rodovias e estradas federais e executar outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da delegacia;

IV - zelar pela segurança do trânsito e dos usuários, por meio do policiamento ostensivo ao

longo das rodovias e estradas federais sob sua circunscrição, bem como realizar comandos especiais e de rotina;

V - adotar as medidas adequadas para assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, notadamente em casos de acidentes;

VI - zelar pela observância das disposições legais e regulamentares quanto ao alinhamento, recuo e gabarito das construções às margens das rodovias e estradas federais ou de obras e instalações que possam interferir na segurança do trânsito;

VII - adotar medidas de prevenção e repressão aos crimes contra a pessoa, a vida, o patrimônio público e de particulares, o meio ambiente, a administração pública, em especial o contrabando e o descaminho, e demais delitos previstos na legislação penal em vigor, nas estradas e rodovias federais;

VIII - controlar e executar os serviços referentes às áreas administrativas, de pessoal, de protocolo e arquivo, zeladoria, material e patrimônio;

IX - baixar atos normativos relativos à regulamentação de atividades, em sua área de circunscrição, após devidamente autorizado pelo Superintendente ou Chefe de Distrito; e

X - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

2.22 – Núcleo de Policiamento e Fiscalização – NPF, compete:

I - controlar, executar e orientar os serviços referentes às áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, autuações, medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da Delegacia.

2.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Conforme já anunciado em itens anteriores deste RG, os macroprocessos finalísticos desta UJ aparecem inscritos na interseção entre as missões e a circunscrição a ela atribuídas. Desse modo, segue destacada, de forma mais específica que nos itens anteriores a este, a identificação dos macroprocessos finalísticos da 20ª SRPRF/SE:

- a) Promoção da segurança pública para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio do patrulhamento ostensivo das rodovias federais;
- b) Exercício dos poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e as demais normas pertinentes, inspecionando e fiscalizando o trânsito, bem como executando serviços de prevenção, atendimento de acidentes e elaboração de perícias de trânsito nas rodovias federais;
- c) Garantia da livre circulação nas rodovias federais, efetuando a fiscalização e atuando na prevenção e repressão ao tráfico de menores, aos furtos e roubos de veículos e bens, ao tráfico de substâncias ilegais, ao contrabando, ao descaminho e aos demais crimes previstos em leis, tais como os crimes contra: a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia e o meio ambiente;
- d) Promoção do aumento da percepção de segurança dos usuários das rodovias federais.

Nos textos legais mencionados nos itens 2.2. deste RG (a saber: CRFB/88, Decreto nº

1.655/95 e Lei nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro) e nas competências descritas no Regimento Interno (item 2.3.3. deste RG) estão esboçados tanto os macroprocessos finalísticos quanto os macroprocessos de apoio desta UJ.

Os quatro itens acima (“a”, “b”, “c” e “d”), recortados entre a diversidade de atribuições destinadas à PRF, sintetizam especificamente os macroprocessos finalísticos da 20ª SRPRF/SE, quais sejam: o patrulhamento ostensivo das rodovias federais voltado para a fiscalização do trânsito, a prevenção e atendimento a acidentes, a garantia da livre circulação e o combate ao crime.

Esses macroprocessos finalísticos, supervisionados continuamente pelo Superintendente Regional, são diretamente gerenciados por áreas específicas internas, conforme definido no Regimento interno: Seção de Policiamento e Fiscalização – SPF e Núcleos a ela vinculados, Delegacias de Polícia Rodoviária Federal – DEL e Núcleos de Policiamento e Fiscalização – NPF.

Em harmonia com as informações registradas neste item, cabe a transcrição, abaixo, de modo complementar, de trechos do Mapa Estratégico da Polícia Rodoviária Federal, para o período 2013-2020, que informam sobre a missão, a visão de futuro e os valores adotados pela instituição¹⁸:

Missão: "Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União".

Visão de Futuro: “Ser reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e pela indução de políticas públicas de segurança e cidadania”.

Valores: “Profissionalismo, Honestidade, Equidade, Proatividade, Cordialidade, Comprometimento, Espírito de Equipe, Transparência, Responsabilidade Socioambiental”.

2.5. MACROPROCESSOS DE APOIO

Os macroprocessos de apoio são todos aqueles que proporcionam o necessário suporte para o bom desempenho dos macroprocessos finalísticos. São, portanto, também essenciais ao funcionamento da UJ. De modo panorâmico pode-se identificar os macroprocessos de apoio no âmbito da 20ª SRPRF/SE como aqueles realizados nas áreas de assessoramento jurídico, comunicação interna e externa, atividades de inteligência policial, gestões administrativa e financeira, gestão de recursos humanos e ações correicionais.

Esses macroprocessos de apoio, supervisionados continuamente pelo Superintendente Regional, são diretamente gerenciados por áreas específicas internas, conforme definido no Regimento interno: Núcleo de Apoio Técnico – NUAT, Núcleo de Comunicação Social – NUCOM, Núcleo de Inteligência – NUINT, Seção Administrativa e Financeira – SAF e Núcleos a ela vinculados, Seção de Recursos Humanos – SRH e Núcleos a ela vinculados e Corregedoria Regional – CR e o Núcleo a ela vinculado.

De modo ilustrativo, seguem listadas ações que, destacadamente, considerando a experiência de gestão desta UJ, estão relacionadas aos macroprocessos de apoio:

- a) Exercício e aperfeiçoamento de uma gestão participativa;
- b) Mapeamento, otimização, padronização e sistematização de processos de trabalho;
- c) Reflexão contínua para o aprimoramento da interpretação legal;
- d) Articulação de parcerias e cooperação com outras instituições;
- e) Aprimoramento do uso da tecnologia da informação;
- f) Fortalecimento da imagem institucional da PRF;
- g) Ações continuadas de comunicação interna e externa;
- h) Adequação entre a distribuição de pessoal e as necessidades setoriais;

¹⁸ O Mapa Estratégico da PRF é parte integrante do Plano Estratégico para o exercício 2013-2020, instituído pela Portaria nº 28/2014/DG/DPRF/MJ;

- i) Promoção do bem estar e da motivação dos servidores;
- j) Investimento em meios e infraestrutura adequados ao desempenho das atividades.

2.6. PRINCIPAIS PARCEIROS

No decorrer do exercício 2013 a 20ª SRPRF/SE contou com importantes parcerias que facilitaram a execução e o alcance dos objetivos traçados. Conforme orientação contida no item 1.6 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013 – Conteúdo do Relatório de Gestão, deve-se, no RG, enfatizar “os principais parceiros relacionados à atividade-fim da unidade”. Assim, estão destacadas, a seguir, aquelas parcerias que contribuíram diretamente para a consecução das atividades relacionadas à fiscalização do trânsito, à prevenção e atendimento a acidentes, à garantia da livre circulação e ao combate ao crime:

a) SEFAZ/SE: a parceria com esse órgão estadual continua. Ressalte-se que foi formalizada no exercício 2010, cujo objeto foi a cessão provisória do Posto de Fiscalização Josias Carvalho (localizado no km 5 da BR-235/SE). Isso permitiu, no exercício 2012, a efetiva ocupação, pela PRF, da área e instalações cedidas. Assim, no dia 01/11/2012, após reforma executada pela PETROBRAS, o Posto 01 e a Sede da 1ª Delegacia foram transferidos das precárias instalações antes utilizadas (localizadas no km 4 da mesma BR) para as instalações cedidas. Com isso foram amplamente melhoradas as condições de trabalho dos servidores e conseqüentemente restaram favorecidas as condições, naquele âmbito, para execução de todas as atividades relacionadas aos macroprocessos finalísticos desta UJ: a fiscalização do trânsito, a prevenção e atendimento a acidentes, a garantia da livre circulação e o combate ao crime;

b) PETROBRAS: numa breve retrospectiva, firmamos uma parceria com essa grande empresa, ainda no exercício 2011, por meio do Termo de Parceria 2600.0070614.11.4 (cadastrado no Portal da Transparência como Convênio 01/2012), cujo principal encargo da parceira PETROBRAS fora “efetuar a reforma das instalações prediais e área circundante do Posto de Fiscalização Josias Carvalho”. Essa ação permitiu, conforme já registrado no item anterior a este, a transferência, em 01/11/2012, do Posto 01 e a Sede da 1ª Delegacia para novas e mais adequadas instalações, contempladas ainda com áreas apropriadas para fiscalização e guarda de veículos, bem como para recepcionar pessoas. Outros projetos estão sendo por nós elaborados e em breve serão analisados conjuntamente para que seja verificada a viabilidade, de forma que ambas as instituições e por conseqüência a Sociedade sejam favorecidas. Há ainda uma interação institucional excepcional no tocante ao fluxo de informações, que é de suma importância para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao Núcleo de Inteligência. Uma vez mais, é incontestável o aumento da qualidade das atividades relacionadas aos macroprocessos finalísticos desta UJ.

c) PC/SE: Em face da necessidade de otimização dos serviços prestados à sociedade, aliada à especificidade das atribuições da PRF, foi celebrado um acordo mediante Portaria, assinada conjuntamente entre as duas instituições, para que as perícias em acidentes de trânsito, com óbito, fossem por nós elaboradas. Tal ação ensejou uma capacitação de vários policiais rodoviários federais e ainda que incipiente já começou a surtir efeito, haja vista a qualidade dos laudos produzidos. Por mantermos uma boa relação institucional e por desenvolvermos atividades correlatas, sempre existe a reciprocidade, quando da realização de cursos de especialização, em relação ao oferecimento de vagas. Desta maneira, os policiais que deles participam melhoram seus respectivos desempenhos no exercício da atividade policial. Além das atividades desenvolvidas concomitantemente, desenvolvemos ações específicas de treinamento e para isso utilizamos as salas da ACADEPOL, bem como o estande para a prática de tiro policial.

d) Juízo da Comarca de Malhada dos Bois/SE : Após conhecimento da atividade de

perícia desenvolvida pela PRF, o Juiz dessa Comarca, por verificar a importância dessa ação para a Sociedade, fez a concessão de alguns equipamentos essenciais para que os peritos desenvolvam as atividades com uma melhor estrutura e assim aumentem a eficiência profissional.

e) Juízo da Comarca de Carira/SE : De forma análoga, a Comarca de Carira, desta vez capitaneada pelo Ministério Público, nos concedeu a licença de um software de última geração, onde a cena e a dinâmica do acidente podem ser recriados com base nos dados levantados pelos peritos no local da ocorrência. São ações que estão ajudando sobremaneira para que a atividade de perícia chegue a um patamar de excelência .

f) UFS: Não foi ainda formalizado um acordo mas devido a necessidade de Laudos Periciais Complementares, a exemplo de exames metalográficos em peças de veículos, a UFS, através da Pró-Reitoria de Extensão, já demonstrou interesse em estreitarmos os laços institucionais, onde a maior proximidade será com o Departamento de Engenharia de Materiais. Inicialmente, como plano piloto, um Laudo Complementar está sendo produzido pelo citado Departamento, cujo resultado irá produzir subsídios para identificar as causas que levaram à ocorrência de um determinado acidente de trânsito e em contra partida ajudará no desenvolvimento das habilidades dos alunos que participarem do projeto, devidamente assistidos pelos professores orientadores.

g) PF: mediante o disposto no Capítulo IV, do Título IV, da Lei 11.343/2006, alguns veículos apreendidos nos foram disponibilizados, os quais estão sendo efetivamente utilizados pelas respectivas áreas que os receberam. Algumas ações conjuntas foram efetuadas e surtiram um efeito muito positivo, haja vista a quantidade de entorpecentes apreendida. Esperamos que essas atividades se intensifiquem, pois traz um grande benefício à Sociedade.

h) CBM/SE: tendo em vista que passamos por um período crítico relacionado à falta de efetivo, onde constatamos que alguns equipamentos ficaram ociosos, firmamos, com o fim precípua de favorecer a Sociedade, um acordo através do processo 08672.001.469/2011-26, onde 2 (dois) desencarceradores foram cedidos para serem efetivamente utilizados no atendimento aos acidentes de trânsito.

i) PM/SE e Forças Armadas: também não temos firmado acordo algum entretanto sempre houve um bom relacionamento com essas instituições. Assim, sejam em operações conjuntas ou diante de alguma necessidade a ajuda é mútua.

j) Prefeituras Municipais de Nossa Senhora do Socorro, Itabaiana e Estância: com o escopo de preservarmos o bem jurídico maior, a vida humana, foram assinados, junto ao Ministério Público Estadual, com cada respectiva Prefeitura, Termos de Ajuste de Conduta (TAC) a fim de que conjuntamente fossem desenvolvidas ações para evitar acidentes com animais soltos nas rodovias. Desta forma, a PRF está atuando na apreensão desses animais e os direciona aos estábulos das Prefeituras, uma vez que, pelos TACs, lhes coube a guarda.

k) AGU : como referência memorial, a parceria com aquele órgão federal, caracterizada pelo entendimento contínuo na condução de assuntos diversificados relacionados à administração pública, alcançou no decorrer do exercício 2012 um aspecto com impacto imediato na execução dos macroprocessos finalísticos desta UJ. Frente à captação de informações prévias sobre planos de interdição de trechos das rodovias federais por movimentos sociais e entidades representativas de coletivos, a parceria com a AGU viabilizou, junto ao poder judiciário, a impetração de ações de interdito proibitório. Com isso, restaram previamente frustrados planos que pudessem promover turbações ao longo das pistas e faixas de domínios das rodovias federais. Essa parceria, portanto, foi de fundamental importância para a garantia da livre circulação e segurança do trânsito. A AGU continua tendo um papel preponderante na qualidade do nosso desenvolvimento institucional, pois através da Consultoria Jurídica e do Contencioso, sempre tem nos orientado e atuado na mediação das mais diversas questões.

l) SINPRF/SE e UPRB/SE : são inúmeras as ações positivas que essas instituições

promoveram ou participaram como coadjuvantes com esta Superintendência ao longo dos anos. Limitando-nos às ações recentes, no decorrer do exercício 2012, com o contingenciamento de recursos anunciado pelo governo federal, não se tinha como adquirir equipamentos, a exemplo de aparelhos de ar-condicionado, haja vista que estes não faziam parte das especificações contidas na Parceria 2600.0070614.11.4 (mencionado acima) e eram necessários ao oferecimento de satisfatórias condições de trabalho nas novas instalações. Assim, com a proximidade da conclusão das obras de adequação das instalações do Posto de Fiscalização Josias Carvalho para uso pela PRF, este problema chegou ao conhecimento dessas duas entidades representativas – sindical e associativa, respectivamente – dos Policiais Rodoviários Federais. Por meio de doações elas complementaram o provimento necessário para o uso da área e instalações do Posto de Fiscalização Josias Carvalho, que, após o dia 01/11/2012, recebeu a denominação de UOP Inspetor Santana (em homenagem ao primeiro gestor da PRF no estado de Sergipe). Não há formalização alguma de acordo mas como ambas entidades lutam pelos direitos dos policiais rodoviários federais, de certo que essa parceria sempre se manterá.

3. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

3.1. PLANEJAMENTO DA UJ

No final do exercício 2010 o DPRF (órgão central ao qual esta UJ esta vinculada) iniciou um trabalho, com a participação de todos os Superintendentes Regionais, visando a elaboração de um Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica, com utilização da metodologia *Balanced Scorecard*, alinhada à Gestão por Competências. Resultante desse processo foi oficialmente instituído em 12 de fevereiro de 2014, por meio da Portaria nº 28/2014/DG/DPRF/MJ, o Plano Estratégico da Polícia Rodoviária Federal para o período 2013-2020¹⁹. Cabendo a cada uma das unidades desconcentradas – entre as quais a 20ª SRPRF/SE – definir a execução desse planejamento, considerando o contexto local, os limites de cada circunscrição e as metas operacionais estabelecidas pelo órgão central.

Quanto às metas operacionais para o exercício 2013, foi estabelecido para a 20ª SRPRF/SE, por meio da IS 001/2013-CGO, quantidades de procedimentos a serem realizados referentes à: fiscalização de pessoas, fiscalização de veículos, testes de alcoolemia e pessoas abrangidas por ações de Educação Para o Trânsito.

No âmbito desta UJ, o desdobramento das estratégias institucionais planejadas pelo DPRF, considerando-se as peculiaridades locais, tem sido operacionalizado por meio do controle continuado da gestão, com base nas ações estratégicas definidas para a UJ, que vêm sendo anualmente avaliadas e realinhadas. Fruto da metodologia gerencial adotada na 20ª SRPRF/SE, conforme descrito na introdução deste RG, foram definidas estratégias de ação para o exercício 2013, vinculadas às competências constitucionais, legais e normativas.

Assim, buscando alcançar eficácia e eficiência no desempenho operacional, bem como atingir as metas operacionais estabelecidas na IS 001/2013-CGO, em harmonia com as definições apresentadas nos itens 2.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade e 2.4. Macroprocessos Finalísticos, ambos deste RG, a UJ traçou um conjunto de objetivos, entre os quais:

¹⁹ Embora oficializado em 12/02/2014, o Plano Estratégico da PRF, no decorrer do processo de elaboração, já vinha sendo parcialmente difundido no âmbito institucional, a exemplo de informação divulgadas pela Divisão de Gestão Documental e Normatização – DINOR/DPRF para as unidades desconcentradas, por e-mail, em 25/03/2013 e que serviram de base para o planejamento e execução de ações e elaboração de relatórios de gestão desde o exercício 2012 (esta informação constou no RG 2013 – referente ao exercício 2012 – desta UJ). Desse modo, as ações do exercício 2013 já receberam o norteamento das principais diretrizes contidas no plano referenciado.

a) Manutenção de condições de funcionamento do NOE e da CIOP, bem como de GPT no âmbito das duas Delegacias. Todas essas, medidas que favorecem o bom desempenho da ação operacional;

b) Melhoria das condições de trabalho das equipes operacionais, tanto no tocante à equipamentos quanto à estrutura física das UOP;

c) Elaboração do planejamento operacional anual e controle da execução. Gestão do planejamento e controle a cargo da SPF e a execução sob o comando das Delegacias, com supervisão de todas as etapas pelo Superintendente Regional.

No tocante às ações vinculadas aos macroprocessos de apoio, também detalhadas nos tópicos seguintes deste RG, prevalece o entendimento de que podem ser consideradas estratégicas na medida da vinculação, como suporte necessário, para a realização dos macroprocessos finalísticos, estes diretamente relacionados às finalidades e competências institucionais da UJ. Desse modo, explica-se que nos itens acima elencados (letras “a” a “c”) o foco está direcionado para a atividade operacional.

3.1.1. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A principal estratégia adotada em âmbito local para o alcance dos objetivos estratégicos traçados tem sido o exercício continuado do controle. Inicialmente o conjunto da gestão iniciou o exercício com foco nas ações sugeridas no RG referente ao exercício 2012, para mitigação das dificuldades encontradas naquele exercício. Todavia, nas reuniões periódicas da equipe gestora foram feitas adequações a partir dos indicativos iniciais.

O exercício do controle é feito diretamente sobre a atividade operacional pelas chefias das Delegacias, com o auxílio dos respectivos chefes de NPF. A SPF, por sua vez, exerce o acompanhamento e controle sobre o conjunto das atividades operacionais da UJ, dirigindo-se aos gestores das Delegacias e apresentando os resultados parciais, periodicamente, ao Superintendente Regional (gestor máximo da UJ).

Quanto aos macroprocessos de apoio, o controle das ações relacionadas aos objetivos estratégicos é exercido diretamente sobre suas respectivas áreas regimentais de trabalho pelos chefes de Seção: SPF, CR, SAF e SRH. Essas chefias dirigem-se ao Superintendente Regional, apresentando periodicamente a evolução dos processos de trabalho.

No desenrolar de todas essas ações, relacionadas aos macroprocessos finalísticos e de apoio, diversos riscos internos e externos se interpuseram. Esses riscos, que variam de intensidade e relevância no decorrer dos processos, estão identificados para o exercício 2013, com as principais dificuldades já listadas no item 1.2. deste RG. Quando possível, medidas imediatas foram adotadas para contornar as ameaças ao cumprimento dos objetivos. Em outros casos, medidas mitigadoras restaram sugeridas para o exercício seguinte.

3.1.2. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS E AÇÕES

No tocante aos macroprocessos de apoio observa-se uma evolução satisfatória do desempenho da UJ no decorrer dos mais recentes exercícios, de modo que, as principais demandas originadas na atividade operacional vêm sendo supridas satisfatoriamente. Essa evolução, no decorrer de 2013, pode ser ilustrada pela inexistência da interrupção de serviços ou fornecimento de materiais decorrente de encerramento de contratos.

Quanto aos macroprocessos finalísticos, buscou-se, continuamente, por meio de orientações, atingir as metas operacionais estabelecidas na IS 001/2013-CGO e outras ações

complementares visualizadas como importantes para o contexto local.

3.1.3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Em decorrência de todas as ações planejadas e executadas para o alcance das metas operacionais estabelecidas para a UJ, bem como de outras ações complementares traçadas a partir de considerações sobre as peculiaridades locais, no decorrer do exercício 2013 a 20ª SRPRF/SE chegou aos seguintes números resultantes das atividades operacionais (dados comparativos aos dos exercícios 2010, 2011 e 2012):

II – Fiscalizações, auxílios e serviços de escolta e batedor:

| OCORRÊNCIAS | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | %2013-2010 | %2013-2012 |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|-------------------|
| Autuações | 24.610 | 25.530 | 28.687 | 31.325 | 27,29% | 9,20% |
| Autos de Infração extraídos | 24.873 | 25.759 | 28.923 | 32.009 | 28,69% | 10,67% |
| CNH's Recolhidas | 662 | 458 | 631 | 779 | 17,67% | 23,45% |
| Documentos Retidos | 4.088 | 3.070 | 3.908 | 5.687 | 39,11% | 45,52% |
| Veículos Retidos | 1.265 | 1.034 | 1.152 | 1.365 | 7,91% | 18,49% |
| Veículos Fiscalizados | 65.136 | 50.668 | 53.963 | 55.103 | -15,40% | 2,11% |
| Animais Recolhidos | 435 | 183 | 578 | 1.367 | 214,25% | 136,51% |
| Auxílio Usuário | 436 | 845 | 1.097 | 870 | 99,54% | -20,69% |
| Escolta/ Batedor | 35 | 148 | 52 | 45 | 28,57% | -13,46% |
| Pessoas Fiscalizadas | | 6.535 | 43.806 | 52.245 | 100,00% | 19,26% |

Fonte: ROD/PRF. Informações disponibilizadas pela SPF.

III – Apreensão de substâncias ilegais:

| OCORRÊNCIAS | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | %2013-2010 | %2013-2012 |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|-------------------|
| Cocaína – grama | 1.115 | 12.162 | 116 | 1.265 | 13,45% | 990,52% |
| Crack – grama | 1.131 | 2.000 | 0 | 3.428 | 203,09% | 100,00% |
| Lança-Perfume – frasco | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Maconha – grama | 66.133 | 65 | 1.501 | 398.941 | 503,24% | 26478,35% |
| Pés de Maconha – unid | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Outras – unid | 0 | 18 | 20.159 | 955 | 100,00% | -95,26% |
| Total de ocorrências | 14 | 8 | 16 | 35 | 150,00% | 118,75% |

Fonte: ROD/PRF. Informações disponibilizadas pela SPF.

IV – Combate a crimes ambientais:

| OCORRÊNCIAS | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | %2013-2010 | %2013-2012 |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|-------------------|
| Animais Silvestres | 37 | 30 | 3 | 110 | 197,30% | 3566,67% |
| Carvão / m³ | 0 | | 0 | 19 | 100,00% | 100,00% |
| Madeira / m³ | 26 | | 0 | 83 | 219,23% | 100,00% |
| Outros | 0 | 301 | 13 | 690 | 100,00% | 5207,69% |
| Total de ocorrências | 5 | 2 | 2 | 5 | 0,00% | 150,00% |

Fonte: ROD/PRF. Informações disponibilizadas pela SPF.

V – Apreensões decorrentes de descaminho e contrabando:

| OCORRÊNCIAS | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | %2013-2010 | %2013-2012 |
|-----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|-------------------|
| Bebida - litro | 0 | 0 | 0 | 624 | 100,00% | 100,00% |
| CD/VHS/DVD – unid | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Cigarro – pacotes | 0 | 0 | 0 | 50 | 100,00% | 100,00% |
| Equipamentos de Informática -unid | 0 | 0 | 212 | 0 | 0,00% | -100,00% |
| Eletrônicos - unid | 0 | 0 | 298 | 15 | 100,00% | -94,97% |
| Medicamentos – unid | 0 | 0 | 20035 | 0 | 0,00% | -100,00% |
| Outras – unid | 11 | 1 | 2400 | 16316 | 148227,27% | 579,83% |
| Diversos – gramas | 0 | 0 | 0 | 676 | 100,00% | 100,00% |
| Total de ocorrências | 1 | 2 | 5 | 7 | 600,00% | 40,00% |

Fonte: ROD/PRF. Informações disponibilizadas pela SPF.

VI – Apreensão de armas:

| OCORRÊNCIAS | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | %2013-2010 | %2013-2012 |
|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|-------------------|
| Revolver | 14 | 5 | 19 | 24 | 71,43% | 26,32% |
| Pistola | 4 | 1 | 6 | 5 | 25,00% | -16,67% |
| Espingarda | 0 | 0 | 2 | 4 | 100,00% | 100,00% |
| Fabricação caseira | 1 | 1 | 0 | 1 | 0,00% | 100,00% |
| Fuzil | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Submetralhadora | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Total de armas de fogo | 19 | 7 | 27 | 34 | 78,95% | 25,93% |
| Armas brancas | 1 | 2 | 3 | 3 | 200,00% | 0,00% |
| Total geral de armas | 20 | 9 | 30 | 37 | 85,00% | 23,33% |
| Total de ocorrências | 16 | 9 | 24 | 30 | 87,50% | 25,00% |

Fonte: ROD/PRF. Informações disponibilizadas pela SPF.

VII – Apreensão de munições:

| OCORRÊNCIAS | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | % 2013-2010 | % 2013-2012 |
|--------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------------|--------------------|
| Calibre 22/32 | 52 | 7 | 10 | 14 | - 73,08 | + 40,00 |
| Calibre 38 | 46 | 21 | 63 | 157 | + 241,30 | + 149,21 |
| Calibre 40 | 11 | 0 | 0 | 0 | - 100,00 | 0,00 |
| Calibre 380 | 15 | 0 | 51 | 87 | + 480,00 | + 70,59 |
| Calibre 762/380 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| Calibre 9 mm | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| Outras | 26 | 8 | 38 | 6 | - 76,92 | - 84,21 |
| Total de munições apreendidas | 150 | 36 | 162 | 264 | + 76,00 | + 62,96 |
| Total de ocorrências | 14 | 19 | 18 | 30 | + 114,29 | + 66,67 |

Fonte: ROD/PRF. Informações disponibilizadas pela SPF.

VIII – Recuperação de cargas roubadas:

| OCORRÊNCIAS | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | %2013-2010 | %2013-2012 |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|-------------------|
| Alimentos / Quilo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Eletrônicos | 0 | 267 | 0 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Outras | 0 | 0 | 0 | 91 | 100,00% | 100,00% |
| Total de ocorrências | 0 | 2 | 0 | 1 | 100,00% | 100,00% |

Fonte: ROD/PRF. Informações disponibilizadas pela SPF.

IX – Detenções de pessoas:

| OCORRÊNCIAS | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | % 2013-2010 | % 2013-2012 |
|--------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------------|--------------------|
| Assaltante de carga | 0 | 3 | 0 | 1 | + 100,00 | + 100,00 |
| Assaltante de ônibus | 0 | 1 | 7 | 0 | 0,00 | - 100,00 |
| Estrangeiros | 0 | 0 | 0 | 4 | + 100,00 | + 100,00 |
| Mandados | 78 | 37 | 26 | 41 | - 47,44 | + 57,69 |
| Tráfico de substâncias ilegais | 5 | 7 | 8 | 38 | + 660,00 | + 375,00 |
| Roubo/furto de veículos | 25 | 27 | 28 | 57 | + 128,00 | + 103,57 |
| Contrabando/descaminho | 4 | 5 | 6 | 11 | + 175,00 | + 83,33 |
| Crimes de trânsito | 252 | 193 | 314 | 296 | + 17,46 | - 5,73 |
| Crimes ambientais | 4 | 4 | 2 | 11 | + 175,00 | + 450,00 |
| Outros | 103 | 90 | 108 | 174 | + 68,93 | + 61,11 |
| Total de detidos | 471 | 367 | 499 | 633 | + 34,39 | + 26,85 |

Fonte: ROD/PRF. Informações disponibilizadas pela SPF.

X – Ocorrências envolvendo crianças e adolescentes – vítimas:

| OCORRÊNCIAS | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | %2013-2010 | %2013-2012 |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|-------------------|
| Criança | 3 | 6 | 23 | 21 | 600,00% | -8,70% |
| Adolescente | 1 | 4 | 10 | 5 | 400,00% | -50,00% |
| Total de menores vítimas | 4 | 10 | 33 | 26 | 550,00% | -21,21% |
| Total de ocorrências | 1 | 4 | 10 | 8 | 700,00% | -20,00% |
| Total de pessoas envolvidas | 4 | 2 | 25 | 12 | 200,00% | -52,00% |
| Total de pessoas detidas | 1 | 2 | 5 | 12 | 1100,00% | 140,00% |

Fonte: ROD/PRF. Informações disponibilizadas pela SPF.

XI – Ocorrências envolvendo crianças e adolescentes – infratores:

| OCORRÊNCIAS | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | % 2013-2010 | % 2013-2012 |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------------|--------------------|
| Criança encaminhada | 1 | 3 | 20 | 11 | + 1000,00 | - 45,00 |
| Adolescente apreendido | 11 | 18 | 97 | 70 | + 536,36 | - 27,84 |
| Total de menores infratores | 12 | 21 | 117 | 81 | + 575,00 | - 30,77 |
| Total de ocorrências | 4 | 10 | 44 | 21 | + 425,00 | - 52,27 |
| Total de pessoas envolvidas | 1 | 6 | 29 | 31 | + 3000,00 | - 6,90 |
| Total de pessoas detidas | 7 | 5 | 31 | 30 | +328,57 | - 3,23 |

Fonte: ROD/PRF. Informações disponibilizadas pela SPF.

XII – Combate a crimes diversos:

| OCORRÊNCIAS | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | % 2013-2010 | % 2013-2012 |
|-------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------------|--------------------|
| Assalto a ônibus | 1 | 1 | 6 | 1 | 0,00 | - 83,33 |
| Assalto a veículo de carga | 1 | 2 | 0 | 0 | - 100,00 | 0,00 |
| Assalto a veículo particular | 1 | 0 | 0 | 0 | - 100,00 | 0,00 |
| Crimes contra a vida e o patrimônio | 13 | 17 | 16 | 32 | + 146,15 | + 100,00 |

| | | | | | | |
|----------------------------------|--------|-----|-----|-----|----------|----------|
| Falsificação de documento | 30 | 24 | 12 | 0 | - 100,00 | - 100,00 |
| Trabalhador libertado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| Veículos recuperados | 38 | 49 | 46 | 87 | + 128,95 | + 89,13 |
| Crimes diversos | 30.538 | 63 | 80 | 121 | - 99,60 | + 51,25 |
| Crimes de Trânsito | 253 | 192 | 226 | 284 | + 12,25 | + 25,66 |
| Total de ocorrências | 430 | 342 | 378 | 537 | + 24,88 | + 42,06 |

Fonte: ROD/PRF. Informações disponibilizadas pela SPF.

XIII – Testes de alcoolemia e prisões decorrentes (2012 – 2013):

2012

| | Jan/12 | Fev/12 | Mar/12 | Abr/12 | Mai/12 | Jun/12 | Jul/12 | Ago/12 | Set/12 | Out/12 | Nov/12 | Dez/12 | TOTAL |
|--------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------------|
| teste de alcoolemia | 201 | 272 | 256 | 417 | 114 | 281 | 118 | 41 | 152 | 735 | 1386 | 2038 | 6011 |
| Autuações por alcoolemia | 37 | 36 | 34 | 63 | 21 | 59 | 15 | 22 | 33 | 24 | 55 | 72 | 471 |
| prisões por alcoolemia | 20 | 21 | 16 | 28 | 13 | 16 | 13 | 13 | 23 | 9 | 21 | 34 | 227 |

2013

| | jan/13 | fev/13 | mar/13 | abr/13 | mai/13 | jun/13 | jul/13 | ago/13 | set/13 | out/13 | nov/13 | dez/13 | TOTAL |
|--------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------------|
| teste de alcoolemia | 230 | 695 | 1770 | 3553 | 2913 | 3443 | 2550 | 730 | 2237 | 2518 | 714 | 901 | 22254 |
| Autuações por alcoolemia | 24 | 43 | 60 | 87 | 56 | 84 | 58 | 46 | 61 | 53 | 32 | 43 | 647 |
| prisões por alcoolemia | 13 | 24 | 33 | 19 | 13 | 17 | 29 | 26 | 25 | 20 | 18 | 24 | 261 |

Fonte: ROD/PRF. Informações disponibilizadas pela SPF.

XIV – Acidentes:

| OCORRÊNCIAS | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | % 2013-2010 | % 2013-2012 |
|------------------------------|------|------|------|------|-------------|-------------|
| Acidentes sem vítimas | 889 | 1045 | 1044 | 979 | + 10,12 | - 6,23 |
| Acidentes com feridos | 531 | 579 | 632 | 576 | + 8,47 | - 8,86 |
| Acidentes com mortos | 108 | 89 | 93 | 87 | - 19,44 | - 6,45 |
| Total de Acidentes | 1528 | 1713 | 1769 | 1642 | + 7,46 | - 7,18 |
| Pessoas socorridas | 501 | 238 | 226 | 110 | - 78,04 | - 51,33 |
| Feridos | 952 | 1031 | 1077 | 912 | - 4,20 | - 15,32 |
| Mortos | 136 | 107 | 112 | 113 | - 16,91 | + 0,89 |
| Total de vítimas | 1088 | 1138 | 1189 | 1025 | - 5,79 | - 13,79 |

Fonte: SIGER/PRF. Informações disponibilizadas pela SPF.

XV – Taxa de Variação de Mortos e Feridos (por 1000.000 veículos):

| Ano | Mortos em Acidentes p/ 100.000 veículos | | | Feridos em Acidentes p/ 100.000 veículos | | | Frota SE 2013 |
|---|---|-------|-------------|--|--------|-------------|---------------|
| | 2012 | 2013 | % 2013-2012 | 2012 | 2013 | % 2013-2012 | |
| Média anual | 1, 843 | 1,585 | - 14,00 | 16,220 | 12,796 | - 21,11 | 593.947 |
| Meta 2013 – reduzir em 6% a taxa de variação de mortos e feridos | | | | | | | |

Fonte: Informações disponibilizadas pela SPF.

3.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS**3.2.1. PROGRAMA TEMÁTICO**

Não se aplica à realidade da UJ.

3.2.1.1. ANÁLISE SITUACIONAL

Não se aplica à realidade da UJ.

3.2.2. OBJETIVO

Não se aplica à realidade da UJ.

3.2.2.1. ANÁLISE SITUACIONAL

Não se aplica à realidade da UJ.

3.2.3. AÇÕES**3.2.3.1. AÇÕES – OFSS****XVI – AÇÕES – OFSS (200 G)**

| Identificação da Ação | | | | | | |
|---|---|-------------------|-------------------------|--------------|-------------------------------|-----------------|
| Código | 200G | | Tipo: | | | |
| Título | CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DAS INSTALACOES FISICAS DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL | | | | | |
| Iniciativa | | | | | | |
| Objetivo | (sem descrição) | | Código: 0830 | | | |
| Programa | SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA | | Código: 2070 | | Tipo: | |
| Unidade Orçamentária | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL | | | | | |
| Ação Prioritária | () Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria | | | | | |
| Lei Orçamentária 2013 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2013 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 0,00 | 231.311,95 | 231.311,95 | 110.667,94 | 110.667,94 | -- | 120.644,01 |
| Execução Física | | | | | | |
| Descrição da meta | | Unidade de medida | Montante | | | |
| | | | Previsto | Reprogramado | Realizado | |
| | | | | | | |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2013 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | | Unidade de medida | Realizada |
| - | - | - | - | | - | -- |
| Fonte: SIAFI GERENCIAL. Informação disponibilizada pela SAF. | | | | | | |

Análise Situacional:

Objetivando a atuação de excelência na área de segurança pública com ênfase na readequação das estruturas físicas, voltado para melhoria das condições de trabalho e dos serviços públicos prestados aos cidadãos, foi realizado pregão para a contratação de empresa do ramo de engenharia e arquitetura para confecção dos projetos de uma nova Unidade Operacional.

XVII– AÇÕES – OFSS (201C)

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|---|-------------------|-------------------------|---------------------|-------------------------------|-----------------|
| Código | 201C | | Tipo: | | | |
| Título | ESTRATEGIA NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA NAS FRONTEIRAS - ENAFRON | | | | | |
| Iniciativa | | | | | | |
| Objetivo | (sem descrição) | | | Código: 0825 | | |
| Programa | SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA | | | Código: 2070 | | Tipo: |
| Unidade Orçamentária | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL | | | | | |
| Ação Prioritária | () Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria | | | | | |
| Lei Orçamentária 2013 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2013 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 0,00 | 127.050,68 | 127.050,68 | 124.689,23 | 124.689,23 | 0,00 | 2.361,45 |
| Execução Física | | | | | | |
| Descrição da meta | | Unidade de medida | Montante | | | |
| | | | Previsto | Reprogramado | Realizado | |
| - | | - | - | - | -- | |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2013 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | | Unidade de medida | Realizada |
| - | - | - | - | | - | -- |

Fonte: SIAFI GERENCIAL. Informação disponibilizada pela SAF.

Análise Situacional:

A 20ª SRPRF/SE como parte no contexto nacional da PRF, apesar de, em função de sua localização, não estar ligada a fronteiras com outros países, também faz parte de um órgão de segurança pública nacional e o crime que transcende nossas fronteiras acaba por ter ramificações em nosso estado (a exemplo do tráfico de drogas, armas, contrabando etc). Visando contrapor tais males, a regional envidou esforços no treinamento e aperfeiçoamento de policiais, aquisição de equipamentos além de participar de ações nas fronteiras enviando reforço policial.

XVIII– AÇÕES – OFSS (2723)

| Identificação da Ação | |
|-----------------------|---|
| Código | 2723 Tipo: |
| Título | POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS |
| Iniciativa | |
| Objetivo | FORTALECER A SEGURANCA VIARIA E A EDUCACAO PARA O TRANSITO, AMPLIANDO A CAPACIDADE DE POLICIAMENTO, MONITORAMENTO E |

| | | | | | | |
|--|-----------------|---|--------------------------------|-------------------|-------------------------------|-----------------|
| FISCALIZACAO NAS RODOVIAS FEDERAIS E INTEGRANDO ACOES RELACIONADAS A TEMATICA. Código: 0833 | | | | | | |
| Programa | | SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA Código: 2070 | | | Tipo: | |
| Unidade Orçamentária | | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL | | | | |
| Ação Prioritária | | () Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria | | | | |
| Lei Orçamentária 2013 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2013 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 0,00 | 1.192.231,75 | 1.192.231,75 | 865.120,02 | 865.120,02 | 0,00 | 327.111,73 |
| Execução Física | | | | | | |
| Descrição da meta | | | Unidade de medida | Montante | | |
| | | | | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| - | | | - | - | - | - |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2013 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizada | |
| - | - | - | - | - | - | |
| Fonte: SIAFI GERENCIAL. Informação disponibilizada pela SAF. | | | | | | |

Análise Situacional:

A 20ª SRPRF/SE, em sua circunscrição, destaca duas frentes de esforço, voltadas para garantir a segurança e fluidez no trânsito, sob responsabilidade da gestão local e relacionadas à Ação 2723. A saber:

Os esforços nas ações de polícia administrativa, no qual destacamos a fiscalização de veículos, pessoas, testes de alcoolemia e direcionamento de fiscalizações e autuações em infrações que culminam no agravamento dos índices de fatalidade em ocorrências de acidentes de trânsito, a exemplo de: ultrapassagem em faixa contínua, excesso de velocidade, deixar o condutor ou os passageiros de usar o cinto de segurança, dirigir sob influência de álcool, fiscalização de motocicletas em situação irregular, entre outras.

As ações de prevenção e repressão que além dos resultados apresentados garantem sensação de segurança aos transeuntes da malha viária sob nossa circunscrição. Os resultados aqui referenciados aparecem especificados, para cada um dos principais campos de ação operacional desta UJ.

XIX- AÇÕES – OFSS (7U23)

| | |
|------------------------------|--|
| Identificação da Ação | |
| Código | 7U23 Tipo: |
| Título | IMPLEMENTACAO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA PARA A REALIZACAO DOS GRANDES EVENTOS |
| Iniciativa | |
| Objetivo | IMPLEMENTAR O PLANO NACIONAL PARA A SEGURANCA EM GRANDES EVENTOS, DOTANDO AS INSTITUICOES DE SEGURANCA PUBLICA DOS RECURSOS NECESSARIOS PARA A INTEGRACAO DAS ACOES E EXECUCAO DOS PROJETOS. Código: 0832 |
| Programa | SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA Código: 2070 Tipo: |
| Unidade Orçamentária | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL |

| | | | | | | | |
|---|-----------------|--|-------------------|---|-------------------------------|---|--|
| Ação Prioritária | | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não | | Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC | | <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria | |
| Lei Orçamentária 2013 | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2013 | | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados | |
| 0,00 | 295.853,88 | 295.853,88 | 295.853,88 | 295.853,88 | 0,00 | 0,00 | |
| Execução Física | | | | | | | |
| Descrição da meta | | | Unidade de medida | Montante | | | |
| | | | | Previsto | Reprogramado | Realizado | |
| - | | | - | - | - | - | |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2013 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | | Unidade de medida | Realizada | |
| - | - | - | - | | - | - | |

Fonte: SIAFI GERENCIAL. Informação disponibilizada pela SAF.

Análise Situacional:

Durante os grandes eventos que ocorreram em 2013, a exemplo da Copa das Confederações, a CGO/DPRF efetuou convocações de policiais treinados em diversas especialidades para garantir a segurança no evento, bem como o deslocamento de autoridades nacionais e estrangeiras que foi realizado com auxílio de escoltas da PRF, oferecendo segurança e agilidade. Nesse prisma a 20ª SRPRF/SE enviou vários policiais e equipamentos visando o cumprimento da missão que foi executada sob a coordenação da CGO.

XX – AÇÕES – OFSS (8698)

| | | | | | | | |
|---|-----------------|--|-------------------|---|-------------------------------|---|--|
| Identificação da Ação | | | | | | | |
| Código | | 8698 | | Tipo: | | | |
| Título | | MANUTENCAO E MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO | | | | | |
| Iniciativa | | | | | | | |
| Objetivo | | (sem descrição) | | Código: 0830 | | | |
| Programa | | SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA | | Código: 2070 | | Tipo: | |
| Unidade Orçamentária | | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL | | | | | |
| Ação Prioritária | | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não | | Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC | | <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria | |
| Lei Orçamentária 2013 | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2013 | | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados | |
| 0,00 | 183.240,73 | 183.240,73 | 82.477,51 | 82.477,51 | 0,00 | 100.763,22 | |
| Execução Física | | | | | | | |
| Descrição da meta | | | Unidade de medida | Montante | | | |
| | | | | Previsto | Reprogramado | Realizado | |
| - | | | - | - | - | - | |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | | Unidade de | Realizada | |

| | | | | | |
|----------|---|---|---|--------|---|
| 1/1/2013 | | | | medida | |
| - | - | - | - | - | - |

Fonte: SIAFI GERENCIAL. Informação disponibilizada pela SAF.

Análise Situacional:

Implantação dos equipamentos de Enlaces Digitais para comunicação de dados entre a sede regional e os postos e delegacias.

Renovação do sistema de radiocomunicação com a aquisição de novos equipamentos.

XXI – AÇÕES – OFSS (20UB)

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|--|-------------------|-------------------------|--------------|-------------------------------|-----------------|
| Código | 20UB | | Tipo: | | | |
| Título | FISCALIZACAO DOS SERVICOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO | | | | | |
| Iniciativa | | | | | | |
| Objetivo | PROPICIAR MAIOR SEGURANCA AO USUARIO E A CONSERVACAO DA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA, POR MEIO DA FISCALIZACAO E DA UTILIZACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DOS LIMITES DE VELOCIDADE E DE PESAGEM CONTINUA Código: 0280 | | | | | |
| Programa | TRANSPORTE RODOVIARIO | | Código: 2075 | | Tipo: | |
| Unidade Orçamentária | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL | | | | | |
| Ação Prioritária | () Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria | | | | | |
| Lei Orçamentária 2013 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2013 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 0,00 | 45.158,40 | 45.158,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 45.158,40 |
| Execução Física | | | | | | |
| Descrição da meta | | Unidade de medida | Montante | | | |
| | | | Previsto | Reprogramado | Realizado | |
| - | | - | - | - | - | - |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2013 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | | Unidade de medida | Realizada |
| - | - | - | - | | - | - |

Fonte: SIAFI GERENCIAL. Informação disponibilizada pela SAF.

Análise Situacional:

As observações pertinentes para a Ação 20UB assemelham-se àquelas já mencionadas na análise crítica registrada para a Ação 2723, por semelhança de finalidade e inclusão da FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS no conjunto da atividade operacional desenvolvida pela UJ, em que pese a especificidade de cada ação.

XXII – AÇÕES – OFSS (2000)

| Identificação da Ação | |
|-----------------------|-------------------|
| Código | 2000 Tipo: |

| | | | | | | |
|---|--|-----------------|--------------------------------|---------------------|-------------------------------|-----------------|
| Título | ADMINISTRACAO DA UNIDADE | | | | | |
| Iniciativa | | | | | | |
| Objetivo | Sem descrição | | | Código: 2112 | | |
| Programa | PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA Código: 2112 Tipo: | | | | | |
| Unidade Orçamentária | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL | | | | | |
| Ação Prioritária | () Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria | | | | | |
| Lei Orçamentária 2013 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2013 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 0,00 | 1.552.320,05 | 1.552.320,05 | 1.297.869,41 | 1.297.869,41 | 0,00 | 254.450,64 |
| Execução Física | | | | | | |
| Descrição da meta | | | Unidade de medida | Montante | | |
| | | | | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| - | | | - | - | - | - |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2013 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizada | |
| - | - | - | - | - | - | |
| Fonte: SIAFI GERENCIAL. Informação disponibilizada pela SAF. | | | | | | |

Análise Situacional:

Diligenciado pela prática da gestão pública voltada para a qualidade e eficiência dos serviços públicos prestados aos cidadãos, a UJ buscou proporcionar melhores condições de trabalho aos seus servidores, lastreando-se na melhoria das condições e logística de trabalho, destacando-se, principalmente, as condições de infraestrutura predial.

Além das despesas com pagamento de diárias administrativas, com saúde, alimentação, entre outros direitos legais, a exemplo de transporte, a regional realizou renovação dos contratos necessários à manutenção da unidade; efetuou nova contratação de empresa para manutenção de etilômetro, manutenção de radiocomunicação, contratação de transportes de encomendas; adquiriu materiais de expediente, de consumo, de protocolo, de treinamento; adquiriu equipamentos de medição, de TI, de comunicação e de proteção individual; adquiriu bomba submersa para unidade operacional São Cristóvão, e, ainda, colocou em funcionamento o módulo patrimônio do Sistema Integrado de Patrimônio Administração e Contratos – SIPAC, o qual promoverá a depreciação dos bens patrimoniais da Unidade.

Com relação à infraestrutura predial, visando oferecer melhores condições de trabalho aos servidores e principalmente melhoria dos serviços públicos prestados aos cidadãos, esta desconcentrada fez reforma de dois banheiros na sede da regional.

Ainda na seara da infraestrutura predial, voltado para melhoria das condições de trabalho, foi realizada a contratação de empresa especializada para execução dos projetos executivos para realocação da UOP Itabaiana.

Na política de renovação de frota, a descentralizada recebeu 22 veículos – 14 viaturas operacionais e 08 motocicletas, os quais foram adquiridos e distribuídos pelo DPRF.

No decorrer do exercício 2013, observa-se no que diz respeito à eficiência na execução orçamentária, que a UJ procurou estabelecer a estrita conformidade procedimental com o que foi estabelecido na seguinte legislação: Lei do Plano Plurianual, Lei de diretrizes Orçamentárias, Lei

Orçamentária Anual e demais Decretos pertinentes.

Dentre as dificuldades enfrentadas, destacam-se: contingenciamentos efetivados pelo poder executivo; emprego de servidores em diversas comissões, missões e operações – decorrente da deficiência dos quadros de efetivo; realização da Copa das Confederações e da Jornada Mundial da Juventude; falta de espaços adequados para o desenvolvimento das atividades administrativas, em virtude da UJ não possuir sede própria, o que também dificulta a implantação de projetos de segurança orgânica, de logística e de cabeamento estruturado. Pondera-se, ainda, a dificuldade para conseguir junto ao órgão central a descentralização de recursos para investimentos na aquisição de bens permanentes.

Durante o exercício estiveram vigentes diversos contratos continuados (ver o Anexo II).

XIII- AÇÕES – OFSS (14VN)

| Identificação da Ação | | | | | | |
|---|---|-----------------|-------------------------|----------|-------------------------------|-----------------|
| Código | 14VN | | Tipo: | | | |
| Título | APOIO A REALIZACAO DE GRANDES EVENTOS | | | | | |
| Iniciativa | | | | | | |
| Objetivo | Sem descrição | | Código: | | | |
| Programa | PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO | | Código:2125 | | Tipo: | |
| Unidade Orçamentária | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL | | | | | |
| Ação Prioritária | () Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria | | | | | |
| Lei Orçamentária 2013 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2013 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 0,00 | 191.194,26 | 191.194,26 | 191.194,26 | 0,00 | 0,00 | 191.194,26 |
| Execução Física | | | | | | |
| Descrição da meta | | | Unidade de medida | Montante | | |
| | | | | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| - | | | - | - | - | - |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2013 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | | Unidade de medida | Realizada |
| - | - | - | - | | - | - |
| Fonte: SIAFI GERENCIAL. Informação disponibilizada pela SAF. | | | | | | |

Análise Situacional:

As observações pertinentes para a Ação 14VN assemelham-se àquelas já mencionadas na análise crítica registrada para a Ação 7U23, por semelhança de finalidade.

XXIV- AÇÕES – OFSS (8785)

| Identificação da Ação | |
|-----------------------|---|
| Código | 8785 Tipo: |
| Título | GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC |
| Iniciativa | |
| Objetivo | Sem descrição Código: |

| | | | | | | |
|---|---|-----------------|--------------------------------|-------------------|-------------------------------|-----------------|
| Programa | PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTES . Código: 2126 Tipo: | | | | | |
| Unidade Orçamentária | DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL | | | | | |
| Ação Prioritária | (X) Sim () Não Caso positivo: (X)PAC () Brasil sem Miséria | | | | | |
| Lei Orçamentária 2013 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2013 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 0,00 | 5.142,21 | 5.142,21 | 5.142,21 | 5.142,21 | 0,00 | 0,00 |
| Execução Física | | | | | | |
| Descrição da meta | | | Unidade de medida | Montante | | |
| | | | | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| - | | | - | - | - | - |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2013 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizada | |
| - | - | - | - | - | - | |
| Fonte: SIAFI GERENCIAL. Informação disponibilizada pela SAF. | | | | | | |

Análise Situacional:

Despesas realizadas com ações junto ao Ministério do Transportes para realização de pesquisas nas rodovias.

3.2.3.2. AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS

Não se aplica à realidade da UJ.

3.2.3.3. AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA 2013 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OFSS

Não se aplica à realidade da UJ.

3.2.3.4. AÇÕES – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – OI

Não se aplica à realidade da UJ.

3.2.3.5. ANÁLISE SITUACIONAL

Não se aplica à realidade da UJ.

3.3. INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO

As metas traçadas pelo DPRF para cumprimento operacional pelas unidades desconcentradas, são elaboradas a partir dos indicadores utilizados por aquele órgão central. Esses indicadores, conforme divulgado pelo DPRF, são os seguintes:

XXV – Indicadores:

| Descrição: | | Forma de Cálculo: |
|------------|--|---|
| 1 | Taxa de Mortalidade | Números de mortes, por milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN. |
| 2 | Taxa de Acidentes Graves | Números de Acidentes Graves, por milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN. |
| 3 | Índice de Interdição de Rodovia | Ponderação que resultará da tabulação dos dados de interferências na via, sendo considerados na formulação desse índice fatores como a duração e o nível de interferência, o VMD (Volume Médio Diário de veículos) do trecho observado e o nível de dificuldade de restabelecer o fluxo de trânsito. |
| 4 | Pessoas Detidas | Variação do Número de Pessoas Detidas por períodos de mensuração. |
| 5 | Veículos Recuperados | Variação do Número de Veículos Recuperados por períodos de mensuração. |
| 6 | Quadro de Apreensões de Drogas, Contrabando e descaminho, Armas e Relacionadas a Crimes Ambientais | Variação do Número de Apreensões por períodos de mensuração. |
| 7 | Índice de Percepção de Segurança | Pesquisa quantitativa e qualitativa, que avaliará se as ações desenvolvidas pela instituição produziram, além dos resultados aferidos pelos outros indicadores, um impacto positivo na sociedade, ou seja, se aqueles que fazem uso das rodovias federais sentem-se mais seguros nos seus deslocamentos e o quanto essa segurança é resultante da ação da Polícia Rodoviária Federal. |

Fonte: SPF.

Como já anteriormente mencionado, a IS 001/2013-CGO estabeleceu as metas operacionais a serem alcançadas pela 20ª SRPRF/SE, no exercício 2013, voltadas para os indicadores redução da quantidade e da gravidade de acidentes e promoção da segurança pública nas rodovias federais. As metas para fiscalização de pessoas, fiscalização de veículos, realização de testes de alcoolemia e pessoas abrangidas por ações de educação para o Trânsito, foram definidas conforme tabela abaixo:

XXVI – Metas e Resultados Operacionais para o exercício 2013 – 20ª SRPRF/SE

| 20ª SRPRF/SE | QUANTIDADE DE PROCEDIMENTOS | | | |
|------------------|-----------------------------|----------|------------|--|
| | PESSOAS | VEÍCULOS | ALCOOLEMIA | PESSOAS ABRANGIDAS POR AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA TRÂNSITO |
| META | 60.300 | 60.300 | 16.272 | 3.006 |
| RESULTADO | 52.245 | 55.103 | 22.254 | 20.078 |
| % DE ATINGIMENTO | 86,64% | 91,38% | 136,76% | 667,93% |

Fonte: Instrução de Serviço nº 001/2013 – CGO/DPRF, ROD/PRF e Relatório da Comissão Regional de Educação de

Trânsito da 20ª SRPRF/SE – CRET. Informações disponibilizadas pela SPF.

O quadro acima diz respeito ao esforço institucional para atingir os objetivos estratégicos. Verifica-se que a PRF desenhou seu mapa estratégico, elegendo como foco quatro resultados institucionais: a) Reduzir acidentes, feridos e mortos nas rodovias federais; b) Assegurar a livre circulação; c) Contribuir para a redução da criminalidade e violência e d) Aumentar a sensação de segurança dos usuários das rodovias federais. Para atingir esses resultados estabeleceu metas de esforço, ou seja, aquilo que depende da ação operacional direta da instituição para ser alcançado. Há o entendimento de que fiscalizar pessoas e veículos, realizar testes preventivos de alcoolemia e promover a educação para o trânsito, é o caminho para a execução das estratégias institucionais.

No mesmo quadro é possível observar que os itens referentes à fiscalização de pessoas e veículos a Regional não atingiu os 100% das metas, enquanto para testes de alcoolemia superou em 36,76% e para educação para o trânsito, superou em 567%.

Durante o ano de 2013, cerca de 85% do efetivo local esteve envolvido em capacitação, especificamente no curso de Perícia em Acidente de Trânsito, com duração aproximada de um mês. Por volta de 23% do efetivo da 20ª SRPRF/SE foi deslocado para a Operação Jornada Mundial da Juventude, além das demais convocações para atuação em outras unidades da federação. Desse modo, os números demonstrados sofreram, entre outras variáveis, o impacto das reduções quantitativas sazonais de efetivo.

Os números operacionais alcançados pela 20ª SRPRF/SE, no decorrer do exercício 2013 (e em comparação com os dois exercícios anteriores: 2010 e 2011) podem ser vistos nos Quadros II ao XV).

Também faz-se necessário destacar que o “Plano nacional de redução de acidentes e segurança viária para década 2011/2020”, estabelece meta de redução de 50% nos índices de fatalidade nos acidentes de trânsito, que deverá ser atingido até dezembro de 2020. Nesta missão, a regional, com direcionamento de seus recursos disponíveis conseguiu avançar em 2013.

O Quadro XV identifica o comportamento dos acidentes de trânsito na circunscrição da 20ª SRPRF/SE. De forma que foram traçados comparativos especificamente de mortes e feridos em relação à frota de veículos do estado de Sergipe, índice mundialmente aceito (divisão do número de mortes e feridos por cada grupo de 100 mil veículos da frota do local sob análise).

Tomando-se por base o ano de 2010, para que a 20ª SRPRF atingisse a redução do percentual de morbimortalidade em 50 pontos percentuais no período de 2011/2020, seria necessário reduzir a variação do índice em 6 pontos percentuais. Analisando-se os números do quadro, verifica-se que a redução superou o planejado, atingindo - 21,11%.

Esta avaliação nos permite projetar que, a continuar essa trajetória, a meta de redução da morbimortalidade será atingida até 2020.

4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

4.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA²⁰

Conforme já mencionado na introdução deste RG, há uma prática de controle continuado da gestão, consolidada no âmbito desta UJ, referenciada na estrutura hierárquica institucional. Periodicamente são realizadas reuniões de gestão coordenadas pela Superintendente Regional, com a participação de todas as chefias de áreas: CR, SPF, SRH, SAF, Delegacias,

²⁰ O conteúdo deste item foi acrescido em atendimento ao solicitado na letra “b” do Ofício 0379/2014-TCU/SECEX-SE, de 10/04/2014.

NUINT, NUCOM e NUAT. Os debates e as deliberações dessas reuniões, que funcionam como mecanismo de controle e correção de rumos, são registrados em atas, arquivadas no Gabinete da Superintendência, após as devidas conferência e assinaturas.

Além do instrumento genérico de governança mencionado no parágrafo anterior a este, duas áreas internas desempenham, por força das atribuições regimentais, o controle e acompanhamento gerencial sobre as demais áreas. A SPF responde pelo planejamento operacional e exerce o acompanhamento e controle da execução das atividades operacionais, realizadas no âmbito das Delegacias e a CR, além de acolher e avaliar denúncias internas e externas relacionadas à supostas irregularidades, realiza o acompanhamento do conjunto da gestão, por meio do AGS²¹.

O desempenho operacional para o exercício, acompanhado pela SPF, está pormenorizado no item 3.1.3. Resultados Alcançados. Já a CR, no decorrer do exercício 2013, auditou 30 servidores com base no AGS. Além das atribuições regimentais da SPF e CR, registradas no item 2.3.3. deste RG, a complementação da base normativa dessas atividades constam no Quadro I e no Anexo I.

Externamente, seguindo a estrutura hierárquica institucional, a UJ reporta-se ao DPRF prestando contas de todo o desempenho gerencial da unidade, bem como ao órgão de controle externo, a CGU, conforme explicitado no item 10.2.1. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício²².

4.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

XXVII – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

| ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS | VALORES | | | | |
|---|---------|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Ambiente de Controle | | | | | |
| 1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. | | | | X | |
| 2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. | | | | X | |
| 3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. | | | | X | |
| 4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. | | | | | X |
| 5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. | | | | | X |
| 6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. | | | | X | |
| 7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. | | | | X | |
| 8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ. | | | | X | |
| 9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. | | | | X | |
| Avaliação de Risco | | | | | |
| 10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. | | | | X | |

²¹ Criado pela Instrução de Serviço nº 02 – Corregedoria-Geral/DPRF, de 11 de dezembro de 2007;

²² A CGU, identificada como OCI – Órgão de Controle Interno, assim o é em relação à União. Contudo, estritamente no tocante a esta UJ e as demais, exerce, na prática, o controle externo. Por isso está identificada acima com o exercício do controle externo.

| | | | | | |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|
| 11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. | | | | | X |
| 12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. | | | | X | |
| 13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. | | | X | | |
| 14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. | | | X | | |
| 15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. | | | | X | |
| 16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. | | | X | | |
| 17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. | | | | | X |
| 18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. | | | | | X |
| Procedimentos de Controle | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. | | | | X | |
| 20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. | | | | X | |
| 21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. | | | | X | |
| 22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle. | | | | X | |
| Informação e Comunicação | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. | | | | X | |
| 24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. | | | | X | |
| 25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. | | | | X | |
| 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. | | | | X | |
| 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. | | | X | | |
| Monitoramento | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. | | | | X | |
| 29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. | | | | X | |
| 30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. | | | | X | |

Análise Crítica:

Foram convidados a participar do preenchimento deste quadro os Chefes das quatro Seções (áreas estratégicas) integrantes da UJ. Devido a outras atividades laborais, não foi possível a participação do Chefe da SPF. Assim, este item foi preenchido com a colaboração entre os Chefes da CR, SRH e SAF. A marcação acima reflete a média das respostas encaminhadas pelas três Seções. As análises críticas encaminhadas, seguem com identificação da fonte:

CR: A UJ mantém um sistema de controle baseado em bases escritas, formais e conhecidas de todo o pessoal. Há um sistema de monitoramento das atividades adequado. São instaurados procedimentos administrativos (sindicância e/ou processo) em caso de falhas no sistema de gestão e/ou execução. Os controles são sempre avaliados quanto a sua validade.

SAF: As designações para funções não são precedidas de treinamentos e ou capacitação, em decorrência de falta de recurso e de estrutura;

Dificuldade para designação de chefias em decorrência de desinteresse de servidores para ocupação de chefias, bem como a inexistência de estímulos para tal fim;

Infraestrutura física ainda inadequada e ocupada por mais de um setor/núcleo, dificultando o desenvolvimento e o controle das atividades;

Algumas informações ainda não estão disponíveis na intranet, bem como a existência de falhas na comunicação entre setores prejudicam o desenvolvimento de ações mais célere, embora percebe-se melhoria, principalmente no sistema de comunicação interna, bem como na consecução dos objetivos da unidade, prioritariamente no enfrentamento aos seus pontos críticos, mitigando-os ou eliminando-os;

Pouca disponibilidade de recursos para aquisições de bens permanentes e para adequações da infraestrutura física dos setores/núcleos, de modo a se ter maior controle organizacional.

Escala de valores da Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

(3) Neutra: Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

4.3. SISTEMA DE CORREIÇÃO²³

O sistema de correição da 20ª SRPF/SE é regulamentado pelo Regimento Interno do DPRF²⁴. A UJ dispõe de uma Corregedoria Regional na qual está contido o Núcleo de Assuntos Internos. Compete à CR todas as atividades ligadas ao controle do comportamento ético e disciplinar dos servidores, além da proposição e acompanhamento dos processos administrativos disciplinares por conta de infrações disciplinares porventura verificadas. Ao NUIAI compete a investigação preliminar daqueles mesmos atos, além do acompanhamento dos servidores diretamente no exercício das atividades.

4.3.1. RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2013**XXVIII – Procedimentos de Correição Instaurados/Encerrados – 2013**

| | |
|---|----|
| PROCESSOS RECEBIDOS NO EXERCÍCIO ANTERIOR (2012) | 14 |
| PROCESSOS AUTUADOS NO ANO DE 2013 | 29 |
| PROCEDIMENTOS ENCERRADOS SEM INSTAURAÇÃO | 19 |
| PROCEDIMENTOS ENCERRADOS COM INSTAURAÇÃO DE PAD/SAD | 3 |
| PROCESSOS PENDENTES (PASSIVO PROCESSUAL PARA 2014) | 15 |

²³ Todas as informações contidas neste item 4.3 e seus sub itens foram fornecidas pela Corregedoria Regional – CR;

²⁴ O Regimento Interno do DPRF consta no item 2.3.3. deste RG;

XXIX – Passivo Processual Para 2014

| | |
|--|----|
| PROCESSOS AGUARDANDO INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA (SAI) | 0 |
| PROCESSOS AGUARDANDO INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR (SAD) | 0 |
| PROCESSOS AGUARDANDO INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) | 0 |
| PROCESSOS INSTAURADOS EM 2013 E NÃO ENCERRADOS | 3 |
| PROCESSOS EM INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR | 9 |
| TOTAL | 12 |

XXX – Penalidades Aplicadas e/ou Revogadas – 2013

| | |
|---|---|
| ADVERTÊNCIA | 0 |
| SUSPENSÃO | 3 |
| DEMISSÃO* | 0 |
| ADVERTÊNCIA PRESCRITA | 0 |
| SUSPENSÃO PRESCRITA | 0 |
| CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA | 0 |
| SOBRESTAMENTO DE DEMISSÃO POR DECISÃO LIMINAR | 0 |
| REINTEGRAÇÃO POR DECISÃO JUDICIAL | 0 |
| RESTITUIÇÃO DA APOSENTADORIA POR DECISÃO JUDICIAL | 0 |

4.3.2. DEMAIS ATIVIDADES

- 04 Servidores disponibilizados para auxílio em Comissões de outras regionais do DPRF ou de outros órgãos Federais;
- Realização de Investigação social de 22 candidatos do Concurso PRF 2013, primeira e segunda chamada;
- Apoio logístico às comissões instaladas na regional;
- Participação em diversas comissões extraordinárias.

4.4. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU²⁵

A 20ª SRPRF/SE está em consonância com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043 de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, notadamente, no que condiz aos lançamentos dos processos administrativos disciplinares no Sistema CGU-PAD desde o ano de 2006.

4.5. INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLE INTERNOS

A UJ não instituiu, de modo geral, indicadores para avaliar o funcionamento do modelo de governança. Apenas no âmbito correicional há um sistema de controle normatizado. Entretanto, conforme descrito no item 1. Introdução, deste RG, vem sendo dada continuidade à prática de

²⁵ As informações contidas neste item 4.4 foram fornecidas pela Corregedoria Regional – CR;

acompanhamento e controle da gestão por meio de reuniões periódicas coordenadas pelo(a) Superintendente Regional. No tocante aos controles internos, ver ainda a análise crítica contida no item 4.2. deste RG²⁶.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1. EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1.1. PROGRAMAÇÃO

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.1.1.1. ANÁLISE CRÍTICA

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.1.2. MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

XXXI – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa²⁷

| Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas | | | | | | |
|--|------------|------------|-----------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| Origem da Movimentação | UG | | Classificação da ação | Despesas Correntes | | |
| | Concedente | Recebedora | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | 2 – Juros e Encargos da Dívida | 3 – Outras Despesas Correntes |
| Concedidos | | | | | | |
| Recebidos | 200109 | 200130 | 14VN | | | 191.194,26 |
| Recebidos | 200109 | 200130 | 20IC | | | 125.673,68 |
| Recebidos | 200109 | 200130 | 20UB | | | 45.158,40 |
| Recebidos | 200109 | 200130 | 200G | | | 14.978,64 |
| Recebidos | 200109 | 200130 | 2000 | | | 1.520.736,11 |
| Recebidos | 200109 | 200130 | 2723 | | | 967.649,59 |
| Recebidos | 200109 | 200130 | 7U23 | | | 295.853,88 |
| Recebidos | 200109 | 200130 | 8698 | | | 183.240,73 |
| Recebidos | 200109 | 200130 | 8785 | | | 5.142,21 |
| Origem da Movimentação | UG | | Classificação da ação | Despesas de Capital | | |
| | Concedente | Recebedora | | 4 – Investimentos | 5 – Inversões Financeiras | 6 – Amortização da Dívida |
| Concedidos | | | | | | |
| Recebidos | 200109 | 200130 | 20IC | 1.377,00 | | |
| Recebidos | 200109 | 200130 | 200G | 216.333,31 | | |
| Recebidos | 200109 | 200130 | 2000 | 31.583,94 | | |
| Recebidos | 200109 | 200130 | 2723 | 224.582,16 | | |
| Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão | | | | | | |
| Origem da Movimentação | UG | | Classificação da ação | Despesas Correntes | | |
| | Concedente | Recebedora | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | 2 – Juros e Encargos da Dívida | 3 – Outras Despesas Correntes |
| Concedidos | | | | | | |
| Recebidos | | | | | | |
| Origem da Movimentação | UG | | Classificação da ação | Despesas de Capital | | |
| | Concedente | Recebedora | | 4 – Investimentos | 5 – Inversões Financeiras | 6 – Amortização da Dívida |

²⁶ A opção de apresentar a análise referenciada no próprio item 4.5. ou no 4.2. está prevista no Anexo Único da Portaria TCU nº 175/2013;

²⁷ Quadro acrescido em atendimento ao solicitado na letra “c” do Ofício 0379/2014-TCU/SECEX-SE, de 10/04/2014;

| | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|
| Concedidos | | | | | | |
| Recebidos | | | | | | |
| Fonte: SIAFI GERENCIAL. Informação disponibilizada pela SAF. | | | | | | |

Obs.: O quadro 4.1.2.2 não foi preenchido, tendo em vista que no exercício não recebemos créditos por movimentação externa.

5.1.3. REALIZAÇÃO DE DESPESA

5.1.3.1. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.1.3.2. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.1.3.3. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.1.3.4. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.1.3.5. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

XXXII – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| 1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g) | 1.690.510,85 | 1.420.266,11 | 1.690.510,85 | 1.402.565,48 |
| a) Convite | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| b) Tomada de Preços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| c) Concorrência | 110.667,94 | 0,00 | 110.667,94 | 0,00 |
| d) Pregão | 1.579.842,91 | 1.420.266,11 | 1.579.842,91 | 1.402.565,48 |
| e) Concurso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| f) Consulta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2. Contratações Diretas (h+i) | 279.793,50 | 318.147,13 | 279.793,50 | 318.147,13 |
| h) Dispensa | 246.748,27 | 295.047,76 | 246.748,27 | 295.047,76 |
| i) Inexigibilidade | 33.045,23 | 23.099,37 | 33.045,23 | 23.099,37 |
| 3. Regime de Execução Especial | 2.101,86 | 1.546,40 | 2.101,86 | 1.546,40 |
| j) Suprimento de Fundos | 2.101,86 | 1.546,40 | 2.101,86 | 1.546,40 |
| 4. Pagamento de Pessoal (k+l) | 938.488,55 | 617.299,97 | 938.488,55 | 617.299,97 |
| k) Pagamento em Folha | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| l) Diárias | 938.488,55 | 617.299,97 | 938.488,55 | 617.299,97 |
| 5. Outros | | | | |
| 6. Total (1+2+3+4+5) | 2.910.894,76 | 2.357.259,61 | 2.910.894,76 | 2.339.558,98 |

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2012 e 2013. Informação disponibilizada pela SAF.

5.1.3.6. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

XXXIII – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------------|--------------|---------------|--------------|
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| 1. Despesas de Pessoal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2. Juros e Encargos da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3. Outras Despesas Correntes | 3.349.627,50 | 2.635.143,23 | 2.851.092,58 | 2.365.482,90 | 498.534,92 | 248.966,51 | 2.851.092,58 | 2.180.145,36 |
| 37 – LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA | 813.460,23 | 782.264,23 | 642.327,18 | 710.094,09 | 171.133,05 | 72.170,14 | 642.327,18 | 692.393,46 |
| 14 – DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL | 938.488,55 | 617.299,97 | 938.488,55 | 617.299,97 | 0,00 | 0,00 | 938.488,55 | 617.299,97 |
| 39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA | 649.533,81 | 612.778,18 | 498.040,51 | 523.867,24 | 151.493,30 | 88.910,94 | 498.040,51 | 523.867,24 |
| Demais elementos do grupo | 948.144,91 | 622.800,85 | 772.236,34 | 514.221,60 | 175.908,57 | 87.885,43 | 772.236,34 | 346.584,69 |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | | |
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não Processados | | Valores Pagos | |
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| 4. Investimentos | 473.876,41 | 2.407.897,41 | 121.921,88 | 15.755,00 | 351.954,53 | 2.392.142,41 | 121.921,88 | 15.755,00 |
| 51 – OBRAS E INSTALAÇÕES – OP. INT. ORC. | 216.333,31 | 2.355.630,51 | 110.667,94 | 0,00 | 105.665,37 | 2.355.630,51 | 110.667,94 | 0,00 |
| 52 – EQUIP E MATERIAL PERMANENTE – OP. INTRA-ORC | 257.543,10 | 52.266,90 | 11.253,94 | 15.755,00 | 246.289,16 | 36.511,90 | 11.253,94 | 15.755,00 |
| 5. Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | |
|---|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 6. Amortização da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Fonte: SIAFI GERENCIAL 2012 e 2013. Informação disponibilizada pela SAF. | | | | | | | | |

5.1.3.7. ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA

A gestão do orçamento consignado para o DPRF/MJ é concentrada na Unidade Orçamentária localizada na Sede do Departamento, sob a condução da Coordenação-Geral de Administração, incluindo-se o estabelecimento de critérios e diretrizes de descentralização orçamentária, ficando para a unidade Regional tão somente a execução dos recursos descentralizados, já com suas destinações direcionadas pelo Departamento.

Alterações significativas ocorridas no exercício – pode-se verificar elevação na despesa liquidada no exercício em decorrência da contratação, por concorrência, para reconstrução da Unidade Operacional de Malhada dos Bois. Destaca-se que com a efetivação da contratação de manutenção predial, por pregão eletrônico, a despesa com dispensa foi reduzida, quando comparada com o exercício anterior. Pondera-se, também, a considerada elevação na despesa com diárias decorrentes da participação de servidores na Copa das Confederações, na Jornada Mundial da Juventude, em operações em outras unidades da federação, bem como na participação de servidores, como instrutor, na formação de novos policiais oriundos de concurso público.

Contingenciamento no exercício – em função dos dois contingenciamentos do Governo Federal, a aquisição de bens, principalmente os permanentes a exemplo de aparelhos de refrigeração de ambientes, ficou prejudicada.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária – dentre as dificuldades enfrentadas, destacam-se, além do contingenciamento efetivado pelo Poder Executivo: falta de pessoal, prejudicando o desempenho das atividades fim e meio; emprego de servidores em diversas comissões, missões e operações - decorrente da deficiência dos quadros de efetivo; falta de espaços necessários e/ou espaços inadequados para o desenvolvimento das atividades administrativas, em virtude da Administração Regional não possuir sede própria, o que também dificulta a implantação de projetos de segurança orgânica; Indisponibilidade de recursos, e nesse mesmo contexto se evidencia a falta de descentralização de recurso para investimentos na aquisição de bens permanentes, em especial a aquisição de aparelhos de refrigeração de ambientes e mobiliário. É de se destacar, ainda, a deficiência de recursos para capacitação adequada de servidores que se dispõem a exercerem funções gratificadas, o que aliado a falta de incentivos financeiros, tem provocado uma rotatividade significativa na área administrativa, gerando dificuldade quanto a designação de servidores para funções de chefias.

Os itens 5.1.3.1. ao 5.1.3.4 não foram preenchidos tendo em vista que os créditos orçamentários desta UJ foram recebidos por movimentação.

5.2. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

5.2.1. ANÁLISE CRÍTICA

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

5.3. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**XXXIV – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores**

Valores em R\$ 1,00

| Restos a Pagar não Processados | | | | |
|---------------------------------------|----------------------------|------------------|---------------------|---------------------------------|
| Ano de Inscrição | Montante 01/01/2013 | Pagamento | Cancelamento | Saldo a pagar 31/12/2013 |
| 2012 | 2.661.459,09 | 2.088.186,86 | 39.580,18 | 533.692,05 |
| 2011 | 49.481,30 | 48.067,00 | 1.414,30 | 0,00 |
| Restos a Pagar Processados | | | | |
| Ano de Inscrição | Montante 01/01/2013 | Pagamento | Cancelamento | Saldo a pagar 31/12/2013 |
| 2012 | 17.700,63 | 17.700,63 | 0,00 | 0,00 |
| 2011 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2007 | 44,29 | 0,00 | 44,29 | 0,00 |

Fonte: SIAFI GERENCIAL. Informação disponibilizada pela SAF.

5.3.1. ANÁLISE CRÍTICA

Quanto ao montante inscrito em 2012, a maior parte refere-se aos valores empenhados para execução do contrato de reconstrução da UOP de Malhada dos Bois que foi efetivado em 2013, no que tange ao valor inscrito em 2011, refere-se à contratação de objeto que só foi entregue no exercício de 2013.

No montante inscrito em 2011, pode-se observar valores cancelados, tais cancelamentos ocorreram pela não entrega, total ou parcial, de objetos contratados.

Com relação aos saldos a pagar existente em 31/12/2013, uma parcela refere-se a contratação de objeto com prazo de entrega para o exercício de 2014 e outra parte à faturas de contratos continuados.

5.4. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

5.4.1. RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

5.4.2. QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

5.4.3. INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

5.4.4. INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

5.4.5. ANÁLISE CRÍTICA

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

5.5. SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.5.1. SUPRIMENTO DE FUNDOS – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

XXXV – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

| Suprimento de Fundos | | | | | | | |
|---|----------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------------------|
| Exercícios | Conta Tipo “B” | | CPGF | | | | Total (R\$) (a+b+c) |
| | | | Saque | | Fatura | | |
| | Quantidade | (a) Valor | Quantidade | (b) Valor | Quantidade | (c) Valor | |
| 2013 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 11 | 2.101,86 | 2.101,86 |
| 2012 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 7 | 1.546,40 | 1.546,40 |
| 2011 | 0 | 0,00 | 3 | 190,00 | 8 | 1.620,83 | 1.810,83 |
| Observação: Sem Conta Tipo “B”. | | | | | | | |
| Fonte: SIAFI GERENCIAL. Informação disponibilizada pela SAF. | | | | | | | |

5.5.2. SUPRIMENTO DE FUNDOS – CONTA TIPO “B”

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.5.3. SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CPGF)

XXXVI – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

| Código da UG 1 | 200130 | Limite de Utilização da UG | 16.000,00 | | |
|---|---------------|-----------------------------|-----------|----------|----------|
| Portador | CPF | Valor do Limite Individual | Valor | | Total |
| | | | Saque | Fatura | |
| DOALCEY GEORGE SILVA SANTOS | 5013390005-25 | 4.000,00 | 0,00 | 1.101,90 | 1.101,90 |
| LUIZ CARLOS DE LIMA | 068442355-34 | 2.000,00 | 0,00 | 323,30 | 323,30 |
| MÁRIO LÚCIO MELO CABRAL DE ANDRADE | 171700445-87 | 2.000,00 | 0,00 | 676,66 | 676,66 |
| Total Utilizado pela UG | | | 0,00 | 2101,86 | 2101,86 |
| Código da UG 2: | | Limite de Utilização da UG: | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| Total Utilizado pela UG | | | | | |
| Total Utilizado pela UJ | | | | | |
| Fonte: SIAFI GERENCIAL. Informação disponibilizada pela SAF. | | | | | |

5.5.4. PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

XXXVII – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

| Suprimento de Fundos | | | | | | | | | | | | |
|-----------------------|----------------|-------|------|-------|------|-------|------|----------|------|----------|------|----------|
| Situação | Conta Tipo “B” | | | | | | CPGF | | | | | |
| | 2013 | | 2012 | | 2011 | | 2013 | | 2012 | | 2011 | |
| | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor |
| PC não Apresentadas | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| PC Aguardando Análise | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| PC em Análise | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| PC não Aprovadas | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| PC Aprovadas | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 6 | 2.101,86 | 7 | 1.546,40 | 8 | 1.620,83 |
| Fonte: SAF. | | | | | | | | | | | | |

5.5.5. ANÁLISE CRÍTICA

Inicialmente vale destacar que a Regional não possui Contas Tipo “B”, e que a utilização de suprimentos de fundo somente é utilizado para aquisição de bens ou serviços de pequenos vultos e que tenham caráter excepcional. Passando-se a análise da gestão dos recursos utilizados por meio da sistemática de suprimento de fundos, CPGF, pondera-se que para concessão dessa sistemática, são identificados, dentre os servidores, aqueles que possuem necessidades de utilização dos referidos cartões, recaindo-se, geralmente, naqueles que exercem atividades de chefias. Isto feito, são autuados processos individuais para pagamento, prestação de contas e fiscalização. É de se ponderar que para a definição e estabelecimento de limites para tais servidores, são verificadas as possíveis reais necessidade de utilização.

Pode-se asseverar que, quando no ato de recebimento do cartão, são repassadas as orientações normativas legais necessárias quanto à utilização do referido suprimento de fundo, bem como é entregue, a cada um, cartilha informativa elaborada pela Controladoria Geral da União - CGU.

Por fim é de se destacar que a utilização do suprimento de fundos pela UJ é extremamente essencial em virtude do tipo de atividade desenvolvida, que é exercida de maneira contínua, ou seja ininterrupta, o que demanda uma atuação mais efetiva, de modo a se evitar o surgimento de eventuais danos que poderiam ocorrer se fosse esperar pelos procedimentos normais de aquisições.

5.6. RENÚNCIAS SOB A GESTÃO DA UJ

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.6.1. BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.6.1.1. BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS – QUANTIFICAÇÃO

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.6.1.2. BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS – ANÁLISE CRÍTICA

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.6.2. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.6.2.1. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO OU ESTIMADAS E QUANTIFICADAS PELA UJ – IDENTIFICAÇÃO

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.6.2.2. VALORES RENUNCIADOS E CONTRAPARTIDA

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.6.2.3. VALORES RENUNCIADOS POR TRIBUTO E GASTO TRIBUTÁRIO

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.6.2.4. CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.6.2.5. BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.6.2.6. PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS FINANCIADOS COM CONTRAPARTIDA DE RENÚNCIA DE RECEITA TRIBUTÁRIA

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.6.2.7. PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.6.2.8. COMUNICAÇÕES À RFB

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.6.2.9. INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.6.2.10. DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DE RENÚNCIA FISCAL

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.6.2.11. FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA RFB

Não se aplica à realidade desta UJ.

5.6.2.12. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA – ANÁLISE CRÍTICA

Não se aplica à realidade desta UJ.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS²⁸**6.1. ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE****6.1.1. DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UJ****6.1.1.1. LOTAÇÃO****XXXVIII – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12**

| Tipologias dos Cargos | Lotação | | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|--|------------|---------|------------------------|-----------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2) | 171 | 171 | 15 | 06 |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4) | 171 | 171 | 15 | 06 |
| 1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão | 171 | 171 | 15 | 06 |
| 1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2. Servidores com Contratos Temporários | 00 | 00 | 00 | 00 |
| 3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública | 00 | 00 | 00 | 00 |
| 4. Total de Servidores (1+2+3) | 171 | 171 | 15 | 06 |
| Fonte: DW – Siapenet/SIAPE. | | | | |

6.1.1.2. SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UJ**XXXIX – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ**

| Tipologias dos afastamentos | Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro |
|---|---|
| 1. Cedidos (1.1+1.2+1.3) | 02 |
| 1.1. Exercício de Cargo em Comissão | 02 |
| 1.2. Exercício de Função de Confiança | 00 |
| 1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis) | 00 |

²⁸ Todas as informações contidas neste item 6 e subitens foram fornecidas pela Seção de Recursos Humanos – SRH;

| | |
|--|-----------|
| 2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4) | 01 |
| 2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo | 01 |
| 2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior | 00 |
| 2.3. Para Serviço em Organismo Internacional | 00 |
| 2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País | 00 |
| 3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5) | 03 |
| 3.1. De Ofício, no Interesse da Administração | 01 |
| 3.2. A Pedido, a Critério da Administração | 02 |
| 3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro | 00 |
| 3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde | 00 |
| 3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo | 00 |
| 4. Licença Remunerada (4.1+4.2) | 00 |
| 4.1. Doença em Pessoa da Família | 00 |
| 4.2. Capacitação | 00 |
| 5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5) | 00 |
| 5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro | 00 |
| 5.2. Serviço Militar | 00 |
| 5.3. Atividade Política | 00 |
| 5.4. Interesses Particulares | 00 |
| 5.5. Mandato Classista | 00 |
| 6. Outras Situações (Especificar o ato normativo) | 01 |
| 6.1. Demissão (Portaria nº 3.672/2013/SE-MJ, publicada no DOU de 19/12/2013) | 01 |
| 7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6) | 07 |
| Fonte: DW – Siapenet/SIAPE. | |

6.1.2. QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

6.1.2.1. ESTRUTURA DE CARGOS E DE FUNÇÕES

XL – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

| Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas | Lotação | | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|--|------------|-----------|------------------------|-----------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1. Cargos em Comissão | 01 | 01 | 01 | 01 |
| 1.1. Cargos Natureza Especial | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 01 | 01 | 01 | 01 |
| 1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado | 0 | 0 | 0 | 0 |

| | | | | |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2.4. Sem Vínculo | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2.5. Aposentados | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2. Funções Gratificadas | 22 | 21 | 09 | 07 |
| 2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | 22 | 21 | 09 | 07 |
| 2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2) | 23 | 22 | 10 | 08 |
| Fonte: DW – Siapenet/SIAPE. | | | | |

6.1.2.2. QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UJ SEGUNDO A IDADE

XLI – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

| Tipologias do Cargo | Quantidade de Servidores por Faixa Etária | | | | |
|--|---|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
| | Até 30 anos | De 31 a 40 anos | De 41 a 50 anos | De 51 a 60 anos | Acima de 60 anos |
| 1. Provimento de Cargo Efetivo | 5 | 79 | 53 | 11 | 1 |
| 1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2. Servidores de Carreira | 5 | 79 | 53 | 11 | 1 |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2. Provimento de Cargo em Comissão | 1 | 9 | 9 | 2 | 1 |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| 2.3. Funções Gratificadas | 1 | 9 | 8 | 2 | 1 |
| 3. Totais (1+2) | 6 | 88 | 62 | 13 | 2 |
| Fonte: DW – Siapenet/SIAPE | | | | | |

6.1.2.3. QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UJ SEGUNDO A ESCOLARIDADE

XLII – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12

| Tipologias do Cargo | Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade | | | | | | | | |
|--|---|----------|----------|----------|-----------|------------|----------|----------|----------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| 1. Provimento de Cargo Efetivo | 0 | 0 | 0 | 2 | 46 | 101 | 0 | 0 | 0 |
| 1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.2. Servidores de Carreira | 0 | 0 | 0 | 2 | 46 | 101 | 0 | 0 | 0 |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2. Provimento de Cargo em Comissão | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 20 | 0 | 0 | 0 |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |

| | | | | | | | | | |
|---|----------|----------|----------|-----------|-----------|------------|----------|----------|----------|
| 2.3. Funções Gratificadas | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 19 | 0 | 0 | 0 |
| 3. Totais (1+2) | 0 | 0 | 0 | 03 | 47 | 121 | 0 | 0 | 0 |
| LEGENDA | | | | | | | | | |
| Nível de Escolaridade | | | | | | | | | |
| 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada. | | | | | | | | | |
| Fonte: DW – Siapenet/SIAPE | | | | | | | | | |

6.1.3. CUSTOS DE PESSOAL DA UJ

XLIII - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

| Tipologias / Exercícios | Vencimentos e Vantagens Fixas | Despesas Variáveis | | | | | | Despesas de Exercícios Anteriores | Decisões Judiciais | Total | |
|--|-------------------------------|--------------------|---------------|--------------|--------------|--|---------------------------|-----------------------------------|--------------------|-----------|---------------|
| | | Retribuições | Gratificações | Adicionais | Indenizações | Benefícios Assistenciais e Previdenciários | Demais Despesas Variáveis | | | | |
| Membros de Poder e Agentes Políticos | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2013 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 2012 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 2011 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2013 | 16.486.371,19 | 5.817,55 | 1.471.645,96 | 28.356,24 | 719.132,06 | 526.957,20 | 0,00 | 6.164,84 | 13.352,49 | 19257797,53 |
| | 2012 | 12.404.705,27 | 17.196,00 | 1.122.476,25 | 357.048,13 | 921.439,37 | 580.522,92 | 0,00 | 0,00 | 52.121,66 | 15455509,60 |
| | 2011 | 11.067.333,08 | 8.685,41 | 940.122,66 | 337.022,01 | 564.256,54 | 579.784,40 | 0,00 | 0,00 | 26.631,68 | 13.523.835,78 |
| Servidores com Contratos Temporários | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2013 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 2012 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 2011 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2013 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 2012 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 2011 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2013 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 2012 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 2011 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2013 | 118.627,58 | 28.964,88 | 13.640,67 | 0,00 | 4.545,00 | 2.462,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 168241,03 |
| | 2012 | 95.767,28 | 29.102,76 | 39.616,06 | 3.504,43 | 11.538,56 | 2.688,00 | 0,00 | 353,68 | 520,74 | 183.091,51 |
| | 2011 | 118.141,28 | 29.102,76 | 12.364,10 | 4.121,36 | 13.122,81 | 3.528,00 | 0,00 | 0,00 | 578,12 | 180.958,43 |

| Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas | | | | | | | | | | | |
|--|------|--------------|------------|------------|-----------|------------|-----------|------|----------|----------|--------------|
| Exercícios | 2013 | 2.311.019,50 | 70.081,68 | 228.569,34 | 21.813,00 | 93.956,00 | 71.241,17 | 0,00 | 0,00 | 1.100,70 | 2797781,39 |
| | 2012 | 1.869.619,04 | 128.564,69 | 303.467,01 | 75.899,39 | 230.899,90 | 63.075,77 | 0,00 | 1.640,35 | 7.639,30 | 2.680.805,45 |
| | 2011 | 2.583.237,30 | 72.552,97 | 236.155,45 | 80.549,33 | 185.642,00 | 90.716,81 | 0,00 | 0,00 | 6.841,91 | 3.255.695,77 |
| Fonte: DW – Siapenet/SIAPE | | | | | | | | | | | |

6.1.4. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

6.1.4.1. CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UJ SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA

XLIV – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31 de dezembro

| Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria | Quantidade | |
|---|-------------------------------------|--|
| | De Servidores Aposentados até 31/12 | De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência |
| 1. Integral | 93 | 00 |
| 1.1 Voluntária | 86 | 00 |
| 1.2 Compulsória | 00 | 00 |
| 1.3 Invalidez Permanente | 07 | 00 |
| 1.4 Outras | 00 | 00 |
| 2. Proporcional | 5 | 00 |
| 2.1 Voluntária | 3 | 00 |
| 2.2 Compulsória | 00 | 00 |
| 2.3 Invalidez Permanente | 2 | 00 |
| 2.4 Outras | 00 | 00 |
| 3. Totais (1+2) | 98 | 00 |
| Fonte: DW – Siapenet/SIAPE | | |

6.1.4.2. DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UJ

XLV – Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12

| Regime de Proventos do Servidor Instituidor | Quantidade de Beneficiários de Pensão | |
|---|---------------------------------------|-------------------------------------|
| | Acumulada até 31/12 | Iniciada no Exercício de Referência |
| 1. Aposentado | 22 | 01 |
| 1.1. Integral | 22 | 01 |
| 1.2. Proporcional | 00 | 00 |
| 2. Em Atividade | 13 | 00 |
| 3. Total (1+2) | 35 | 01 |
| Fonte: DW – Siapenet/SIAPE | | |

6.1.5. CADASTRAMENTO NO SISAC

6.1.5.1. ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC

XLVI – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

| Tipos de Atos | Quantidade de atos sujeitos | Quantidade de atos |
|---------------|-----------------------------|--------------------|
|---------------|-----------------------------|--------------------|

| | ao registro no TCU | | cadastrados no SISAC | |
|--|--------------------|-----------|----------------------|------|
| | Exercícios | | Exercícios | |
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Admissão | 04 | 04 | * | * |
| Concessão de aposentadoria | 00 | 01 | * | * |
| Concessão de pensão civil | 01 | 00 | * | * |
| Concessão de pensão especial a ex-combatente | 00 | 00 | * | * |
| Concessão de reforma | 00 | 00 | * | * |
| Concessão de pensão militar | 00 | 00 | * | * |
| Alteração do fundamento legal de ato concessório | 00 | 01 | * | * |
| Totais | 05 | 06 | * | * |
| * Os atos cadastrados no SISAC são efetuados pela Unidade Central da PRF em Brasília-DF. | | | | |
| Fonte: DW – Siapenet/SIAPE | | | | |

6.1.5.2. ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU

XLVII – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

| Tipos de Atos | Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU | | Quantidade de atos cadastrados no SISAC | |
|------------------------------|--|-----------|---|------|
| | Exercícios | | Exercícios | |
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Desligamento | 01 | 03 | * | * |
| Cancelamento de concessão | 00 | 04 | * | * |
| Cancelamento de desligamento | 01 | 02 | * | * |
| Totais | 02 | 09 | * | * |
| Fonte: DW – Siapenet/SIAPE | | | | |

6.1.5.3. REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Os atos cadastrados no SISAC são efetuados pela Unidade Central da PRF em Brasília-DF.

6.1.5.4. ATOS SUJEITOS À REMESSA AO TCU EM MEIO FÍSICO

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

6.1.6. ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

O controle em relação a acumulação de cargos, funções e empregos públicos se dá de forma precária, pois não há instrumentos capazes de identificar essa acumulação automaticamente. A exceção ocorre nos casos que o servidor acumule cargos com o de outro órgão que possua o SIAPE, ou nos momentos de posse em que se apresenta Certidões/Declarações de que se está

licenciado sem vencimentos de outro cargo, ou ainda quando da solicitação de averbação de tempo de contribuição, onde consta a concomitância de tempo de contribuição de dois cargos públicos.

Fora identificado no exercício de 2013, a existência de um servidor em situação de acumulação indevida de cargos. O mesmo se encontrava licenciado, sem remuneração, para o trato de assuntos particulares, do Cargo de Escrivão de Polícia da Secretaria de Estado da Segurança Pública/SE, e havia tomado posse no cargo de Policial Rodoviário Federal no quadro de pessoal desta UJ.

6.1.7. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

Ao tomarmos conhecimento da irregularidade, notificamos o servidor acerca de tal fato, e orientamos o mesmo a fazer a opção por um dos cargos, conforme preconizam os artigos 118 e 133 da Lei 8112/90 e a Súmula 246/TCU. O que fora atendido prontamente pelo servidor, que solicitou a exoneração do cargo de Escrivão de Polícia e apresentou a portaria de exoneração expedida pelo Órgão Competente.

6.1.8. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Absenteísmo

Embora não haja indicadores formalmente definidos, historicamente o número de faltas tem sido próximo de zero. Abaixo apresenta-se uma tabela com os valores históricos.

XLVIII – Absenteísmo

| ANO | Quantidade de Faltas |
|-------------|-----------------------------|
| 2013 | 0 |
| 2012 | 3 |
| 2011 | 0 |
| 2010 | 3 |

Foram registrados no âmbito da 20ªSRPRF/SE, um total de 87 servidores afastados por atestados médicos, resultando num montante de 2.964 dias de afastamento em 2013.

XLIX – Afastamentos de servidores

| ANO | Quantidade de Servidores | Quantidade de Dias de Afastamento | Percentual do Efetivo |
|-------------|---------------------------------|--|------------------------------|
| 2013 | 87 | 2964 | 4,74% |
| 2012 | 76 | 2397 | 5,01% |
| 2011 | 67 | 3559 | 7,44% |
| 2010 | 70 | 4370 | 9,21% |

Considerando que até o exercício de 2011, em média, tinha-se uma expectativa de afastamento que girava em torno de 10% do efetivo, ou seja, o equivalente a 4781 dias de afastamento (10% de 131 servidores X 365 dias), percebe-se que no referido ano esse percentual já reduziu efetivamente para 7,44%, chegando a 5,01% em 2012 e 4,74% em 2013, levando-se em conta o efetivo 171 servidores, ao final de 2013.

Acredita-se que a diminuição no número de afastamentos deve-se a celebração do Acordo de Cooperação Técnica do SIASS, ocorrido em 29/03/2012, onde esta Regional é Órgão Partícipe da Unidade SIASS sediada pela Universidade Federal de Sergipe. Após o referido acordo, os afastamentos passaram a ter um acompanhamento mais célere, com menor distância temporal entre a data do afastamento e data da perícia, resultando ainda numa maior atenção à saúde do servidor. Percebe-se, no entanto, uma tendência de estabilização dos afastamentos em torno dos 5% (cinco por cento), tendo em vista que o referido Acordo já está em vigor há dois anos.

Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais

Não há indicadores para doenças ocupacionais.

Não houve registros de acidentes de trabalho nos exercícios de 2013 a 2011.

Rotatividade (turnover)

Não há indicadores estipulando objetivos e metas.

Educação continuada

A educação continuada é aplicada em âmbito nacional por intermédio de ações do DPRF e nas regionais as atividades são implementadas pelas superintendências.

As ações de educação continuada aplicadas pela 20ª SRPRF/SE possuem o intuito de atualizar os conhecimentos dos servidores, ampliar e/ou aperfeiçoar suas habilidades e estimular atitudes esperadas, para o exercício das atribuições com melhor desempenho. Este processo é aplicado a servidores que já possuem uma formação básica, mas em virtude da evolução técnico-científica e das mudanças das necessidades sociais, necessitam de um aprimoramento para se adaptarem a esta complexidade que a sociedade apresenta.

A educação continuada foi viabilizada por meio de cursos, treinamentos, palestras e seminários. O indicador utilizado pela 20ª SRPRF/SE, no que se refere à capacitação, é o número de atividades executadas e a quantidade de servidores capacitados. No ano de 2013, foram realizados 35 eventos de capacitação, que resultaram em 357 capacitações individuais.

Foram implementadas ações de capacitação das mais diferenciadas, inclusive cursos de formação de instrutores, em virtude da necessidade de ampliar o quadro de instrutores do DPRF, proporcionando oportunidades de desenvolvimento a todos os servidores lotados na 20ª SRPRF/SE.

Disciplina

Este tema, no âmbito da UJ, é de responsabilidade da Corregedoria Regional. O assunto está contemplado no item 3.2. deste RG.

Aposentadoria versus reposição do quadro

Não há indicadores. Não houve aposentadorias em 2013. Houve um acréscimo de 09 servidores em relação ao final do exercício de 2012.

6.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.2.1. INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

6.2.2. AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MPOG PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

6.2.3. INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UJ**L – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva**

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|----------|---------------------------|---------------------------|---|------------------------|---|---|---|---|---|---|------|
| Nome: 20ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/SE | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 200130 | | | | | | CNPJ: 00394494/0125-76 | | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | Início | Fim | F | | M | | S | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | |
| 2011 | L | O | 12/2011 | 07.044.888/0001-03 | 10/07/13 | 10/07/14 | 9 | 9 | | | | | P |
| 2011 | V | O | 14/2011 | 34.324.913/0002-66 | 22/09/13 | 22/09/14 | 8 | 8 | | | | | P |
| Observações: | | | | | | | | | | | | | |
| LEGENDA | | | | | | | | | | | | | |
| Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. | | | | | | | | | | | | | |
| Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. | | | | | | | | | | | | | |
| Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. | | | | | | | | | | | | | |
| Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. | | | | | | | | | | | | | |

Fonte: SAF

6.2.4. INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO**LI – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----------|----------|---------------------------|---------------------------|---|------------------------|---|---|----|----|---|---|------|
| Nome: 20ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/SE | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 200130 | | | | | | CNPJ: 00394494/0125-76 | | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | Início | Fim | F | | M | | S | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | |
| 2013 | 2,3,4 e 5 | O | 08672000602/2011-27 | 10808175/0001-83 | 12/08/13 | 12/08/14 | 0 | 0 | 13 | 13 | 0 | 0 | P |
| Observações: | | | | | | | | | | | | | |
| LEGENDA | | | | | | | | | | | | | |
| Área: <i>Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes</i> <i>Outras</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. | | | | | | | | | | | | | |
| Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino | | | | | | | | | | | | | |

| | |
|-----------------------------------|--|
| <i>Copeiragem;</i> | Médio; (S) Ensino Superior. |
| <i>Recepção;</i> | Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; |
| <i>Reprografia;</i> | (E) Encerrado. |
| <i>Telecomunicações;</i> | Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) |
| <i>Manutenção de bens móveis</i> | Efetivamente contratada. |
| <i>Manutenção de bens imóveis</i> | |
| <i>Brigadistas</i> | |

Fonte: SAF

6.2.5. ANÁLISE CRÍTICA DOS ITENS 6.2.3 E 6.2.4

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

6.2.6. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

LII – Composição do Quadro de Estagiários

| Nível de escolaridade | Quantitativo de contratos de estágio vigentes | | | | Despesa no exercício (em R\$ 1,00) |
|-----------------------|---|--------------|--------------|--------------|---------------------------------------|
| | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | |
| Nível superior | 9 | 10 | 10 | 9 | 72421,72 |
| 1) Área Fim | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2) Área Meio | 9 | 10 | 10 | 10 | 72421,72 |
| Nível Médio | 10 | 8 | 11 | 11 | 41.588,80 |
| 1) Área Fim | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2) Área Meio | 10 | 9 | 11 | 10 | 41.588,80 |
| Total (1+2) | 19 | 18 | 21 | 20 | 114.010,52 |

Fonte: Relatórios de estágio, SIASG e SIAPE. Informações disponibilizadas pela SRH.

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO²⁹

7.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

Neste subitem é evidenciada a forma pela qual a UJ realiza a gestão da frota de veículos sob sua responsabilidade. A análise se posicionou, sobre os seguintes aspectos:

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada:

A) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

- Instrução Normativa da Direção-Geral/DPRF/MJ nº 07, de 08 de dezembro de 2011 – Disciplina a classificação, a identificação, o controle, o uso e a guarda dos veículos terrestres e automotores no âmbito da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências;
- Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 03 de 15 de maio de 2008 – Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências;
- Instrução de Serviço da 20ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/SE nº 03 de 15 de março de 2011 – Disciplina a utilização e a condução de veículos oficiais por servidores da 20ªSRPRF/SE e padroniza os procedimentos a serem

²⁹ Todas as informações contidas no item 7. e subitens foram fornecidas pela SAF;

adotados em caso de acidente.

- Portaria da Direção-Geral/DPRF/MJ nº 36, de 13 de maio de 2010 – Trata do recebimento de doação pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal e da transferência patrimonial entre Unidades Regionais do Órgão;
- Instrução Normativa do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado nº 09 de 26 de agosto de 1994 – Dispõe quanto ao controle geral de veículos oficiais, referente aos procedimentos a serem adotados para classificação, identificação, aquisição, cadastramento, utilização, reaproveitamento, transferência, cessão, alienação e definição do quantitativo de veículos automotores de transporte rodoviário;

B) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

- As viaturas são imprescindíveis para a PRF no desempenho das atividades de policiamento e fiscalização nas rodovias federais, na execução de rondas, atendimentos a acidentes, auxílios aos usuários das rodovias, combate à criminalidade, dentre outras atividades que necessitam de deslocamentos em caráter de urgência, decorrentes da atividade policial.

C) Quantidade de veículos atualmente em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

LIII – Quantidade de veículos atualmente em uso ou na responsabilidade da UJ

| Grupo/Classificação | Quantidade |
|----------------------------|-------------------|
| Operacionais | 55 |
| Administrativas | 13 |
| Outros (reboques) | 2 |
| TOTAL | 70 |

D) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra:

LIV – Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos

| Grupo/Classificação | Km rodados (média) |
|----------------------------|---------------------------|
| Operacionais | 832.276 |
| Administrativas | 133.459 |
| Outros (reboques) | - |
| TOTAL | 965.735 |

E) Idade média da frota (considerado o ano 2013), por grupo de veículos:

LV – Idade média da frota

| Grupo/Classificação | Idade média (anos) |
|----------------------------|---------------------------|
| Operacionais | 3,8 |

| | |
|-------------------|------|
| Administrativas | 4,9 |
| Outros (reboques) | 14,0 |

F) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros):

LVI – Custos associados à manutenção da frota

| Grupo/Classificação | Custos Associados | | |
|---------------------|-------------------|--------------------|--------------|
| | Combustíveis | Manutenção (geral) | Seguro DPVAT |
| Operacionais | R\$ 301.422,51 | R\$ 168.867,17 | R\$ 4.188,40 |
| Administrativas | R\$ 42.445,35 | R\$ 26.101,54 | R\$ 1.377,67 |
| Outros (reboques) | 0 | R\$ 317,12 | 0 |
| TOTAIS | R\$ 343.867,86 | R\$ 195.285,83 | R\$ 5.566,07 |

G) Plano de substituição da frota:

- O plano de substituição da frota é estabelecido e gerenciado pelo Sede do DPRJ – Brasília/DF. As aquisições são realizadas por Registro de Preço, sendo o Departamento o órgão gerenciador e as demais Unidades/Regionais participantes, sendo deliberado pelo próprio DPRF os tipos de veículos a adquirir, suas especificações, quantidades e o direcionamento das descentralizações de recursos orçamentários, com indicação das prioridades dos tipos de veículos para cada Regional envolvida na compra.
- Quanto ao critério de renovação da frota, a Regional gerencia observando a relação de idade dos veículos e a quantidade necessária para manter o funcionamento de suas atividades, utilizando o leilão como forma de desfazimento. Este é executado por Região, sendo indicada uma Regional para sua realização e as demais preparam a documentação e regularização dos veículos, transferindo-os para a que executará o certame.

H) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

- A 20ªSRPRF/SE não tem influência na escolha da aquisição em detrimento da locação. A determinação emana do DPRF, administração central.

I) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

- A Regional utiliza algumas ferramentas que proporcionam condições de gerenciamento da frota, controle das despesas com manutenção e abastecimento, lotação/distribuição dos veículos nas Unidades Operacionais e Sede da Regional, licenciamento anual, multas de trânsito, entre outras demandas. Para tanto, são utilizados os seguintes mecanismos:

1. SIPAC/Frota: Sistema informatizado em plataforma *Internet*, utilizado por todas as Superintendências do DPRF para cadastro geral da viatura, podendo registrar suas características, situação, ocorrências, documentação, etc;
2. SIASG/CRONOGRAMA – Sistema do SERPRO para registros de despesas com os contratos de manutenção e guincho de veículos;
3. Sistema de Manutenção – Banco de dados local, para registro dos serviços realizados e dos materiais/peças empregados nos veículos, por ocasião das manutenções;
4. Sistema Ticketcar: Gerenciamento dos abastecimentos da frota, operado em plataforma *Internet*, disponibilizado por força do contrato com a empresa Ticket Serviços S/A.
5. Formulário de Controle de Deslocamento (“Parte Diária da Viatura”): para registro de informações diárias da utilização do veículo, como data, motorista, destino, horário, registro/resumo dos abastecimentos realizados e outras observações feitas pelo condutor;

Frota de Veículos Automotores a serviço da UJ, mas contratada de terceiros:³⁰

A UJ não utiliza frota de veículos automotores contratada de terceiros.

7.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.2.1. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

LVII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ | |
|------------------------|--------------------------|---|----------------|
| | | EXERCÍCIO 2013 | EXERCÍCIO 2012 |
| BRASIL | UF SE | 8 | 8 |
| | Carira | 1 | 1 |
| | Cristinápolis | 1 | 1 |
| | Itabaiana | 1 | 1 |
| | Malhada dos Bois | 1 | 1 |
| | Nossa Senhora do Socorro | 2* | 2* |
| | São Cristóvão | 2* | 2* |
| Total | | 8 | 8 |

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

³⁰ Este subtítulo foi corrigido em atendimento ao solicitado na letra “d” do Ofício 0379/2014-TCU/SECEX-SE, de 10/04/2014.

OBS.: * No quadro acima a quantidade de imóveis apontada é correspondente a apenas um único imóvel, abrangendo as sedes da 1ª e 2ª Delegacias da Regional, bem como as bases operacionais de Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão.

7.2.2. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

LVIII – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

| UG | RIP | Regime | Estado de Conservação | Valor do Imóvel | | | Despesa no Exercício | | |
|---|------------------|--------|-----------------------|------------------------------------|-------------------|------------------|----------------------|------------------|------------------|
| | | | | Valor Histórico | Data da Avaliação | Valor Reavaliado | Com Reformas | Com Manutenção | |
| 200130 | 3127.00005.500-4 | 12 | 6 | R\$ 18.391,53 | 30/11/12 | R\$ 101.195,84 | | | |
| 200130 | 3133.00006.500-4 | 12 | 6 | R\$ 39.148,37 | 30/11/12 | R\$ 221.526,94 | | 11.924,16 | |
| 200130 | 3157.00016.500-6 | 12 | 6 | R\$ 24.652,30 | 30/11/12 | R\$ 130.581,41 | | 1.981,91 | |
| 200130 | 3195.00006.500-4 | 12 | 7 | R\$ 14.854,29 | 19/12/00 | | | | |
| 200130 | 3195.00007.500-0 | 12 | 7 | R\$ 3.269,78 | 19/12/00 | | | | |
| 200130 | 3175.00005.500-4 | 12 | 6 | R\$ 27.082,90 | 30/11/12 | R\$ 64.774,23 | | | |
| 200130 | 3233.00146.500-2 | 12 | 6 | R\$ 62.956,47 | 30/05/12 | R\$ 256.716,59 | | 4.127,32 | |
| 200130 | 3233.00147.500-8 | 12 | 6 | R\$ 153.028,66 | 30/05/12 | R\$ 53.538,35 | | | |
| Total | | | | | | | | | 18.033,39 |
| Fonte: SAF. | | | | | | | | | |
| 1 – Aquicultura | | | | 12 – Em regularização – Outros | | | | | |
| 2 – Arrendamento | | | | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta | | | | | |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | | | | 14 – Esbulhado (Invadido) | | | | | |
| 4 – Cessão – Outros | | | | 15 – Imóvel Funcional | | | | | |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | | | | 16 – Irregular – Cessão | | | | | |
| 6 – Cessão Onerosa | | | | 17 – Irregular – Entrega | | | | | |
| 7 – Comodato | | | | 18 – Irregular – Outros | | | | | |
| 8 – Disponível para Alienação | | | | 20 – Locação para Terceiros | | | | | |
| 9 – Em processo de Alienação | | | | 21 – Uso em Serviço Público | | | | | |
| 10 – Em regularização – Cessão | | | | 22 – Usufruto Indígena | | | | | |
| 11 – Em regularização – Entrega | | | | 23 – Vago para Uso | | | | | |
| Estado de Conservação: Estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação: | | | | | | | | | |
| 1 – Novo | | | | 5 – Reparos Importantes | | | | | |

| | |
|---------------|---------------------------------|
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim |
| 3 – Bom | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular | 8 – Sem Valor |

Análise crítica:

1. Os imóveis em uso pela Polícia Rodoviária Federal do Estado de Sergipe ao longo das Rodovias BR 101 e 235/SE cadastrados no SPIU são advindos do DNER desde 1990, não possuindo escritura ou qualquer documento oficial por estarem edificadas em Faixa de Domínio da União. A escrituração encontra-se em processo de regularização desde 2013 junto à SPU.

2. Devido a inexistência de cargos de engenharia nos quadros do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, a reavaliação dos imóveis pertencentes a 20ª SRPRF/SE foi atualizada com base em índice de correção e no levantamento cadastral realizado em exercícios anteriores, tendo suas áreas readequadas junto ao SPIUNET. Em relação à UOP e Delegacia de Nossa Senhora do Socorro, ainda estamos aguardando autorização do Ministro da Justiça para sua demolição, uma vez que estes foram removidos para outro imóvel pertencente ao governo do Estado de Sergipe.

3. Na sede da regional (Unidade compartilhada com o DNIT/SE) houve investimento em manutenção predial e reforma no montante de R\$ 59.770,18. Na UOP Nossa Senhora do Socorro foram investidos R\$ 9.073,30, sendo essa unidade cedida através de Termo de Cessão de uso entre a regional e o Governo de Sergipe.

4. No exercício 2013 foram investidos: R\$ 72.750,00 em manutenção predial nos imóveis da regional, bem como R\$ 14.978,64 no prédio da sede em reformas.

5. As obras de reconstrução da Unidade Operacional de Malhada dos Bois foram iniciadas no exercício de 2013.

7.2.3. DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

Não se aplica à realidade da UJ.

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

LIX – Gestão da Tecnologia da Informação da UJ

| Quesitos a serem avaliados | |
|--|--|
| 1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição: | |
| | Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor. |
| | monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional. |
| | Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI. |
| | aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI. |
| | aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional. |
| | aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto. |
| | aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa. |
| | aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional. |
| | aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição. |
| | Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI. |

| | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> | Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI. |
| <input type="checkbox"/> | Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI. |
| 2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição: | |
| <input type="checkbox"/> | Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI. |
| <input type="checkbox"/> | Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI. |
| <input type="checkbox"/> | Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012. |
| <input type="checkbox"/> | Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI. |
| <input type="checkbox"/> | Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI. |
| <input type="checkbox"/> | Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles. |
| <input type="checkbox"/> | Os indicadores e metas de TI são monitorados. |
| <input type="checkbox"/> | Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas. |
| <input type="checkbox"/> | Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição. |
| 3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição: | |
| <input type="checkbox"/> | Auditoria de governança de TI. |
| <input type="checkbox"/> | Auditoria de sistemas de informação. |
| <input type="checkbox"/> | Auditoria de segurança da informação. |
| <input type="checkbox"/> | Auditoria de contratos de TI. |
| <input type="checkbox"/> | Auditoria de dados. |
| <input type="checkbox"/> | Outra(s). Qual(is)? |
| <input type="checkbox"/> | Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012. |
| 4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere: | |
| <input type="checkbox"/> | A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente. |
| <input type="checkbox"/> | A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente. |
| <input type="checkbox"/> | A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio. |
| <input type="checkbox"/> | A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores. |
| <input type="checkbox"/> | O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI. |
| <input type="checkbox"/> | O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.). |
| <input type="checkbox"/> | O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição. |
| <input type="checkbox"/> | O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio. |
| <input type="checkbox"/> | O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão. |
| <input type="checkbox"/> | O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI. |
| <input type="checkbox"/> | O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: |
| 5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio: | |
| <input type="checkbox"/> | Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados. |
| <input type="checkbox"/> | Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição. |
| <input type="checkbox"/> | Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio. |
| 6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos: | |
| <input type="checkbox"/> | Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações). |
| <input type="checkbox"/> | Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito). |
| <input type="checkbox"/> | Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade. |
| <input type="checkbox"/> | Gestão dos incidentes de segurança da informação. |
| 7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre | |
| <input type="checkbox"/> | (4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação. |
| <input type="checkbox"/> | (2) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação. |
| <input type="checkbox"/> | (4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato. |
| <input type="checkbox"/> | (4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos. |
| <input type="checkbox"/> | () no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato. |
| <input type="checkbox"/> | () no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos). |
| 8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo) | |
| <input type="checkbox"/> | O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada. |
| <input type="checkbox"/> | Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada. |
| <input type="checkbox"/> | A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov). |

| | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> | A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov). |
| <input type="checkbox"/> | A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov). |
| <input type="checkbox"/> | A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov). |
| 9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov? | |
| <input type="checkbox"/> | Entre 1 e 40%. |
| <input type="checkbox"/> | Entre 41 e 60%. |
| <input type="checkbox"/> | Acima de 60%. |
| <input type="checkbox"/> | Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov). |
| Comentários | |
| Informamos que apenas os questionamentos do item 7 – contratações de serviços de TI podem ser decididos no âmbito da regional. Todos os outros quesitos são definidos e gerenciados pelo DPRF. Salientamos que a regional não faz contratação de desenvolvimento de sistema; por isso, as questões do item 7, pertinentes a este tema, ficaram em branco. | |

8.1.1. ANÁLISE CRÍTICA

Foi promovida a renovação do parque tecnológico com base nos recursos financeiros disponibilizados pelo DPRF, porém ainda há necessidade de ampliação do parque tecnológico. Não atuamos no nível estratégico e de planejamento na área de TI pois tais ações são centralizadas pelo DPRF.

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

LX – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|--|--|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Licitações Sustentáveis | | | | | |
| 1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | | | | | X |
| 2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | | | | X | |
| 3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | | | | X | |
| 4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único, <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | | | X | | |
| | O mercado local não está preparado para isso, o que levaria ao direcionamento dos processos licitatórios | | | | |

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|--|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Licitações Sustentáveis | | | | | |
| 5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | | | | X | |
| | Nas manutenções prediais foram usadas luminárias de alto rendimento e menor consumo energético, e utilizadas torneiras que reduzem o consumo e água | | | | |
| 6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | | | | | X |
| | Metade do papel adquirido pela regional foi de reciclado, por SRP | | | | |
| 7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? OBS.: Especificação nos termos de referência, a depender da finalidade (serviços, obras, materiais de consumo e permanentes) | | | | | X |
| | Sim, embora no mercado faltem empresas que recebam pilhas e baterias, como exemplo | | | | |
| 8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13). | | | | X | |
| 9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. OBS.: Foi criada a comissão para elaboração do plano de gestão e logística sustentável, cujo trabalho está quase concluído e será publicado em breve. | X | | | | |
| 10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos. | | | | | X |
| 11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levam à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | | | | | X |
| 12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. OBS.: O órgão formalizou um Projeto de Gestão de Resíduos Sólidos, voltado para a coleta seletiva de recicláveis, denominado Projeto “Recicla 20”, já implementado. | | | | | X |
| Considerações Gerais: | | | | | |
| LEGENDA | | | | | |
| Níveis de Avaliação: | | | | | |
| (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. | | | | | |

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|-----------|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Licitações Sustentáveis | | | | | |
| <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p> | | | | | |
| Fonte: CPGA/CPL/AIP | | | | | |

9.2. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

LXI – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R\$ 1,00

| Adesão a Programas de Sustentabilidade | | | | | | |
|--|---------------|------------|--------------|------------|------------|------------|
| Nome do Programa | Ano de Adesão | Resultados | | | | |
| Não se aplica | | | | | | |
| Recurso Consumido | Quantidade | | | Valor | | |
| | Exercícios | | | | | |
| | 2013 | 2012 | 2011 | 2013 | 2012 | 2011 |
| Papel | 618 | 517 | 569 | 6.760,92 | 5.517,64 | 6.121,69 |
| Água | 734 | 760 | 874 | 10.500,00 | 8.712,92 | 8.176,15 |
| Energia Elétrica | 539478 | 571399 | 570.948 | 215.419,93 | 277.829,04 | 266.421,83 |
| | | | Total | 232.680,85 | 292.059,60 | 280.719,67 |
| Fonte: SAF | | | | | | |

Análise crítica:

Não houve adesão ou resultado de qualquer programa sustentável para esses itens. Uma vez que não temos uma sede própria, não temos controle da água utilizada na sede da regional, uma vez que é o DNIT que arca com esse custo e a PRF arca com a energia, não sendo possível uma gestão mais eficiente dos custos. No decorrer dos próximos anos, na medida em que a regional for reconstruindo seus imóveis teremos um acréscimo nos valores de energia, para depois se chegar a uma estabilização e consumo eficiente, uma vez que os projetos foram desenvolvidos para um consumo sustentável dos imóveis e que atualmente a iluminação é precária e ineficiente.

Há consciência em adotar papeis impressos em apenas um lado para uso como rascunho. Já adotamos a política de impressão das duas faces do papel para possibilitar um consumo mais sustentável. Em 2013 houve aquisição de papel, sendo que metade dessa aquisição foi de papel reciclado.

O consumo de energia elétrica diminuiu significativamente, tendo em vista que a Unidade Operacional de Malhada dos Bois foi desativada para reconstrução.

10. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1. TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU

10.1.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

LXII – Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no exercício

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|-------------------|-----------------------|-------|-------|--------------------------------------|
| Denominação Completa | | | | | Código SIORG |
| 20ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Sergipe – SRPRF/SE | | | | | 26.316.704 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações Expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo* | Comunicação Expedida |
| 01 | TC-042.106/2012-5 | 7416/2013 – 2ª Câmara | 1.8.1 | – | D.O.U. (10/12/13) – Seção 1. Pg. 85. |
| 02 | TC-042.106/2012-5 | 7416/2013 – 2ª Câmara | 1.8.2 | – | D.O.U. (10/12/13) – Seção 1. Pg. 85. |
| 03 | TC-042.106/2012-5 | 7416/2013 – 2ª Câmara | 1.8.3 | – | D.O.U. (10/12/13) – Seção 1. Pg. 85. |
| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação | | | | | Código SIORG |
| 20ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Sergipe – SRPRF/SE | | | | | 26.316.704 |
| Descrição da Deliberação | | | | | |
| “não adoção integral das normas de sustentabilidade ambiental nas aquisições de bens e serviços (...)” | | | | | |
| “desatualização dos bens imóveis da unidade” | | | | | |
| “não separação dos resíduos recicláveis descartados dando o destino adequado (...)” | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | | | Código SIORG |
| 20ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Sergipe – SRPRF/SE | | | | | 26.316.704 |
| Síntese da Providência Adotada | | | | | |
| Ampliação das ações visando aquisições de bens e serviços sustentáveis | | | | | |
| Atualização cadastral dos imóveis junto à SPU | | | | | |
| Conforme relatado no item 1.1 deste RG: Implantação da coleta seletiva de resíduos recicláveis no âmbito da 20ª SRPRF/SE, por meio do Projeto Recicla 20; | | | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | | | |
| Recomendação atendida parcialmente. | | | | | |
| Atendida recomendação no ano de 2012. | | | | | |
| Implantação de um programa de coleta seletiva de resíduos e assinatura de Termo de Compromisso com uma ONG para assumir a reciclagem do material coletado. | | | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | | | |
| <p>1) Os materiais como papel e copo descartável, no decorrer do exercício de 2013, foram comprados já adotando critérios de sustentabilidade. Metade do papel adquirido foi de tipo reciclado. Os serviços de manutenção predial estão sendo feitos com materiais de grande durabilidade e maior eficiência energética. Na questão de obras adotamos critérios de sustentabilidade como reuso de água, conforto termoacústico e aquecimento solar de água, que visam a redução de energia e um menor consumo de água.</p> <p>2) Falta de profissional de engenharia para realizar as avaliações. Falta de recurso para contratação de empresa especializada em avaliações de imóveis. Trabalho desenvolvido pela Comissão de Infraestrutura.</p> | | | | | |
| OBS.: * No ACÓRDÃO referenciado não há determinação ou recomendação expressa. As situações relatadas no ACÓRDÃO, utilizadas no preenchimento deste quadro, constam como “ressalvas” sobre as quais o TCU determina que seja dada ciência a esta UJ. | | | | | |
| Fonte: NUPAT, NUSEG e SAF. | | | | | |

10.1.2. DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

10.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI**10.2.1. RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO****LXIII – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

| Unidade Jurisdicionada | |
|---|--------------|
| Denominação Completa | Código SIORG |
| 20ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Sergipe – SRPRF/SE | 26.316.704 |

| Recomendações do OCI | | | |
|--|---|------------|--|
| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 01 | 201203617 | 057 | Ofício nº 6057/2014-CGU-Regional/SE/CGU-PR |
| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | | | Código SIORG |
| 20ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Sergipe – SRPRF/SE | | | 26.316.704 |
| Descrição da Recomendação | | | |
| ----- | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | Código SIORG |
| 20ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Sergipe – SRPRF/SE | | | 26.316.704 |
| Síntese da Providência Adotada | | | |
| Conforme relatado no item 1.1 deste RG: Implantação da coleta seletiva de resíduos recicláveis no âmbito da 20ª SRPRF/SE, por meio do Projeto Recicla 20; | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | |
| Implantação de um programa de coleta seletiva de resíduos e assinatura de Termo de Compromisso com uma ONG para assumir a reciclagem do material coletado. | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | |
| ----- | | | |
| Fonte: SAF. | | | |

10.2.2. RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

10.3. INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

10.4. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

10.4.1. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI Nº 8.730/93

LXIV – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

| Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR | Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93 | Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR | | |
|---|--|--|--|-------------------------------|
| | | Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função | Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função | Final do Exercício Financeiro |
| Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93) | Obrigados a entregar a DBR | 0 | 0 | 0 |
| | Entregaram a DBR | 0 | 0 | 0 |
| | Não cumpriram a obrigação | 0 | 0 | 0 |
| Cargos Eletivos | Obrigados a entregar a DBR | 0 | 0 | 0 |
| | Entregaram a DBR | 0 | 0 | 0 |
| | Não cumpriram a obrigação | 0 | 0 | 0 |
| Funções | Obrigados a entregar a DBR | 10 | 08 | 22 |

| | | | | |
|--|---------------------------|----|----|----|
| Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão) | Entregaram a DBR | 10 | 08 | 22 |
| | Não cumpriram a obrigação | 00 | 00 | 00 |
| Fonte: DW – Siapenet/SIAPE | | | | |

10.4.2. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES³¹

a) as pessoas que por alguma razão não cumprem o prazo estabelecido para entrega da Declaração de Bens e Renda ou para assinatura da autorização de acesso eletrônico às informações constantes da base de dados da Receita Federal, são notificadas para fazê-lo num novo prazo;

b) a unidade interna responsável por gerenciar a recepção das DBR é a Seção de Recursos Humanos;

c) não existe um sistema informatizado para esse gerenciamento;

d) todas as pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/93 assinaram a autorização de acesso eletrônico às informações constantes da base de dados da Receita Federal. Essa forma de acesso nunca fora utilizada pelos servidores desta Regional;

e) não há orientação para realização de nenhum tipo de análise das DBR pela UJ, com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida; e

f) as DBR são arquivadas numa pasta específica, com acesso exclusivo dos servidores da Seção de Recursos Humanos.

10.5. MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIOO

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

³¹ O conteúdo deste item foi elaborado pela SRH, em resposta ao solicitado na letra “e” do Ofício 0379/2014-TCU/SECEX-SE, de 10/04/2014.

10.6. ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV**LXV – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
20ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
Seção Administrativa e Financeira

DECLARAÇÃO

Eu, Antônio Pereira Rodrigues Neto, CPF nº 517.429.005-00, Chefe da Seção Administrativa e Financeira, exercido na 20ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Aracaju/SE, 19 de fevereiro de 2014

ANTÔNIO PEREIRA RODRIGUES NETO
CPF nº 517.429.005-00
Chefe da Seção

Avenida Maranhão, 1890, Bairro Santos Dumont, CEP 49.087-420, Aracaju/SE
Fone: (79) 2107-3904 / E-mail: saf.se@prf.gov.br

11. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Em todo o país a PRF mantém disponibilizado o número telefônico 191 para a comunicação de situações de emergência e auxílios requeridos à corporação, as ligações originadas no estado de Sergipe para o número 191 são atendidas pelas equipes de plantão na CIOP da 20ª SRPRF/SE. Durante o exercício 2013, a CIOP da 20ª SRPRF/SE atendeu um total de 108.518 ligações para o número 191, uma média diária de 298,13 chamadas.

Há em funcionamento, no pavimento térreo do prédio sede da UJ, um serviço de atendimento ao público gerenciado pelo NUDOC. Após uma triagem inicial, as questões que requerem atendimento de alguma área específica são devidamente encaminhadas. Além do próprio NUDOC, destacam-se entre as áreas que mais comumente recebem demandas do público extremo a CR e o NMP.

O NUCOM, por sua vez, mantém meios de contato direto com a sociedade e indiretamente por intermédio das empresas de comunicação. Destacaram-se entre as atividades do NUCOM no decorrer do exercício 2013: criação de perfil para a PRF SE na rede social facebook, divulgação de informações de utilidade pública por meio da ferramenta Twitter, inclusão de notícias operacionais da 20ª SRPRF/SE no Portal nacional da PRF, distribuição diária para a imprensa de boletim com os principais acontecimentos registrados pela PRF nos trechos de rodovias federais sob circunscrição da UJ e atendimento aos pedidos de informações e declarações vindos dos meios de comunicação.

Tradicionalmente, as UOP da PRF também exercem a função de acolhimento e contato direto das equipes de plantão com o público externo em geral. Os servidores são orientados a dar atendimento, dentro da possibilidade e do cabimento legal, às demandas levadas diretamente até as UOP ou a fazer o devido encaminhamento.

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1. MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Aplicação, pela UJ, dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 NBC T 16.9

A referida norma estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão, apurados sobre os valores dos bens componentes do Ativo Imobilizado, Intangível e Investimentos, integrantes do grupo Não-Circulante do Balanço Patrimonial de entidades do setor público.

Em complemento a esta norma, foram observados os procedimentos de análises contábeis estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, onde consta uma padronização mínima das depreciações a serem efetuadas, conforme a Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Dessa forma, as análises levadas a efeito revelaram que a Unidade Gestora não efetuou as depreciações, amortizações e exaustões, cujas disfunções foram objeto de registro de conformidade contábil com restrição (código 106) no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, nas seguintes contas contábeis:

- 14.212.06.00 – Aparelhos e Equipamentos de Comunicação;
- 14.212.28.00 – Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial;
- 14.212.35.00 – Equipamentos de Processamento de Dados;

14.212.52.00 – Veículos de Tração Mecânica;

NBC T 16.10

A citada norma define critérios e procedimentos para avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.

As análises evidenciaram o que segue:

1) Disponibilidades – caracterizadas pelos valores depositados na Conta Única do Tesouro Nacional, em operações internas (nacionais), pelo valor de cada operação. Foram analisados os seguintes recursos disponíveis por fonte (conta contábil 19.329.02.00); oriundos de Repasse/Sub-repasse, para execução nesta unidade:

| FONTE | DESCRIÇÃO | VALOR (R\$) |
|-------|--|-------------|
| 150 | Recursos oriundos de alienação de bens móveis e imóveis | 10.531,53 |
| 169 | Recursos oriundos do Departamento Rodoviário Federal (UG 200109) | 8.852,0 |

2) Créditos e Dívidas – os direitos, títulos e créditos foram registrados pelo valor original, em consonância com o disposto na norma sob comento.

Inexiste saldo de Créditos a Receber nesta Unidade Gestora.

As Obrigações em Circulação (dívidas) descritas Balanço Patrimonial retratam os Restos a Pagar não Processados a Liquidar.

3) Estoques – Os materiais em estoque desta Unidade Gestora não apresentaram conformidade em 2013 com os registros contábeis na conta 11.318.01.00 – Material de Consumo, os quais foram mensurados pelo valor de aquisição.

4) Investimentos permanentes – Inexistem registros de participações em empresas e em consórcios público ou público-privado avaliados pelo método de equivalência patrimonial na Unidade Gestora sob análise

5) Imobilizado – Os bens patrimoniais imóveis da Unidade Gestora, em sua maioria, não estão devidamente atualizados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet da Secretaria de Patrimônio da União- SPU.

Os bens patrimoniais móveis, acompanhados mediante o Relatório Mensal de Bens Móveis – RMB, emitidos por esta Unidade Gestora, estão em conformidade com os registros contábeis e com as normas afins.

A Unidade Gestora apresentou bens móveis em trânsito, durante 2012, devidamente acompanhados pelo setor de Patrimônio, registrados pelo valor de aquisição.

6) Intangível – Inexistem registros de intangível na Unidade Gestora.

7) Diferido – O item 35 da referida NBC T não se aplica à Unidade Gestora.

8) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável – a Unidade Gestora não procedeu adequadamente à reavaliação de bens no período sob análise, logo, não atendeu às orientações constantes nesta norma. Esse fato motivou o registro de conformidade contábil com restrição (código 115) em 2012.

Justificativas da UG para descumprimentos:

De acordo com as informações desta Unidade Gestora, um único imóvel não foi atualizado, vez que esse está tramitando no MJ, processo 08.672.001.140/2012-46, cujo fito é a demolição deste, para posterior regularização, conforme Memorando nº 015/2013 – SAF/20ª SRPRF/SE, de 20/02/2013.

Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ

De acordo com o Demonstrativo de Variações Patrimoniais da Unidade Gestora, houve Variação Ativa de R\$ 610.520,23 referentes às reavaliações de bens e Variação Passiva de R\$ 99.490,31 devido à desvalorização de bens, efetuadas em 2012, impactando sobre o resultado

apurado pela UJ.

12.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

12.2.1. DECLARAÇÃO PLENA

Conforme pode ser verificado no item 12.2.2. posterior a este, a declaração prestada pelo contador contém ressalvas. Como os itens 12.2.1. e 12.2.2. são alternativos entre si, não há preenchimento para o presente item.

12.2.2. DECLARAÇÃO COM RESSALVA

LXVI – Declaração do Contador (com ressalvas)



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

| DECLARAÇÃO DO CONTADOR | |
|--|-----------------------|
| Denominação completa (UJ) | Código da UG |
| 20ª SUPERINT. DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/SE | 200130 |
| <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, NBC T 16.9 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/2008 e NBC T 16.10 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) 634 - FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS; b) 642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVOS IMOBILIZADO.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> | |
| Local | Brasília/DF |
| Contador Responsável | JOSÉ CARLOS GOMES |
| Data | 22 de janeiro de 2014 |
| CRC n.º | DF - 9.261/O-7 |

José Carlos Gomes
 CCONT/DPROG/SE/MJ
 Coordenador

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

14. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Reiterando informação já contida na introdução deste RG, a cada exercício vêm sendo feitas avaliações que buscam melhorar o desempenho de cada uma das áreas integrantes da UJ, situar as metas alcançadas e aquelas ainda a serem realizadas no contexto das ações de longa duração, bem como definir para o exercício seguinte as ações prioritárias no contexto do plano de ações estratégicas. Paralelamente às ações derivadas do planejamento, cabe ressaltar, a UJ atende ainda à demandas aleatórias a ela direcionadas.

Conforme estabelecido no Anexo III, letra B, item 5, “d” da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, serão listadas a seguir as ações já visualizadas a serem desenvolvidas no exercício seguinte – 2014 – como instrumento de mitigação das dificuldades encontradas em 2013. No campo das principais dificuldades enfrentadas em 2013 foram elencados 04 (quatro) tópicos. Simetricamente, para cada um desses itens corresponderá uma ação, a saber:

- Continuação de gestões junto ao DNIT de modo a sensibilizar aquele órgão para a necessidade de adoção de providências que venham minimizar os impactos negativos sobre a segurança do trânsito, causados pelas obras de duplicação da BR-101/SE;
- Aperfeiçoar o planejamento operacional visando minimizar os efeitos negativos sobre o desempenho operacional local, quando da disponibilização de pessoal para operações nacionais e capacitação;
- Continuação de ações voltadas para a melhoria das instalações físicas da sede da 20ª SRPRF/SE. Gestões junto à 21ª UNIT/DNIT e à SPU, já iniciadas em exercícios anteriores, solicitando a divisão oficial do terreno e edificações que atualmente abrigam as sedes regionais dos dois órgãos, PRF e DNIT (localizados na Av. Maranhão, 1890 – Bairro Santos Dumont – Aracaju/SE). Bem como buscar, alternativamente, outros terrenos que possam vir a receber a construção futura de uma sede para a UJ;
- Fazer gestão junto ao DPRF solicitando a ampliação dos recursos orçamentários destinados à manutenção predial, visando a realização de manutenções corretivas e preventivas em todos os imóveis, a partir de necessidades diagnosticadas;

Além das ações estratégicas eleitas como prioritárias para a gestão da UJ, o desenvolvimento institucional é buscado, em sua integralidade, por meio da articulação orgânica entre as metas centrais e as ações de cada uma das áreas integrantes da 20ª SRPRF/SE.

Com o presente documento a 20ª SRPRF/SE, em consonância com o DPRF, encerra o exercício 2013, enaltecendo sua missão institucional de preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a melhoria das condições de trabalho dos servidores, a segurança orgânica institucional, a segurança pública, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

15. ANEXOS

ANEXO I

LXVII – Instruções Normativas, Portarias e Manuais de Procedimentos Operacionais

| TIPO | DATA | ASSUNTO |
|--------------|---------------|--|
| MPO 001 | 19/10/07 | Tem por finalidade padronizar os procedimentos para o preenchimento do auto de infração e para análise de sua consistência e regularidade, no âmbito do DPRF e Órgãos Conveniados, cumprindo o disposto nos artigos 280 e 281 do CTB - e demais regulamentações específicas |
| MPO 002 | Não publicada | Destinado a Fiscalização de veículos estrangeiros |
| MPO 003 | 24/06/08 | Tem por finalidade padronizar os procedimentos a serem adotados durante a fiscalização de trânsito pelos Policiais Rodoviários Federais, no âmbito das rodovias e estradas federais, para aplicação das medidas administrativas relacionadas no artigo 269, incisos I a VI, do CTB. |
| MPO 004 | 14/09/09 | Tem por finalidade padronizar os procedimentos a serem adotados nas Superintendências e Distritos Regionais do DPRF relativos à fiscalização de velocidade , à autuação por infração ao artigo 218 do CTB. |
| MPO 005 | 08/04/08 | Tem por finalidade regular os procedimentos relativos à fiscalização do transporte rodoviário de produtos perigosos pelo DPRF. |
| MPO 006 | 13/07/10 | Padroniza os procedimentos a serem adotados durante a fiscalização de Peso nos veículos de carga e transporte coletivo pelo DPRF. |
| MPO 007 | 25/08/09 | Padroniza procedimentos quanto ao consumo de bebidas alcoólicas pelos condutores de veículos automotores. |
| MPO 008 | 29/04/09 | Venda Bebida alcoólica no perímetro rural |
| MPO 009 | Não publicado | Destinado ao manual de rotinas operacionais, gestão. |
| MPO 010 | 24/09/08 | Tem por finalidade normatizar os procedimentos para a utilização do BR-Brasil , que é o sistema de informações operacionais do DPRF. |
| MPO 011 | 01/10/08 | Institui normas e procedimentos para utilização dos sistemas móveis (Talão Eletrônico) |
| MPO 012 | 23/08/10 | Padroniza os procedimentos a serem adotados para a fiscalização dos equipamentos obrigatórios e acessórios dos veículos , no âmbito do DPRF, de acordo com o CTB e regulamentações do CONTRAN. |
| MPO 013 | 21/09/09 | Padroniza os procedimentos a serem adotados durante a fiscalização ao serviço de transporte e passageiros e cargas , delegado ao DPRF por meio de convênio com ANTT. |
| MPO 014 | Não publicado | Manual do sistema de gerenciamento de relatórios – SIGER . |
| MPO 015 | 05/10/09 | Tem por finalidade padronizar e sistematizar a qualidade do atendimento a acidentes nas estradas e rodovias federais, bem como seus devidos registros . |
| MPO 016 | ----- | SILVER |
| MPO 017 | ----- | Escolta Cargas indivisível/Superdimensionada |
| IN 01/12/CGO | 02/05/12 | Simplifica, atualiza, consolida e institui formulários operacionais no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. |
| IN 17/05/DG | 09/09/05 | Regulamenta o corpo de motociclistas no DPRF. |

| | | |
|--------------|----------|---|
| IS 01/07/CGO | 18/09/07 | Regulamenta a presença de policiais rodoviários federais nas dependências dos postos e delegacias do DPRF fora do horário de serviço. |
| IN 09/08/DG | 17/06/08 | Dispõe sobre a forma de obtenção, autenticação e validade do Boletim de Acidentes de Trânsito impresso através do sítio do DPRF na Internet |
| IN 02/09/DG | 13/02/09 | Institui como meio de identificação do Policial Rodoviário Federal o Nome de Identificação. |
| IN 04/09/DG | 26/03/09 | Disciplina o porte de arma de fogo por servidores do cargo de PRF e da outras providências (arma backup) |
| IN 07/09/DG | 05/08/09 | Disciplina o uso das algemas no DPRF |
| IN 09/09/CGO | 03/12/09 | Regula o uso de espargidor de pimenta no DPRF |
| IN 01/10/DG | 14/01/10 | Estabelece os procedimentos referentes à padronização de uso das frequências de radiocomunicação no DPRF. |
| IN 06/10/CGO | 07/07/10 | Regula o uso dos dispositivos de condução de energia – DCE, no DPRF (TASER) |
| IN 04/10/CGO | 07/06/10 | Institui a Inspeção de Gestão Operacional da CGO. |
| IN 01/11/DG | 20/01/11 | Define diretrizes relativas à delegação, aos municípios, da autoridade de trânsito para fiscalizar eletronicamente com equipamentos fixos de velocidade, de avanço de sinal vermelho de semáforo e de parada irregular sobre a faixa de pedestre nas rodovias federais em que a natureza do tráfego seja similar à do perímetro urbano |
| Portaria 25 | 27/02/05 | Institui o Manual de Rotinas Operacionais e o Cartão Programa de policiamento no DPRF |
| Portaria 132 | 14/02/11 | Aprova o regimento interno da JARI do DPRF |

Fonte: DFT/CGO/DPRF.

ANEXO II

LXVIII – Contratos vigentes em 2013

| CONTRATAÇÕES VIRGENTES 2013 - 20ª SRPRF/SE | | | | |
|--|---------------|--|---|-------------------------|
| Contrato | Vigência | Objeto | Contratada | Modalidade |
| 14/2011 | 22/09/14 | Vigilância Armada Posto Carira e Cristinápolis | MF Segurança | Pregão Eletrônico |
| 06/10 | 28/05/14 | Serviços Postais | Correios | Inexigibilidade |
| 06/2013 | 28/06/14 | Serviços de Transporte de encomendas | Correios | Dispensa |
| 05/2010 | Indeterminada | Fornecimento de Energia | Energisa | Dispensa |
| 09/2009 | 08/06/13 | Publicações- EBC | Radiobrás-Empr. Brasil de Comunicação S.A | Inexigibilidade |
| 12/2011 | 10/07/14 | Limpeza e Conservação | Real Service | Pregão Eletrônico |
| 06/2012 | 08/10/13 | Materiais Instalação Torre da UOP Insp. Santana | Radhor Comérc. e serv. De equip. De radioc. | Pregão Eletrônico |
| 13/2011 | 12/08/14 | Apoio Administrativo | Novo Conceito | Pregão Eletrônico |
| 11/2009 | 09/09/14 | Contratação de Estagiários | Centro de Integ. Empresa escola – CIEE | Pregão Eletrônico |
| 08/2012 | 05/12/14 | Manutenção Equip. Refrigeração | Frigeral Refrigeração Ltda | Pregão Eletrônico |
| 05/2008 | 31/12/13 | Fornecimento Combustível | Ticket | Pregão Eletrônico |
| 09/2013 | 31/12/14 | Fornecimento Combustível | Ticket | Pregão Eletrônico |
| 04/2012 | 12/01/13 | Passagens Aéreas | Propag Turismo | Pregão Eletrônico |
| 08/2008 | 25/11/13 | Conectividade para EDA's | VIVO S.A. | Pregão Eletrônico |
| 18/2011 | 25/11/15 | Telefonia Móvel Longa Distancia | Embratel | Pregão Eletrônico |
| 17/2011 | 25/11/15 | Telefonia Móvel Local | Claro | Pregão Eletrônico |
| 13/2010 | 30/11/14 | Outsourcing de Impressão | Persell comércio e serviços Ltda | Pregão Eletrônico |
| 12/2009 | 10/12/14 | Telefonia Fixa – Oi | Telemar Norte Leste S.A | Pregão Eletrônico |
| 02/2011 | 03/01/15 | Serviço de Guincho | Sergiauto | Pregão Eletrônico |
| 04/2010 | Indeterminada | Fornecimento de Água | DESO | Inexigibilidade |
| 06/2011 | Indeterminada | Fornecimento de Energia | Sulgipe | Dispensa |
| 16/2011 | 25/10/14 | Leiloeiro | Carlos V. C. Mascarenhas | Pregão Eletrônico |
| 20/2011 | 15/12/14 | Manutenção Predial | Itamaraty | Pregão Eletrônico |
| 07/2012 | 01/06/13 | Cercamento de Patio da UOP Inspetor Santana | Construtora Itamaraty | Pregão Eletrônico |
| 05/2012 | 08/10/13 | Serviço Instalação da torre da UOP Insp. Santana | Netscience Tecnologia | Pregão Eletrônico |
| 09/2012 + TA 01 e 02 | 11/06/14 | Construção do Posto de Malhada dos Bois | CLMAT | Concorrência |
| 19/2011 | 04/01/15 | Manutenção de VTR's | Pereira Auto Center | Pregão Eletrônico |
| 01/2014 | 31/12/14 | Fornecimento de Água Mineral | Ramalho & Cia | Pregão Eletrônico |
| 04/2013 | 31/12/13 | Fornecimento de Carimbos | Paulo Jorge da Silva | Dispensa |
| 05/2013 | 31/12/13 | Serviços de Chaveiros | | |
| Termo de Compromisso | 31/12/14 | Publicações no Diário Oficial | Imprensa Nacional | Inexigibilidade |
| 02/2013 | 13/01/15 | Passagens Aéreas | TopTur Viagens e Turismo Ltda | Pregão Eletrônico |
| 07/2013 | 09/09/14 | Manutenção Etilômetros | Ribco do Brasil | Inexigibilidade 03/2013 |
| 08/2013 | 08/11/14 | Manutenção de Equip. de Radiocomunicação | RADNOR Com. e Serv. de Equip. de Rad. LTDA. | Pregão Eletrônico |
| 02/2014 | 27/01/15 | Projetos Realocação Itabaiana | ASCON LTDA – ME | Pregão Eletrônico |